



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE  
PRODUÇÃO  
MESTRADO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO**

**ISABEL CRISTINA GOZER**

**ANÁLISE DA CAPACIDADE DE AUTOFINANCIAMENTO  
DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DO ESTADO DO  
PARANÁ**

**Florianópolis – SC**

**2003**

**ISABEL CRISTINA GOZER**

**ANÁLISE DA CAPACIDADE DE AUTOFINANCIAMENTO  
DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DO ESTADO DO  
PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Engenharia de Produção.

Orientador: Antônio Diomário de Queiroz, Dr.

**Florianópolis – SC**

**2003**

**ISABEL CRISTINA GOZER**

**ANÁLISE DA CAPACIDADE DE AUTOFINANCIAMENTO  
DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DO ESTADO DO  
PARANÁ**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para a obtenção do grau de **Mestre em Engenharia de Produção** no **Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção** da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 08 de outubro de 2003

**Prof. Dr. Edson Pacheco Paladini**  
**Coordenador do PPGEP**

Professores que compuseram a banca:

---

Prof. Dr. Antônio Diomário de Queiroz (orientador)

---

Prof. Dr. Luiz Alberton

---

Prof. Dr. Emílio Araújo Menezes

---

Prof. Dr. Régio Márcio Toesca Gimenes

Dedico aos meus pais, os quais me ensinaram que o mais importante não é ser o melhor, mas simplesmente ser humano. Pelo carinho, amor e experiências que na sua simplicidade e humildade souberam me transmitir. A eles deixo essa mensagem:

*....Peço que pegues a Bíblia...leias apenas o Sermão da Montanha...Os homens deviam ler e meditar esse trecho, principalmente no ponto em que Jesus fala dos lírios dos campos que não trabalham nem fiam, e no entanto nem Salomão em sua glória jamais se vestiu como um deles.*

*Olhai os Lírios do Campo – Érico Veríssimo*

## **Agradecimentos**

A Deus por ter me dado a vida.

À Universidade Federal de Santa Catarina.

Ao orientador, Prof.<sup>o</sup> Antônio Diomário de Queiroz, que foi para mim, mais do que um orientador, foi um conselheiro, um amigo, um exemplo de pessoa a quem tenho como líder a ser seguido, um verdadeiro exemplo de como ser *humano*.

Aos professores do curso de Pós-Graduação que, através dos seus ensinamentos, contribuíram significativamente para a realização dessa pesquisa.

Aos meus irmãos Valdemir e Edmilson, às minhas cunhadas Nilva e Sandra e aos meus sobrinhos Diego, Rafael, Ana Carolina e Gustavo, por todo apoio e incentivo para o desenvolvimento desta dissertação.

Ao professor e amigo Dr. Régio Marcio Toesca Gimenes, a quem não tenho palavras para expressar todo o meu agradecimento, e que resumirei simplesmente em um..MUITO OBRIGADA AMIGO, que a vida lhe seja sempre boa.

Ao professor co-orientador Almir Teles da Silva, por todo seu empenho e dedicação no início desse estudo.

Aos amigos e companheiros, que sofreram juntos e se alegraram juntos no desenvolvimento desta pesquisa, especialmente ao amigo Clóvis Uliana, pessoa imprescindível para o meu desenvolvimento profissional.

A Angelita e Giovana que estiveram presentes no processo de elaboração desta dissertação me dando apoio e incentivo para nunca desistir.

A todos que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desta dissertação.

*Tudo de amor que existe em mim foi dado  
Tudo que fala em mim de amor foi dito  
Do nada em mim o amor fez o infinito  
Que por muito tornou-se escravizado.*

*Tão pródigo de amor fiquei coitado  
Tão fácil para amar fiquei proscrito  
Cada voto que fiz ergueu-se em grito  
Contra o meu próprio dar demasiado.*

*Tenho dado de amor mais que coubesse  
Nesse meu pobre coração humano  
Desse eterno amor meu antes não desse.*

*Pois se por tanto dar me fiz engano  
Melhor fora que desse e recebesse  
Para viver da vida o amor sem dano.*

*Soneto a quatro mãos (Vinícius de  
Moraes/Paulo Mendes Campos)*

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	16
1.1 Objetivos da Pesquisa.....	19
1.1.1 Objetivo geral .....	19
1.2.2 Objetivos específicos.....	20
1.2 Justificativa e Relevância do Autofinanciamento.....	20
1.3 Delimitação da Pesquisa .....	23
1.4 Metodologia.....	24
1.4.1 Tipo da Pesquisa.....	24
1.4.2 Método de Coletas de Dados .....	25
1.4.3 Limitação de Pesquisa .....	26
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	27
2.1 Introdução .....	27
2.1.1 Cooperativa e cooperativismo: breve histórico e aspectos conceituais... 27	
2.1.1.1 Constituição das sociedades cooperativas do Paraná .....	35
2.1.1.2 Aspectos associativos da sociedade cooperativa singular .....	36
2.1.1.3 Aspectos mercadológicos das sociedades cooperativas.....	38
2.1.1.4 Aspectos sociais das sociedades cooperativas.....	39
2.1.1.5 Classificação cooperativista .....	40
2.1.2 Cooperativismo agropecuário.....	42
2.1.3 Evolução do cooperativismo agropecuário no estado do Paraná.....	46
2.1.3.1 O cooperativismo antigo.....	46
2.1.3.2 O cooperativismo colonial .....	47
2.1.3.3 Cooperativismo do mate.....	48
2.1.3.4 Cooperativismo do café.....	49
2.1.3.5 PIC, NORCOOP, SULCOOP .....	49
2.1.3.6 Representação do sistema paranaense de cooperativismo .....	51
2.1.3.7 As cooperativas rumo à agroindustrialização .....	55
2.1.3.8 O cooperativismo atual e sua importância para o Estado do Paraná .....	57
2.2 Demonstrações Contábeis Cooperativistas: Aspectos Relevantes e Diferenciações .....	60

2.2.1	O balanço patrimonial das sociedades cooperativas .....	64
2.2.1.1	Principais diferenciações do balanço patrimonial cooperativista em relação às demais sociedades.....	65
2.2.1.1.1	Grupos do ativo .....	66
2.2.1.1.2	Grupos do passivo.....	67
2.2.1.2	Considerações finais sobre o balanço patrimonial .....	70
2.2.1.3	Modelo de balanço patrimonial da cooperativa agropecuária .....	72
2.2.2	A demonstração do resultado do exercício das sociedades cooperativas.....	74
2.2.2.1	Principais diferenciações da demonstração do resultado do exercício cooperativista .....	75
2.2.2.2	Considerações finais sobre a demonstração do resultado do exercício das sociedades cooperativas.....	78
2.2.2.3	Modelo da demonstração do resultado do exercício para cooperativa agropecuária .....	78
2.2.3	A demonstração de sobras ou perdas acumuladas à disposição da A.G.O.....	80
2.2.3.1	Principais diferenciações da demonstração de sobras ou perdas acumuladas à disposição da A.G.O. ....	81
2.2.3.2	Modelo da demonstração de sobras ou perdas acumuladas à disposição do A.G.O. para cooperativas agropecuárias.....	82
2.2.4	A demonstração das mutações do patrimônio líquido das sociedades cooperativas .....	83
2.2.4.1	Principais diferenciações da demonstração das mutações do patrimônio líquido cooperativista .....	84
2.2.4.2	Modelo de demonstração das mutações do patrimônio líquido para cooperativas agropecuárias.....	84
2.2.5	A demonstração das origens e aplicações de recursos .....	85
2.2.5.1	Principais contas .....	86
2.2.5.2	Modelo DOAR .....	88
2.2.5.3	A contribuição da DOAR para determinação do autofinanciamento .....	89
2.3	Geração de Poupança e Crescimento das Empresas.....	91
2.4	Estrutura de Capital e Autofinanciamento .....	96
2.5	Autofinanciamento Cooperativista.....	98

<b>3</b>	<b>ESTRUTURA FINANCEIRA, EXPANSÃO E FINANCIAMENTO DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DA AMOSTRA.....</b>	<b>103</b>
3.1	Universo e amostra da pesquisa .....	104
3.2	Análise dos dados: Estrutura Financeira, Expansão e Financiamento das Cooperativas Agropecuárias do Estado do Paraná.....	107
3.2.1	Estrutura de Ativos .....	108
3.2.2	Estrutura de Passivos.....	113
3.2.2.1	Especificação do Passivo Circulante, Passivo Exigível a Longo Prazo e Patrimônio Líquido .....	118
3.2.2.2	Especificação do Passivo Circulante.....	119
3.2.2.3	Especificação do Passivo Exigível a Longo Prazo .....	122
3.2.2.4	Especificação do Patrimônio Líquido .....	124
3.2.3	Estrutura de Resultados .....	128
3.2.4	Apresentação e Análise de Indicadores Econômico-Financeiros.....	132
3.2.4.1	Indicadores de Geração e Utilização de Recursos Próprios .....	133
3.2.4.2	Indicadores de Utilização de Recursos de Terceiros .....	136
3.3	Determinação dos indicadores de capacidade de autofinanciamento e indicadores de autofinanciamento através da DOAR .....	140
3.4	Conclusões sobre a análise e interpretação das demonstrações contábeis das cooperativas agropecuárias da amostra.....	149
<b>4</b>	<b>CONCLUSÕES SOBRE O AUTOFINANCIAMENTO DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS .....</b>	<b>153</b>
<b>5</b>	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>158</b>
<b>6</b>	<b>APÊNDICES .....</b>	<b>167</b>
<b>7</b>	<b>ANEXOS .....</b>	<b>207</b>

Os Anexos das Demonstrações Contábeis das cooperativas agropecuárias da amostra totalizaram aproximadamente 600 folhas, em virtude disso, se colocou a Cooperativa Coamo – Cooperativa Agrícola Mourãoense (anexo 01) como modelo impressa e as outras 21 foram gravadas num CD-ROOM que segue junto com o trabalho.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Área de abrangência do PIC/NORCOOP e SULCOOP .....	51
Figura 2: Divisão de núcleos regionais cooperativistas .....	52

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Análise vertical dos grupos do Ativo do grupo das pequenas e médias cooperativas .....	109
Gráfico 2: Análise vertical dos grupos do Passivo Ativo do grupo das pequenas e médias cooperativas .....	109
Gráfico 3: Análise vertical dos grupos do Passivo do grupo das pequenas e médias cooperativas .....	115
Gráfico 4: Análise vertical dos grupos do Passivo do grupo das grandes cooperativas .....	115
Gráfico 5: Análise vertical dos grupos do Passivo Circulante do grupo das pequenas e médias cooperativas .....	120
Gráfico 6: Análise vertical dos grupos do Passivo Circulante do grupo das grandes cooperativas .....	120
Gráfico 7: Análise vertical dos grupos do Exigível a Longo Prazo do grupo das pequenas e médias cooperativas .....	123
Gráfico 8: Análise vertical dos grupos do Exigível a Longo Prazo do grupo das grandes cooperativas .....	124
Gráfico 9: Análise vertical dos grupos do Patrimônio Líquido Prazo do grupo das pequenas e médias cooperativas .....	126
Gráfico 10: Análise vertical dos grupos do Patrimônio Líquido do grupo das pequenas e médias cooperativas .....	126
Gráfico 11: Análise vertical da estrutura de resultados do grupo das grandes cooperativas .....	129
Gráfico 12: Análise vertical dos grupos do Exigível a Longo Prazo do grupo das grandes cooperativas .....	129
Gráfico 13: Indicadores de geração e utilização de recursos próprios do grupo das pequenas e médias cooperativas .....	134

Gráfico 14: Indicadores de geração e utilização de recursos próprios do grupo das grandes cooperativas .....	134
Gráfico 15: Indicadores de utilização de recursos de terceiros do grupo das pequenas e médias cooperativas .....	137
Gráfico 16: Indicadores de geração e utilização de recursos próprios do grupo das grandes cooperativas .....	138
Gráfico 17: Capacidade de autofinanciamento do grupo das pequenas e médias cooperativas .....	143
Gráfico 18: Capacidade de autofinanciamento do grupo das grandes cooperativas ....	144
Gráfico 19: Indicadores de autofinanciamento – A1 das pequenas e médias cooperativas .....	145
Gráfico 20: Indicadores de autofinanciamento – A1 das grandes cooperativas .....	145
Gráfico 21: Indicadores de autofinanciamento – A2 das pequenas e médias cooperativas .....	147
Gráfico 22: Indicadores de autofinanciamento – A2 das grandes cooperativas .....	147

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: Balanço patrimonial .....	73
Quadro 2: Demonstração de sobras ou perdas acumuladas .....	82
Quadro 3: Relação de despesas sem desembolso e receitas sem recebimento – cooperativas agropecuárias da amostra .....	142

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Divisão de núcleos regionais cooperativistas .....	53
Tabela 2: Plantas instaladas no Paraná e participação das cooperativas.....	56
Tabela 3: Cooperativas do Paraná filiadas à OCEPAR.....	57
Tabela 4: Distribuição dos associados das cooperativas segundo a sua estrutura fundiária – 1999 .....	59
Tabela 5: Participação das cooperativas na produção do Estado – 1999.....	59
Tabela 6: Diferenças entre sociedade cooperativa, associação e sociedade mercantil	61
Tabela 7: Demonstração do Resultado do Exercício .....	79
Tabela 8: Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	84
Tabela 9: DOAR.....	88
Tabela 10: Relação das cooperativas da amostra .....	105
Tabela 11: Faturamento anual das pequenas e médias cooperativas .....	106
Tabela 12: Faturamento anual das grandes cooperativas .....	106
Tabela 13: Análise vertical dos grupos do Ativo .....	108
Tabela 14: Análise vertical dos grupos do Passivo .....	114
Tabela 15: Análise vertical dos grupos do Passivo Circulante .....	119
Tabela 16: Análise vertical dos grupos do Passivo Exigível a Longo Prazo .....	123
Tabela 17: Análise vertical dos grupos do Patrimônio Líquido .....	125
Tabela 18: Análise vertical dos grupos de Estrutura de resultados .....	128
Tabela 19: Indicadores de geração e utilização de recursos próprios.....	133
Tabela 20: Indicadores de geração e utilização de recursos totais.....	137
Tabela 21: Capacidade de autofinanciamento .....	143
Tabela 22: Indicadores de autofinanciamento.....	145
Tabela 23: Indicadores de autofinanciamento.....	146

## LISTA DE SIGLAS

OCA	Organização das Cooperativas da América
OCE's	Organizações Estaduais de Cooperativas
ACI	Aliança Cooperativa Internacional
AGO	Assembléia Geral Ordinária
OCESP	Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo
OCEMG	Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais
ACARPA	Associação de Crédito e Extensão Rural do Paraná
DAC	Departamento de Assistência ao Cooperativismo
BRDE	Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
BNCC	Banco Nacional de Crédito Cooperativo
PIC	Projeto Iguaçu de Cooperativismo
NORCOOP	Projeto de Cooperativismo do Norte do Paraná
SULCOOP	Projeto Centro Sul de Cooperativismo
INDA	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrícola
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
PLANCOOP	Plano de Padronização Contábil para as Cooperativas Brasileiras
FATES	Fundo de Assistência Técnica e Social
CCL	Capital Circulante Líquido
DOAR	Demonstração da Origem e Aplicação de Recursos
DRE	Demonstrativo do Resultado do Exercício
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DLPA	Demonstração dos Lucros Acumulados
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
PIB	Produto Interno Bruto
OCB	Organização das Cooperativas do Brasil
OCEPAR	Organização das Cooperativas do Estado do Paraná

## RESUMO

GOZER, Isabel Cristina. **Autofinanciamento das Cooperativas Agropecuárias do Estado do Paraná**. 2003. 234 p. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis.

Esta dissertação realiza uma análise descritiva de vinte e duas cooperativas agropecuárias localizadas no Estado do Paraná, tendo como variável de estudo o autofinanciamento, ou seja, a importância da capacidade de autofinanciamento para o processo de expansão das cooperativas agropecuárias da amostra. A dissertação também traz uma retrospectiva do cooperativismo agropecuário no Brasil e no Estado do Paraná. Realizou-se um trabalho de pesquisa bibliográfica, com a finalidade de promover uma visão crítica no que diz respeito às demonstrações contábeis das cooperativas agropecuárias e à definição de autofinanciamento cooperativista. Posteriormente desenvolve-se o processo de análise e interpretação dos dados coletados nas demonstrações contábeis do período de 1996 a 2000, enfocando o processo de expansão das cooperativas agropecuárias da amostra, bem como as sua respectiva estrutura de capitais. Finalmente, buscou-se fornecer uma visão global da situação das cooperativas agropecuárias da amostra, especificamente, no que diz respeito ao autofinanciamento e a capacidade de autofinanciamento. Para isso, realizou-se o cálculo de indicadores financeiros obtidos através da Demonstração de Origem e Aplicações de Recursos (DOAR). Os resultados mostram que o autofinanciamento é um fator fundamental para o crescimento das cooperativas agropecuárias e, na conclusão do trabalho, destacam-se novas linhas de pesquisa importantes e necessárias ao setor cooperativista agropecuário do Estado do Paraná.

**Palavras-Chaves:** capacidade de autofinanciamento; estrutura de capitais; financiamento do processo de expansão.

## **ABSTRACT**

GOZER, Isabel Cristina. **Analysis of the Self-financing Capacity Agricultural Cooperatives of Paraná.** 2003. 234 pp. Dissertation (Master's degree in Production Engineering) Production Engineering Masters Program, UFSC, Florianópolis, Brazil.

This work accomplishes a descriptive analysis of twenty-two cattle/agricultural cooperatives located in Parana State, Brazil, presenting, as study variable, the importance of the self-financing capacity for the expansion process of the studied cooperatives. This dissertation also does a retrospective of the cattle/agricultural cooperativeness in Brazil and in its State, Parana. A bibliographical research was done, with the purpose of promoting a critical vision in what concerns the accounting demonstrations of the cattle/agricultural cooperatives and the cooperative self-financing definition. Later, it develops the analysis and interpretation process of collected data in the accounting demonstrations of 1996 to 2000 period, specifically focusing the expansion process of those cooperatives, as well as its respective capital structure. At last, it was aimed to offer a situation global vision of the sample cooperatives, specifically in what it concerns the self-financing and the self-financing capacity. For that, it was calculated the financial indicators, obtained through the Resources Origin and Applications Demonstration (DOAR). The results show that the self-financing is a fundamental factor for the cattle/agricultural cooperatives growth and this conclusion stands out new important and necessary research lines to the cattle/agricultural cooperative sector of Parana State.

**Key-words:** self-financing capacity; capital structures; expansion process financing.

## 1 INTRODUÇÃO

O processo de globalização da economia, que ocasionou a eliminação de fronteiras geográficas e intensificou a concorrência entre os produtos e serviços, exige que as empresas, para sobreviverem e crescerem neste ambiente, sejam eficientes na hora de produzir e comercializar, bem como na gestão financeira do negócio.

Atualmente o proposto maior de uma empresa não se resume apenas em manter-se no mercado, mas juntamente com ele, expandir-se, o que leva a questionar se a empresa procura maximizar seu crescimento numa estrutura oligopolística de mercado (GUIMARÃES, 1987, p. 11).

Em qualquer das hipóteses acima o fundamental será a existência do capital. A decisão de captação de recursos próprios ou de terceiros, da natureza do investimento, da capacidade de geração de poupança interna e o poder de tomada de financiamento.

Roy (1964) afirmava que o fator capital, tem sido, é e sempre será o maior problema para as cooperativas, e em que pesem todas as pressões de ordem financeira sobre os cooperados, eles devem continuar tendo a maior responsabilidade na formação do capital de suas cooperativas.

Destinada a produzir e a trocar bens e serviços, a empresa só pode desempenhar convenientemente seu papel sob dupla condição: a) a obtenção de um resultado econômico suficiente para garantir as adaptações e o crescimento necessários em um contexto concorrencial e em constante evolução; b) a busca de um equilíbrio financeiro permanente (FLEURIET, 1980, p. 25).

As cooperativas agropecuárias são empresas que também precisam competir nesse disputado mercado globalizado, com uma grande diferença em relação às demais empresas capitalistas: têm uma vértice social: foram constituídas para prestar serviço a seus associados. Conforme Art. 4º do capítulo II da lei 5764, “As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituídas para prestar serviço a associados.”

Nas cooperativas agropecuárias, todo esse processo parece ser mais complexo do que os dos outros setores da economia, visto que, além das imperfeições do mercado, o ramo agrícola está sujeito a todas as intempéries. Masy (1982), ao analisar o problema de Capital Social em cooperativas, conclui que sem ele a cooperativa perde sua autonomia e independência. Ele também afirma que são muitos os casos, no Brasil, em que os membros do conselho administração precisam ser avalistas das cooperativas, pois esta não possui recursos próprios.

Todas essas transformações nos mercados mundiais fizeram com que a empresa cooperativa e o cooperativismo agropecuário ficassem em uma delicada fase de sua história econômica, sendo necessário ser discutido todo seu processo de gestão financeira, para que ambos (cooperativa e cooperativismo) pudessem ser colocados num nível em que conseguissem concorrer com as demais empresas.

Segundo o debate ocorrido no XI Congresso Brasileiro de Cooperativas (1997):

Um grande número de cooperativas apresenta problemas de sobrevivência nesse ambiente de rápida mutação. Para sobreviver e crescer, empresas cooperativas ou não, têm que ser eficientes, tanto no que produzem quanto na gerência do negócio. Enfrentam um enorme desafio de agir como empresas privadas no mercado, para terem condição de sobrevivência e, ao mesmo tempo, preservar suas relações características com os cooperados que são ao mesmo tempo dono, cliente e fornecedor.

O cooperativismo agropecuário no Paraná é um setor de grande relevância em tamanho e importância, pois representa 60% do PIB agrícola do Paraná. Não obstante, existe elevada diversificação nos modelos de gestão das cooperativas, pois em nível nacional não existe qualquer política objetiva para auxiliar o processo de gestão dessas organizações, e com isso todo o sistema cooperativista sofre desgastes, tanto junto à opinião pública, como junto ao sistema financeiro, com reflexos no seu processo de capitalização. Muitos mecanismos podem ser usados para acompanhar e melhorar o processo de gestão financeira das cooperativas, mas muitas relutam em ver as informações sobre seu desempenho econômico, financeiro e, principalmente, social divulgadas ao público.

Diante da relevância do setor e da necessidade de aprimorar o seu processo de gestão, julga-se de vital importância a realização de trabalhos nessa área, enfocando o processo de gestão financeira das cooperativas agropecuárias do Paraná.

A decisão de retenção e aplicação das sobras, ou a distribuição para os cooperados, pode ser considerada uma decisão de suma importância para a gestão financeira das cooperativas, pois se constitui no processo de escolha da estrutura de capital para o financiamento do seu processo de expansão, através da busca de fontes de recursos no sistema financeiro ou recursos próprios para financiar seus investimentos.

Ao analisar-se a estrutura de ativos e passivos de uma cooperativa pode verificar-se a forma de investimentos e a estrutura de capital total, ou seja, a proporção adotada pela cooperativa em fontes internas e externas de recursos necessárias para o desenvolvimento de sua atividade.

Pode-se afirmar então que o montante de sobras geradas por uma cooperativa num determinado período, tem dois objetivos básicos: retenção para fins de autofinanciamento ou distribuição para os cooperados.

Este estudo preocupou-se em estudar especificamente a capacidade de autofinanciamento, ou seja, a capacidade de geração de resultados econômicos operacionais, que possibilitem financiar internamente e em grande proporção o capital de giro e os investimentos necessários para a manutenção da cooperativa agropecuária. Para Fleuriet (1980, p. 25), o autofinanciamento pode ser considerado o motor que alavanca o desenvolvimento e o crescimento da cooperativa, com reflexos diretos nos seus associados.

Através da análise dos dados, buscou-se saber se o autofinanciamento é condição necessária para que a cooperativa possa manter o nível planejado de investimentos, ou se estes são independentes da sua capacidade de autofinanciamento, de maneira que a cooperativa tenha a sua disposição o mercado financeiro para a obtenção de recursos para manter seu nível de investimento planejado; buscou-se também identificar se o aporte de capitais no mercado financeiro está vinculado a capacidade de autofinanciamento da cooperativa.

## 1.1 Objetivos da pesquisa

### 1.1.1 Objetivo geral

O presente trabalho tem por objetivo identificar e analisar a capacidade de autofinanciamento das cooperativas agropecuárias do Estado do Paraná, analisadas na amostra.

### 1.1.2 Objetivos específicos

- Padronizar as demonstrações contábeis das cooperativas agropecuárias do Estado do Paraná, constantes da amostra para análise e para identificação de suas peculiaridades;
- Identificar e determinar as principais fontes de recursos no período de 1996 a 2000 das cooperativas agropecuárias do Estado do Paraná, constantes da amostra;
- Analisar as fontes de recursos de terceiros no período de 1996 a 2000 das cooperativas agropecuárias do Estado do Paraná, constantes da amostra;
- Determinar a capacidade de geração de recursos através das próprias atividades operacionais no período de 1996 a 2000 das cooperativas agropecuárias do Estado do Paraná, constantes da amostra;
- Determinar a capacidade de Autofinanciamento e o Autofinanciamento através da DOAR (Demonstração das origens e aplicações de recursos).

### 1.2 Justificativa e relevância do autofinanciamento

Conforme debatido no XI Congresso Brasileiro de Cooperativismo (1997), atualmente o sistema Cooperativista no Brasil movimenta perto de R\$ 30 bilhões na economia e congrega perto de 4 milhões de associados, sendo 34,4% no setor agropecuário, que conta hoje com 1410 unidades e mais de 5 milhões de

beneficiários, entre associados, membros familiares e funcionários, respondendo por cerca de um terço da produção nacional de alimentos (ANAIS,1997, p. 10).

Ainda, de acordo com a OCEPAR (Organização das Cooperativas do Paraná), mais de 10% da população paranaense está ligada às cooperativas.

Hoje, essas cooperativas são, em muitos municípios do Paraná, a mais importante empresa econômica, maior empregadora e geradora de receitas, atuando em perfeito sintonia com a coletividade, atendendo cerca de 35% da população rural do Estado (OCEPAR,18/12/00).

Percebe-se que as cooperativas agropecuárias detêm no Paraná um papel importantíssimo, sendo que, quando uma organização cooperativa se encontra em dificuldades financeiras, na maioria das vezes, toda a economia e a população da localidade que estão direta ou indiretamente ligadas a ela, também são afetadas.

Diante da relevância do setor cooperativo para o Paraná, vale também ressaltar a importância de uma qualificação dos diretores ou gestores das cooperativas, para que sejam mais empresários e mais modernos, menos dependentes e mais auto-suficientes na capitalização das cooperativas e, principalmente, no seu processo de gestão financeira. Segundo declarado por representantes da OCB no XI Congresso Brasileiro de Cooperativismo (1998, p. 36).

O sistema OCB deverá incentivar mudanças nas gestões financeira e estratégica das cooperativas por meio: da participação de recursos financeiros de terceiros; de alianças estratégicas entre cooperativas e empresas não cooperativas. {...} Estimular a adoção de gerências profissionais e recomendar que as posições de direção e controle sejam assumidas por cooperados devidamente preparados.

Vale destacar a importância da gestão financeira, e da qualificação e capacitação dos profissionais que administram as cooperativas agropecuárias, visando provê-los de modernas ferramentas administrativas que permitam enfrentar a complexidade de uma empresa que precisa ser competitiva sem deixar de satisfazer as aspirações do seu quadro de associados.

As cooperativas agropecuárias deveriam investir na melhoria do seu processo de gestão financeira, utilizando-se de todos os instrumentos disponíveis para garantirem decisões mais precisas. Como se trata de uma organização de pessoas, com interesses comuns, todas as dificuldades econômicas e financeiras da entidade jurídica refletirão no seu quadro de associados, bem como, em toda a comunidade a sua volta.

É pelo que foi exposto que se justifica a importância e a relevância deste trabalho, que visa apoiar o processo de gestão financeira das cooperativas agropecuárias, demonstrando um instrumental de apoio na determinação e na avaliação da forma de captação e aplicação de recursos próprios, que é sua capacidade de autofinanciamento.

O autofinanciamento pode ser considerado o motor que define a velocidade de crescimento das empresas. É obtido pela política de utilização de resultados e está ligado diretamente à formação do capital de giro (OLIVEIRA, 1996, p. 20).

O autofinanciamento ainda é avaliado como a capacidade que a cooperativa tem de crescer e sustentar suas operações com o capital de giro próprio. (Op.cit.,1996, p. 21)

O trabalho sobre autofinanciamento torna-se importante na medida que uma das características do sistema financeiro brasileiro for a virtual ausência de recursos

para investimentos com vencimento em longo prazo, tornando assim essencial para todas as organizações uma boa estratégia empresarial de captação e aplicação de recursos. A geração de recursos próprios por meio de suas atividades operacionais, não só para a manutenção de suas atividades, mas para novos investimentos, torna-se um importante instrumento na gestão das cooperativas agropecuárias que precisam se capitalizar, beneficiando os seus associados.

Neste âmbito o principal problema vivido pelas cooperativas, que afeta fortemente sua eficiência empresarial é o de formação e uso do capital de giro e da gestão dos negócios. As cooperativas em geral têm tido muitas dificuldades em formar capital de giro próprio suficiente, que permita autofinanciar suas operações (OLIVEIRA, 1996, p. 60).

Pode-se observar que a capacidade de autofinanciamento ou formação de capital de giro é fundamental para o desenvolvimento das cooperativas agropecuárias, bem como para sua eficiência empresarial e dos seus associados. É necessário que as cooperativas tenham uma política definida de autofinanciamento, a partir da sua própria operação, para evitarem necessitar de recursos financeiros de terceiros.

### 1.3 Delimitação da pesquisa

A presente dissertação seguiu o critério de separação das cooperativas no Brasil, estabelecido pela OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras, que divide o país em OCE's – Organizações Estaduais de Cooperativas, que por sua vez divide as cooperativas em categorias de cooperativismo. Este estudo preocupou-se exclusivamente com as cooperativas agropecuárias do estado do Paraná.

As informações necessárias para a realização da pesquisa foram coletadas das Demonstrações Contábeis e relatórios da administração, no período de 1996 a 2000, de uma amostra composta por vinte e duas cooperativas agropecuárias do estado do Paraná as quais foram consideradas suficientes para se atingir os objetivos propostos para a realização, com sucesso, do trabalho, diante da limitação para a obtenção das demonstrações.

## 1.4 Metodologia

### 1.4.1 Tipo da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida com base no método estudo de caso, em decorrência da busca de informações específicas. É uma técnica específica e uma forma de organizar dados observando o objetivo a ser estudado, sendo um tipo de análise qualitativa.

Segundo Bruyne; Herman & Schoutheete (1991, p. 226), os problemas são abordados como se tivessem uma pertinência científica própria e pudessem, à vontade do pesquisador, ser decomposto num certo número de problemas menores, cada um dos quais podendo ser analisado separadamente.

Segundo Gil (1984), o estudo de casos apresenta uma série de vantagens, tornando o delineamento da pesquisa mais adequado em várias situações, tais como:

a) *O estímulo a novas descobertas* – em virtude da flexibilidade do planejamento do estudo de casos, com o passar do tempo o pesquisador mantém-se atento a novas descobertas. Ao longo do tempo tem seu interesse despertado por

dados não previstos e o estudo destes novos dados torna-se mais relevante para a solução do problema, do que aqueles considerados inicialmente;

b) *A ênfase na totalidade* – no estudo de caso o pesquisador volta-se para a multiplicidade de dimensões de um problema, focalizando-o como um todo. Desta forma supera-se um problema muito comum, sobretudo nos levantamentos em que a análise individual desaparece em favor da análise de traços;

c) *A simplicidade dos procedimentos* – comparando-se os procedimentos de outros tipos de delineamento e os adotados pelo estudo de casos, observa-se que os utilizados pelo último são bastante simples. Da mesma forma, os relatórios por ele utilizados caracterizam-se por possuir uma linguagem e uma forma acessível.

Como principal desvantagem, o estudo de caso depara-se com a dificuldade de generalização dos resultados obtidos, visto tratar-se, obviamente, de um “estudo de caso”. A unidade investigada poderá ser anômala às demais de seu ramo.

Porém, considerando os fatos acima relacionados, é possível afirmar que a utilização deste método de pesquisa facilitará o desenvolvimento dos estudos, pois o mesmo oferece recursos que contribuirão para que os objetivos deste trabalho sejam alcançados.

#### 1.4.2 Método de coleta de dados

Para o desenvolvimento adequado do trabalho, foi necessário definir o método para a coleta dos dados para o estudo em questão.

Preliminarmente foi necessário obter o conjunto das Demonstrações Contábeis das cooperativas, que foram utilizadas como amostra na dissertação. Isso foi executado através da busca em *sites da internet*, visitas às cooperativas, correspondências, entrevistas com funcionários e dirigentes e através de periódicos divulgados pelas próprias cooperativas contendo suas informações econômicas e financeiras. Em seguida foram extraídas das Demonstrações Contábeis as informações necessárias para o desenvolvimento do trabalho.

#### 1.4.3 Limitação da pesquisa

As conclusões estudadas deste estudo de caso, somente servirão para análise pelas cooperativas estudadas, não podendo ser generalizadas para outras empresas, em função das peculiaridades de cada entidade.

Portanto, os resultados obtidos com esse trabalho não poderão ser generalizados para o conjunto das outras empresas, mesmo que afins pelo seu objeto social, por se tratar de um estudo específico do processo de capitalização e autofinanciamento das cooperativas agropecuárias do Estado do Paraná, relacionadas na Amostra. Apesar disso, o modelo proposto e utilizado no trabalho poderá contribuir para novas pesquisas em outras empresas ou setores.

Houve também dificuldades no momento da coleta de dados, tendo sido necessária a dedicação de um tempo maior para a obtenção das Demonstrações Contábeis de onde foram extraídas as informações para a realização do trabalho, pois as mesmas não foram tão facilmente obtidas.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Introdução

Como esse trabalho tem por objetivo avaliar a capacidade de autofinanciamento das sociedades cooperativas agropecuárias do estado do Paraná selecionadas na amostra, iniciar-se-á apresentando os aspectos conceituais do objeto da pesquisa, embasados em doutrinas e na legislação pertinente emanadas de órgãos representativos do setor cooperativista.

#### 2.1.1 Cooperativa e cooperativismo: breve histórico e aspectos conceituais

O pensamento cooperativo tem como alicerce o surgimento em 1844, nas vésperas do Natal, da “*Sociedade Probos Pioneiros De Rochdale*” que em 24 de dezembro de 1844 inauguraram o seu armazém cooperativo para atender a seus membros, com estoque de açúcar, farinha de trigo, aveia e outros produtos. A sociedade possuía um capital inicial de 28 libras e um quadro associativo de 28 sócios tecelões, em *Rochdale*, na periferia de Manchester, Inglaterra.

*Para el 24 de diciembre de 1844, em contra de lass opiniones de los comerciantes establecidos y de otros ciudadanos, abrieron un pequeno almacén, em la llamada “Callejuela del Sapo”, pero, para sorpresa de los comerciantes que les auguraron un rotundo fracaso, no sucedió así, sino que, por el contrario, la incipiente institución fue creciendo e incluyendo em su organización a muchas personas de localidades aledañas (HISTORIA DEL MOVIMIENTO COOPERATIVO).*

Esses tecelões mostraram que seria possível melhorar a sua condição de vida, a situação econômica e social de sua comunidade, caso se unissem em torno de um objetivo, formando uma Sociedade Cooperativa.

Segundo Pinho (1982) o cooperativismo no Brasil foi marcado por duas grandes tendências: o predomínio do pensamento doutrinário Rochdaleano com início no final do século passado, tendo durado aproximadamente 80 anos; e a partir do início da década de 70, a tentativa de combinar a promoção da atividade humana solidária com a racionalidade empresarial, deixando de ser idealista para firmar economia de mercado como cooperativa empresa.

A grande vantagem do sistema cooperativista, em relação aos sistemas usuais, é a redução dos custos, na relação de empregos e os decorrentes encargos, tornando possível a flexibilização na contratação de recursos humanos, gerando postos de trabalhos segundo o volume de serviço atingido (PINHO, 1982).

É o que diz a OCB, em seu livro “O Cooperativismo no Mundo” (1996, p. 8):

Sob a crescente ameaça de serem substituídos pelas máquinas a vapor e com o agravamento do estado de extrema miséria da classe operária, 28 tecelões reuniram-se para buscar outra alternativa de trabalho e sobrevivência. Baseados na experiência de precursores do Cooperativismo e tentando evitar seus erros, esses pioneiros traçaram o seguinte plano de ação: a) fundação de um armazém para fornecimento de alimentos e vestuários aos cooperados; b) construção ou compra de boas casas para os cooperados; c) montagem de uma linha de produção que garantisse trabalho aos cooperados sem emprego ou com salários irrisórios; d) compra e arrendamento de terrenos para cultivo, pelos desempregados, para posterior divisão da terra em propriedades individuais; e) destinação de parte das sobras à criação de um estabelecimento para a instrução e o desenvolvimento moral dos cooperados; f) dentro das possibilidades, organização do trabalho e da educação, além da ajuda a outros grupos, visando a fundação de novas cooperativas.

Desde então o pensamento cooperativista se espalhou pelos continentes, bem como por todos os setores da economia, sendo atualmente reconhecido e

aceito em todos os países do mundo com o uma das formas mais adequadas para atender às necessidades e interesses específicos das pessoas.

Atualmente o cooperativismo atua em diversas áreas: agropecuária, consumo, crédito, saúde, habitação etc., não encontrando dificuldades para sua expansão, pois contribui para o desenvolvimento de todos os países, estados, cidades e regiões.

Pode-se afirmar que o movimento cooperativista no Brasil teve início em 1847 nos sertões do Paraná, quando o médico francês Jean Maurice Faivre fundou, com um grupo de europeus, a colônia Tereza Cristina, organizada em bases cooperativistas.

(...) Porém, é em 1847 que situamos o início do movimento cooperativista no Brasil. Foi quando o médico francês Jean Maurice Faivre, adepto das idéias reformadoras de Charles Fourier, fundou com um grupo de europeus, nos sertões do Paraná, a colônia Tereza Cristina, organizada em bases cooperativas. Essa organização, apesar de sua breve existência, contribui na memória coletiva como elemento formador do florescente cooperativismo brasileiro. ([www.ocesp.org.br](http://www.ocesp.org.br))

Diante do exposto podem-se definir as sociedades cooperativas como agrupamento de pessoas que procuram fins em comum: sociais, econômicos e educativos, e para isso constituem uma empresa comercial.

Segundo Vitorio & Benato (1994), o cooperativismo é uma doutrina baseada na cooperação, operando como um sistema reformista da sociedade que quer obter resultados favoráveis, fruto de um trabalho coletivo que abrange o lado social.

Cooperativa é uma organização constituída por membros de determinado grupo econômico ou social, que objetiva desempenhar, em benefício comum, determinada atividade. As premissas do cooperativismo são: identidade de propósitos e interesses; ação conjunta, voluntária e objetiva para coordenação de

contribuição e serviços; obtenção de resultado útil e comum a todos (FERRINHO, 1978).

*Entre muchos valores que el cooperativismo reconoce y practica, pueden seleccionarse los siguientes, por tener una incidencia muy directa em los principios y métodos de la cooperación: 1 – La participación; 2 – La democracia; 3 – La economía de la eficacia; 4 – La solidaridad; 5 – La libertad; 6 – La equidad y; 7 – La Honestidad (VALORES Y PRINCIPIOS COOPERATIVOS).*

Sociedades cooperativas são pessoas que se unem livre e voluntariamente através do esforço e da ajuda mútua para satisfazerem suas necessidades. Prestam serviços a seus associados e à comunidade, sem objetivo de lucro, sendo administrada democraticamente por seus membros.

Em 1995, no Congresso Centenário da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), em Manchester, Inglaterra, foram identificadas as principais características das sociedades cooperativas. Nesse encontro os membros da ACI definiram cooperativa da seguinte forma:

Uma associação de pessoas que se unem voluntariamente para satisfazer suas necessidades comuns, através de uma empresa de negócios da qual possuem a propriedade em conjunto e a controlam democraticamente, pelos seguintes princípios: 1) adesão voluntária e livre; 2) gestão democrática pelos membros; 3) participação econômica dos membros; 4) autonomia e independência; 5) educação, formação e informação; 6) intercooperação; 7) interesse pela comunidade ([www.ocepar.org.br](http://www.ocepar.org.br)).

No Congresso Centenário da Aliança Cooperativa Internacional, em setembro de 1995, os congressistas, representando cooperativas do mundo inteiro consubstanciaram os Princípios Básicos do Cooperativismo, como sendo: Adesão Voluntária e livre, Gestão democrática, Participação econômica dos membros,

Autonomia e independência, Educação, Formação e Informação, Intercooperação, Interesse pela Comunidade.

Os princípios cooperativistas definidos pela ACI, podem ser assim entendidos:

- *Adesão voluntária e livre:* sociedades cooperativas são organizações voluntárias de livre adesão, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar seus serviços e, como membros, assumem as responsabilidades, sem discriminações de sexo, raciais, sociais, religiosas e políticas;

- *Gestão democrática pelos membros:* as sociedades cooperativas são organizações democráticas, controladas por seus membros, que na formulação das suas políticas e na tomada de decisões participam ativamente. Nas cooperativas singulares todos os membros têm direito igual de voto (um membro, um voto); enquanto que federações (conjunto de três cooperativas) e confederações (conjunto de três federações) são organizadas de maneira democrática;

- *Participação econômica dos membros:* os membros contribuem equitativamente para a formação do capital das suas cooperativas, o qual é controlado democraticamente. Parte desse capital é propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem freqüentemente o resultado da cooperativa, que pode ser denominado excedente ou sobras limitadas ao capital integralizado como condição de adesão. Normalmente os excedentes são destinados a um dos seguintes objetivos: o desenvolvimento da cooperativa, eventualmente através da criação de reservas, sendo que uma parte destas será indivisível; benefício aos membros na proporção das suas transações com a cooperativa; apoio a outras atividades aprovadas pelos membros;

- *Autonomia e independência:* as sociedades cooperativas são organizações autônomas, de mútua ajuda, controladas por seus membros. Se à estas se fizer necessário firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, e mesmo recorrerem a capital externo, devem fazer de maneira que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a sua autonomia;

- *Educação, formação e informação:* as sociedades cooperativas devem promover a educação e a formação de seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de maneira que estes possam contribuir para o desenvolvimento da cooperativa. Informam o público em geral sobre a natureza e as vantagens da cooperação.

- *Intercooperação:* as sociedades cooperativas servem de forma eficaz os seus membros e fortalecem o movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais;

- *Interesse pela comunidade:* as sociedades cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades, através de políticas aprovadas pelos seus membros.

Uma das características principais das cooperativas é o fato de serem uma empresa participativa, onde os associados são ao mesmo tempo usuários e proprietários, participando nas operações comerciais como usuários e nas decisões como proprietários.

Em 1948, no Congresso de Praga, sociedade cooperativa ficou definida como:

Será considerada como cooperativa, seja qual for a constituição legal, toda associação de pessoas que tenha por fim a melhoria econômica e social de seus membros pela exploração de uma empresa baseada na ajuda mínima e que observa os princípios de Rochdale (FRANKE, 1973, p. 69).

Pode-se afirmar também que o cooperativismo tem duplo caráter: social (sociedade de pessoas) e econômico (empresa). Panzutti (1997, p. 57) define cooperativa da seguinte forma:

Cooperativa é uma associação de pessoas, que têm três características básicas:

1º - Propriedade Cooperativa: significa que os usuários da cooperativa são os seus proprietários e não aqueles que detêm o capital;

2º - Gestão Cooperativa: implica concentração de poder decisório em mãos de associações;

3º - Repartição Cooperativista: significa que a distribuição do lucro da cooperativa (sobras líquidas) é feita proporcionalmente à participação dos associados nas operações das mesmas.

Tais características conferem à cooperativa o caráter de “empresa-associada” pois esta inclui:

a – Associação voluntária de pessoas que constituem uma sociedade;

b – Empreendimento comum pelo qual esta sociedade alcança seus objetivos (Op. Cit., 1997, p. 57).

Segundo a OCEPAR ([www.ocepar.org.br](http://www.ocepar.org.br)):

Cooperativa é um empreendimento de pessoas unidas voluntariamente para satisfazer suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, através de uma pessoa jurídica pertencente a todas e democraticamente controlada. A Aliança Cooperativa Internacional, durante o Congresso Internacional do Cooperativismo em 1995, reiterou que todas as cooperativas devem ser baseadas nos valores de auto-ajuda, auto-responsabilidade, democracia, equidade e solidariedade. Seus membros acreditam nos valores éticos da honestidade, abertura (transparência), responsabilidade social e preocupação com os outros.

*El cooperativismo es escuela de democracia, que relievra los valores de la persona humana y lo hace conciente de sus derechos y deberes para com la comunidad; comparte con sus conciudadanos los afanes por una sociedad en la que todos puedan participar em la construcción de las condiciones ideales para su desarrollo. Em la cooperativa las personas aprenden a ejercer control sobre sus intereses econômicos individuales y los de la comunidad que integran. (HUMANISMO Y COOPERACIÓN)*

De acordo com a Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro de 1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico de todas as sociedades cooperativistas celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que recíproca e voluntariamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro, podendo adotar por objeto qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, assegurando-lhes direito exclusivo e exigindo-lhes a obrigação do uso da expressão cooperativa em sua denominação.

As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, e se distinguem dos demais tipos de sociedades pelas seguintes características a seguir:

- I – Adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;
- II – Variabilidade do capital social, representado por quotas-partes;
- III – Limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;

- IV – Inacessibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;
- V – Singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividades de crédito, optar por critério de proporcionalidade;
- VI – “*quorum*” para o funcionamento e deliberação da Assembléia Geral baseado no número de associados e não no capital;
- VII – Retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral;
- VIII – Indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica, Educacional e Social;
- IX – Neutralidade política e discriminação religiosa, racial e social;
- X – Prestação de assistência aos associados e, quando prevista nos estatutos, aos empregados da cooperativa;
- XI – Área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.

#### 2.1.1.1 Constituição das sociedades cooperativas do Paraná

Para ser constituída e entrar em funcionamento, uma sociedade cooperativa deve seguir as seguintes regulamentações, no que tange os seus aspectos estruturais:

- Estar constituída e operar segundo a Lei nº. 5.764/71;
- Ter seus documentos arquivados na Junta Comercial;
- Ser registrada no Ministério da Fazenda no CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica);
- Obter concessão de Alvará da Prefeitura Municipal;
- Obter registro na Secretaria Estadual da Fazenda, dependendo do ramo;
- Obter registro na Ocepar/OCB;
- Aderir e participar do Programa de Autogestão das Cooperativas Paranaenses;
- Possuir cadastro dos associados como contribuintes do INSS;
- Possuir a documentação completa de todos os associados como sócios;
- Possuir todos os Livros obrigatórios atualizados: Livros de Atas das Assembléias Gerais, das Reuniões do Conselho Fiscal, da Diretoria ou Conselho de Administração, etc;
- Comprovar a participação democrática dos associados nas Assembléias Gerais;comprovar a atualização de todos os atos administrativos (contábeis, recolhimento de encargos e tributos, etc).

#### 2.1.1.2 Aspectos associativos da sociedade cooperativa singular

As sociedades cooperativas, quanto aos aspectos associativos, deve assegurar aos seus associados:

- Que todos tenham pleno conhecimento de sua dupla qualidade: condição de sócios e usuários da cooperativa;

- Que a cooperativa seja constituída pelo número mínimo de 20 pessoas físicas, sendo permitida, apenas excepcionalmente, a admissão de pessoas jurídicas;
- Que a qualificação dos associados apresente identidade entre si;
- Que exista uma íntima e coerente relação entre qualificação/qualidade dos associados, e a abrangência e natureza dos serviços e objetivos da cooperativa, para que haja “ato cooperativo”;
- Que não poderão ingressar no quadro social da cooperativa agentes de comércio e empresários que operem no mesmo campo econômico da sociedade;
- Que a adesão à cooperativa seja livre e voluntária, desde que os interessados adiram aos propósitos sociais, preencham as condições estabelecidas no estatuto e a cooperativa tenha capacidade de prestar a devida assistência aos associados;
- Que a gestão seja democrática e participativa;
- Que haja a participação econômica de todos os associados na formação do capital social da cooperativa, bem como na participação decisória;
- Que a cooperativa seja autônoma e independente;
- Que a prática da Formação, Informação e Educação Cooperativista seja constante;

- Que haja cooperação intercooperativista em todos os níveis;
- Que a cooperativa tenha interesse pela comunidade na qual está inserida, trabalhando pelo seu bem-estar;
- Que todos os associados conheçam e tenham cópia do Estatuto Social e Regimento Interno da Cooperativa;
- Que haja condições de idêntica prestação de serviços para todos os associados.

#### 2.1.1.3 Aspectos mercadológicos das sociedades cooperativas

No que se refere à sua relação com o mercado as sociedades cooperativas devem observar os seguintes aspectos:

- A cooperativa deve apresentar plena viabilidade econômico-financeira;
- O associado deve conhecer e participar das discussões dos contratos da cooperativa com o mercado;
- A cooperativa não deve ser controlada por uma empresa e deve ter diversos clientes no mercado;
- A visão do mercado deve ser sempre em benefício dos associados;
- Os associados devem ter condições de executar seus trabalhos de forma autônoma, sem subordinação aos clientes;

- A proposta de trabalho da cooperativa deve estar claramente definida e divulgada através de material informativo;
- O registro de cada associado, sua conta capital, bem como a conta relativa aos serviços executados, devem ser claros, de forma a permitir a capitalização e os rateios adequados;
- A remuneração dos diretores deve ser condizente com a legislação.

#### 2.1.1.4 Aspectos sociais das sociedades cooperativas

Quanto às questões sociais, as sociedades cooperativas, devem garantir a todos os seus associados os seguintes itens:

- Grade mínima de segurança aos associados no que se refere a seguros de vida, de acidentes, de saúde, de acordo com a decisão dos mesmos;
- Assegurar direitos sociais mínimos aos seus associados;
- Regular o uso dos fundos instituídos, tanto os divisíveis quanto os indivisíveis;
- Estimular o relacionamento do associado com sua família e a comunidade;
- Evitar exploração do trabalhador pelo mercado;
- Assegurar retorno máximo dos rendimentos para o associado;
- Assegurar que o escopo da cooperativa seja o bem estar do associado e não da cooperativa.

### 2.1.1.5 Classificação cooperativista

Para dar continuidade ao trabalho, necessárias se fazem algumas definições importantes para diferenciação de alguns termos, como a classificação quanto à forma legal e quanto ao aspecto social. Quanto à forma legal as cooperativas se classificam em singulares, centrais e confederações.

Cooperativas singulares são aquelas constituídas com o número mínimo de vinte associados, as centrais ou federações são formadas por no mínimo três cooperativas singulares e as confederações, por no mínimo três federações.

De acordo com Polondo (2001, p. 46):

Cooperativas singulares são sociedades constituídas com o número mínimo de vinte pessoas físicas, sendo excepcionalmente permitida a admissão de pessoas jurídicas que tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômica das pessoas físicas.

Cooperativas centrais ou federações de cooperativa são as cooperativas cujos associados são cooperativas singulares. São constituídas com, no mínimo três cooperativas singulares, podendo, excepcionalmente admitir associados individuais.

Confederações de cooperativas são as constituídas com no mínimo três federações de cooperativas ou cooperativas centrais, da mesma ou de diferentes modalidades.

Quanto ao objeto social, as cooperativas brasileiras, de acordo com a decisão da AGO da OCB realizada em abril de 2000 são:

1. *Agropecuário*: composto pelas cooperativas de produtores rurais ou agropastoris e de pesca, cujos meios de produção pertençam ao cooperado;
2. *Consumo*: composto pelas cooperativas dedicadas à compra em comum de artigos de consumo para seus cooperados;

3. *Crédito*: composto pelas cooperativas destinadas a promover a poupança e financiar necessidades ou empreendimentos dos seus cooperados;
4. *Educacional*: composto por cooperativas de professores, cooperativas de alunos de escola agrícola, cooperativas de pais de alunos e cooperativas de atividades afins;
5. *Especial*: composto pelas cooperativas constituídas por pessoas que precisam ser tuteladas;
6. *Habitacional*: composto pelas cooperativas destinadas à construção, manutenção e administração de conjuntos habitacionais para seu quadro social;
7. *Infraestrutura*: composta pelas cooperativas cuja finalidade é atender direta e prioritariamente o próprio quadro social com serviços de infra-estrutura;
8. *Mineral*: composto pelas cooperativas com a finalidade de pesquisar, extrair, lavar, industrializar, comercializar, importar e exportar produtos minerais;
9. *Produção*: composto pelas cooperativas dedicadas à produção de um ou mais tipos de bens e mercadorias, sendo os meios de produção propriedade coletiva, através da pessoa jurídica, e não propriedade individual do cooperado;
10. *Saúde*: composto pelas cooperativas que se dedicam à preservação e recuperação de saúde humana;

11. *Trabalho*: composto pelas cooperativas de trabalhadores de qualquer categoria profissional, para prestar serviços como autônomos, organizados num empreendimento próprio;
12. *Turismo e Lazer*: composto pelas cooperativas que desenvolvem atividades na área do turismo e lazer;
13. *Outro*: composto pelas que não se enquadrarem nos ramos acima definidos.

Tal divisão teve como objetivo principal facilitar a organização das cooperativas em federações e confederações.

O trabalho trata do ramo agropecuário do estado do Paraná, especificamente de uma amostra composta de vinte e duas cooperativas.

### 2.1.2 Cooperativismo agropecuário

O cooperativismo agropecuário no Brasil surgiu no Estado de Minas Gerais, onde foram organizadas as primeiras cooperativas a partir de 1907.

A partir de 1907, em Minas Gerais, foram organizadas as primeiras cooperativas agropecuárias. João Pinheiro, governador do estado, lançou seu projeto cooperativista com o objetivo de eliminar os intermediários da produção agrícola, cuja comercialização era controlada por estrangeiros. O café era o carro-chefe das suas preocupações e criou-se uma seção exclusiva para o produto, concedendo-lhe isenções fiscais e estímulos materiais ([www.ocesp.org.br](http://www.ocesp.org.br)).

A partir daquele ano as cooperativas agropecuárias foram surgindo no Sul do país, nas comunidades de origem alemã e italiana, que já conheciam o sistema cooperativista europeu e tinham como seu principal divulgador o italiano Stéfano Paterno ([www.oces.org.br](http://www.oces.org.br)).

Contudo, de acordo com Polonio (2001, p. 27), o primeiro dispositivo legal dispondo sobre a atividade cooperativista no Brasil é datado do dia 06 de janeiro de 1903, sob o Decreto n.º 979, que regulava as atividades dos sindicatos de profissionais da agricultura e das atividades rurais e de cooperativas de produção e consumo.

O cooperativismo agropecuário é o mais conhecido pela sociedade brasileira e já se estendeu por todo território nacional. Participa de maneira significativa nas exportações, o que engorda nossa balança comercial e abastece o mercado interno de produtos alimentícios.

As cooperativas agropecuárias prestam hoje um enorme número de serviços aos seus associados, como assistência técnica, armazenamento, industrialização e comercialização dos produtos, bem como prestar serviços de assistência social.

Diante disso, as cooperativas agropecuárias formam hoje o segmento mais forte do cooperativismo brasileiro, faturando cerca de R\$ 20 bilhões ao ano, o que representa 22% do Produto Interno Bruto do setor cooperativista, sendo o segmento economicamente mais forte do cooperativismo.

Há um número superior a 1 milhão de agricultores que, sob a proteção de 1.408 cooperativas, plantam, colhem, armazenam e comercializam. Essas cooperativas vão desde o fornecimento de insumos, até a assistência técnica, que permite aos agricultores a adoção das mais modernas tecnologias de produção ([www.ocemg.org.br](http://www.ocemg.org.br)).

A liderança do cooperativismo agropecuário no Brasil se concentra no Sul/Sudeste, tanto no número de sociedades cooperativas e número de associados, como na pujança de suas atividades econômicas, sociais e educacionais.

O segmento cooperativista agropecuário tem como principal objetivo organizar e comercializar os produtos agrícolas dos seus associados e o fornecimento de insumos e implementos agrícolas para toda a sua coletividade, buscar e colocar à disposição do quadro social, serviços de interesse do associado.

Basicamente, uma cooperativa agropecuária tem como objetivo organizar em comum e em maior escala os serviços econômicos e assistenciais de interesse de seus associados agricultores, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização dos serviços. Para tanto, comumente, propõem-se a praticar as seguintes atividades: a) vender em comum os produtos colhidos ou elaborados, entregues por seus associados, podendo proceder à classificação, padronização, depósito, armazenamento, beneficiamento e industrialização dos produtos recebidos; b) distribuir aos associados bens de produção e utilidades necessários às suas atividades agropecuárias, bem como abastecê-los de gêneros alimentícios, artigos de vestuário ou outros de uso e consumo pessoal, da família ou do lar; c) proporcionar serviços de interesse comum dos associados, para incremento e defesa de sua produção agrícola, como assistência administrativa, técnica e social; d) fomentar a cooperativa no meio rural; e) promover os serviços de utilização mútua, a favor dos seus associados (MANUAL DO COOPERATIVISMO, 1991, p. 69).

Os três valores mais importantes das cooperativas são: vendas em comum, compras em comum e assistência técnica e social.

- *Vendas em comum* – o objetivo é fazer com que, através da união de todos os associados, consigam eliminar os intermediários e receber uma remuneração justa pelo seu trabalho, pois como cooperativa, eles possuem maior competitividade e melhores condições de negócios. É nesse setor que a cooperativa desempenha um papel de alto relevo econômico em benefício do produtor associado;

- *Compras em comum* – objetiva a aquisição de bens de produção (insumos, equipamentos, máquinas, sementes, outros itens) necessários ao trabalho dos produtores cooperativados. A vantagem das compras em comum está na capacidade de reunir as pequenas demandas dos associados e transformá-las em pedidos volumosos, obtendo assim vantagens no preço e no prazo no momento da compra;

- *Assistência técnica e social* – é no setor de assistência que as cooperativas agropecuárias desempenham um papel extraordinário, fornecendo um serviço que, teoricamente, deveria ser do Estado. No campo da assistência técnica ela fornece aos associados condições de ter acesso às tecnologias adequadas, desde o desenvolvimento até a comercialização do produto do seu trabalho; já na assistência social elas oferecem o trabalho de promoção social e de assistência à juventude rural, tentando prepará-los para assumirem o lugar de seus pais, como associados. Mantêm ainda escolas, hospitais, dentistas, outros serviços; tudo para amparar os associados.

Torna-se clara a importância do cooperativismo agropecuário para o Brasil.

Ficou evidente a extraordinária contribuição do cooperativismo no processo de desenvolvimento da agropecuária nacional, seja no que se refere à obtenção dos fatores de produção, seja quanto à comercialização dos produtos rurais, seja no que concerne à defesa da economia individual do agricultor (MANUAL DO COOPERATIVISMO, 1991, p. 76).

Hoje as cooperativas agropecuárias são responsáveis por 30% da produção nacional, representam 67% do faturamento do sistema cooperativista que, por sua vez, representa 5% do PIB, significando algo em torno de 52 bilhões e 95 bilhões de reais (PIB = 1 trilhão e 59 bilhões – IBGE 2000). Dentro do Sistema Cooperativista o Ramo Agropecuário é o segundo maior em número de cooperativas com 1411 registradas, e 831.654 cooperados, superado apenas pelo ramo de trabalho, com 1887 cooperativas e 313.684 cooperados. O agropecuário é, também, o ramo que mais emprega no

cooperativismo. São 108.223 empregados. Somando-se a isso, o maior número de cooperativas exportadoras é o de agropecuárias, gerando divisas para o país em torno de US\$ 1 bilhão anuais. ([www.clubedofazendeiro.com.br](http://www.clubedofazendeiro.com.br)).

### 2.1.3 Evolução do cooperativismo agropecuário no Estado do Paraná

Com o advento da imigração, surgiram no Paraná em 1829, com a chegada de um grupo de 248 imigrantes alemães, os primeiros movimentos marcados pela cooperação, que fundaram a Colônia Rio Negro. Diversos movimentos embasados no espírito da cooperação surgiram até 1911. Em 1930 no município de Paulo Frontin, a primeira cooperativa foi registrada formalmente. Mas, foi a partir de 1969 que o movimento cooperativista paranaense ganhou proporções, com o início das discussões para a implantação dos projetos de integração, desenvolvidos conjuntamente pela ACARPA, DAC e INCRA, como o apoio do Banco do Brasil, BRDE, BNCC e CFC. Com o objetivo de equalizar a atuação do sistema de cooperativas nas regiões do Paraná, criou-se os projetos PIC (Projeto Iguaçu de Cooperativismo), Norcoop (Projeto Norte de Cooperativismo) e Sulcoop (Projeto Sul de Cooperativismo), os quais contemplaram oeste e sudeste, norte e centro-sul, respectivamente. ([www.ocepar.org.br](http://www.ocepar.org.br)).

Segue abaixo um breve histórico da evolução do cooperativismo agropecuário no Estado do Paraná.

#### 2.1.3.1 O cooperativismo antigo

O cooperativismo agropecuário pode ser considerado recente no Estado do Paraná. A Lei 22.239, de 1932, é considerada como de cunho legitimamente

cooperativista, muito embora antes dela já houvesse surgido no Estado do Paraná diversas cooperativas.

A sociedade cooperativa de consumo Svitlo, é uma das pioneiras do Estado do Paraná, que foi fundada por Valentin P. Cuts, registrada no dia 15 de janeiro de 1920. Esta cooperativa surgiu na localidade de Carazinho, comarca de União da Vitória, contando com um número de 30 associados (BORTOLI, 1984).

A primeira cooperativa a registrar-se oficialmente, após o Decreto-Lei nº 581, de 1938, que criou o registro obrigatório das cooperativas, foi a Cooperativa Agrária de Consumo de Responsabilidade Limitada, que surgiu em 1930, na localidade de Vera-Guarani, atual município de Paulo Frontin, dia 19 de maio de 1942, que também foi criada sob a inspiração de Cuts. O movimento pioneiro do cooperativismo paranaense está ligado ao engenheiro agrônomo ucraniano Valentin Cuts, que desembarcou no solo paranaense no ano de 1892 (BORTOLI, 1984).

### 2.1.3.2 O cooperativismo colonial

A partir de 1820 o processo imigratório do Estado do Paraná e a colonização das terras do Estado passa a ser realizada por instituições internacionais e empresas privadas desligando-se, assim, da ação governamental.

Os imigrantes holandeses, alemães, poloneses, russos e coreanos que chegavam ao Estado eram instalados em pequenas propriedades agrícolas, nos denominados Campos Gerais, onde diversas colônias foram criadas e começaram a desenvolver atividades agrícolas.

Diversos desses imigrantes traziam em suas tradições algumas raízes de organização cooperativista, influenciando com essa forma de organização na

economia da região, introduzindo na mesma pastagens artificiais, melhoria genética dos rebanhos de gado leiteiro, produção de laticínios e cultivo de cereais.

### 2.1.3.3 Cooperativismo do mate

Após 1920, o Paraná passou a ter erva-mate como seu principal produto de exportação e o setor cooperativista ligado a esta atividade é considerado exemplo de organização com federações nos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso, composto por 30 cooperativas e milhares de associados (BALHANA, 1969, p. 16).

As necessidades de as produtoras de erva-mate se organizarem em cooperativas surgiu diante de uma situação econômica adversa, quando a Argentina, um dos mercados para onde a erva-mate era exportada, resolveu cultivar a erva em seu próprio país, o que ocasionou queda na demanda e redução dos preços dos produtos do mercado internacional.

Face aquela situação desfavorável, os agricultores se convenceram de que a luta isolada os tornava impotentes para resistir às investidas dos intermediários. Com isso o setor se organizou em várias cooperativas, com apoio integral do governo federal.

Foram instaladas quatorze cooperativas abrangendo mais de dez mil associados. O cooperativismo do mate estava ligado às origens do movimento cooperativista no estado do Paraná. A exigência histórica do cooperativismo do mate constitui-se em valioso subsídio para a teoria e a prática do cooperativismo no Estado (BORTOLI, 1984, p. 22).

#### 2.1.3.4 Cooperativismo do café

Como a erva-mate, o café também foi importantíssimo para o Estado do Paraná e para a economia brasileira.

As cooperativas cafeeiras foram implantadas na década de 1960, sendo que no ano de 1964 o Paraná já contava com um número de trinta e três cooperativas de cafeicultores.

O cooperativismo cafeeiro foi construído sobre uma estrutura fundiária constituída por pequenas propriedades, sendo grande parte do lucro obtido com café utilizado para o pagamento da própria terra.

Por serem propriedades pequenas, tornava-se inviável para os produtores a aquisição de máquinas para o beneficiamento do café, o que facilitou a junção desses pequenos produtores em cooperativas.

Organizar o setor cafeeiro em cooperativas tinha como objetivo principal a exportação e conquista de novos mercados. Por meio das cooperativas foi possível padronizar, beneficiar e armazenar o produto (BORTOLI, 1984).

#### 2.1.3.5 PIC, NORCOOP, SULCOOP

A partir do cooperativismo do café, os agricultores tiveram a iniciativa de constituir cooperativas em vários municípios do Paraná. Com isso, surgiu a necessidade de se organizar e coordenar o movimento cooperativista no Estado.

Na época as entidades INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, ACARPA – Associação de Crédito e Extensão Rural do Paraná e o DAC –

Departamento de Assistência ao Cooperativismo, já atuavam, no cooperativismo, mas de forma complementar isolada.

Essas entidades decidiram juntas coordenar e estabelecer um zoneamento cooperativista para a região. Nasceu então, primeiramente o PIC, depois o NORCOOP e finalmente o SULCOOP (BORTOLI, 1984).

*PIC – Projeto Iguaçu de Cooperativismo* → foi fundamentado em doze princípios básicos que tinham como objetivo a harmonização de um processo de integração, tendo como objetivo final a formação de escala econômica, fazendo com que o pequeno produtor pudesse ter poder de competição. Este projeto desencadeou um processo de orientação e fundação de novas cooperativas, bem como a reorganização daquelas já existentes.

Em 1973, o PIC contava com treze cooperativas, 18 entrepostos e aproximadamente vinte mil associados (BORTOLI, 1984).

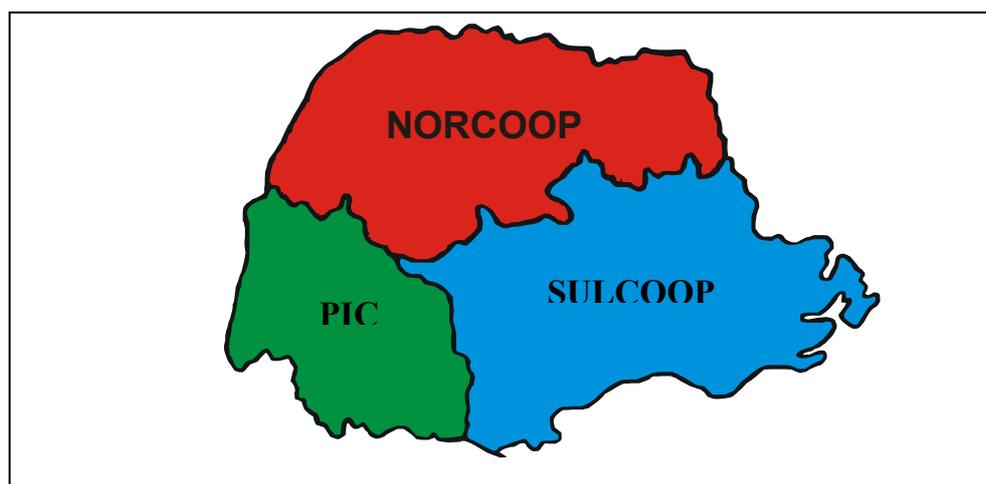
*NORCOOP – Projeto de Cooperativismo do Norte do Paraná* → O PIC incentivou o surgimento de outros projetos do setor cooperativista. Surgiu assim em 1974 o NORCOOP, com vinte e duas cooperativas agropecuárias do norte do estado.

O NORCOOP abrange 173 municípios e traz consigo, além dos princípios de integração, a busca de entendimentos que favorecem a realização de compras e vendas em comum, tanto no mercado interno, quanto externo.

*SULCOOP – Projeto Centro Sul de Cooperativismo* → Também no ano de 1976 surgiu o SULCOOP, com a participação de vinte e três cooperativas agropecuárias da região centro e sul do estado do Paraná. Tendo a mesma

finalidade do PIC e NORCOOP: o desenvolvimento sócio-econômico das sociedades participantes do projeto e de toda a região.

**FIGURA 1 – Área de abrangência do PIC/NORCOOP e SULCOOP**



Fonte: [www.ocepar.org.br](http://www.ocepar.org.br)

#### 2.1.3.6 Representação do sistema paranaense de cooperativismo

Os principais órgãos representativos do setor cooperativista são:

ACI – Aliança Cooperativa Internacional;

OCA – Organização das Cooperativas das Américas;

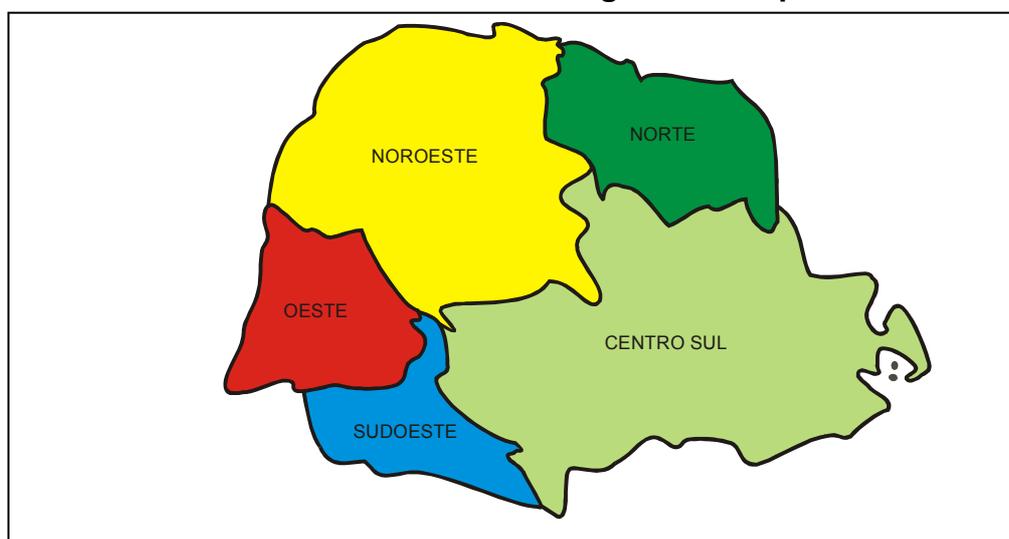
OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras;

OCE'S – Organizações Estaduais de Cooperativas.

Todas as cooperativas singulares, bem como centrais, as federações e confederações de cooperativas, devem ser filiadas à sua respectiva OCE'S, todas as OCE'S devem estar filiadas à OCB, que deve estar filiada a OCA e ACI. As OCE'S congregam e representam todos os segmentos do cooperativismo no Estado.

A OCEPAR – Organização das Cooperativas do Estado do Paraná é o órgão representativo do setor no estado do Paraná. Segundo a OCEPAR o Paraná em 1991 foi dividido em cinco núcleos regionais cooperativistas, de acordo com a localização geográfica e área de ação de todas as cooperativas ([www.ocepar.org.br](http://www.ocepar.org.br)).

**FIGURA 2 – Divisão de núcleos regionais cooperativistas**



Fonte: [www.ocepar.org.br](http://www.ocepar.org.br)

**TABELA 1 – Divisão de núcleos regionais cooperativistas**

<b>Ativa Categoria</b>	<b>Ativa Núcleo</b>	<b>Município</b>	<b>Sigla</b>
Agropecuário	Centro Sul	Palmeira	WITMARSUM
Agropecuário	Centro Sul	Castro	CASTROLANDA
Agropecuário	Centro Sul	Prudentópolis	CAMP
Agropecuário	Centro Sul	Wenceslau Braz	COOPALESTE
Agropecuário	Centro Sul	Ponta Grossa	COOPERPONTA
Agropecuário	Centro Sul	Guarapuava	AGRÁRIA
Agropecuário	Centro Sul	Lapa	BOM JESUS
Agropecuário	Centro Sul	Guarapuava	COOPERSUL
Agropecuário	Centro Sul	Bituruna	COABIL
Agropecuário	Centro Sul	Carambei	CCLPL
Agropecuário	Centro Sul	São José dos Pinhais	CLAC
Agropecuário	Centro Sul	Cruz Machado	COOPERCRUZ
Agropecuário	Centro Sul	Ponta Grossa	COOPAGRÍCOLA
Agropecuário	Centro Sul	Carambei	BATAVO
Agropecuário	Centro Sul	Castro	UNICASTRO
Agropecuário	Centro Sul	Arapoti	CAPAL
Agropecuário	Centro Sul	Guarapuava	COAMIG
Agropecuário	Centro Sul	Irati	LACTSUL
Agropecuário	Centro Sul	Guarapuava	COACAN
Agropecuário	Centro Sul	Curitiba	CENTRALPAR
Agropecuário	Centro Sul	Guarapuava	CLPL
Agropecuário	Noroeste	Mandaguari	COLARI
Agropecuário	Noroeste	Jandaia do Sul	COOPerval
Agropecuário	Noroeste	Campo Mourão	COAMO
Agropecuário	Noroeste	Ubirata	COAGRO
Agropecuário	Noroeste	Goioere	COAGEL
Agropecuário	Noroeste	Nova Londrina	COPAGRA
Agropecuário	Noroeste	Maringá	COCAMAR
Agropecuário	Noroeste	Mandaguari	COCARI
Agropecuário	Noroeste	Astorga	COCAFE
Agropecuário	Noroeste	Rondon	COOCAROL
Agropecuário	Noroeste	Astorga	NOVA PRODUTIVA
Agropecuário	Noroeste	Paraíso do Norte	COOPCANA
Agropecuário	Norte	Londrina	CATIVA
Agropecuário	Norte	Londrina	INTEGRADA
Agropecuário	Norte	Porecatu	COOFERCAP
Agropecuário	Norte	Cambara	COOPRAMIL
Agropecuário	Norte	Ibipora	COCEAL
Agropecuário	Norte	Rolandia	COROL
Agropecuário	Norte	Londrina	CONFEPAR
Agropecuário	Norte	Londrina	VALCOOP
Agropecuário	Norte	Londrina	COPANOR
Agropecuário	Norte	Assai	CASB
Agropecuário	Norte	Cornélio Procópio	CAMPAL
Agropecuário	Oeste	Cascavel	COTRIGUACU
Agropecuário	Oeste	Capanema	COAGRO
Agropecuário	Oeste	Medianeira	SUDCOOP
Agropecuário	Oeste	Palotina	COOPERVALE
Agropecuário	Oeste	Cascavel	COOPAVEL
Agropecuário	Oeste	Cascavel	COODETEC
Agropecuário	Oeste	Medianeira	LAR
Agropecuário	Oeste	Assis Chateaubriand	AGROPAR
Agropecuário	Oeste	Marechal Când. Rondon	COPAGRIL
Agropecuário	Oeste	Cafelândia	COPACOL
Agropecuário	Oeste	Toledo	COOPERLAC
Agropecuário	Sudoeste	Dois Vizinhos	CAMDUL
Agropecuário	Sudoeste	Francisco Beltrão	COPERSANTANA
Agropecuário	Sudoeste	Palmas	COCAMP
Agropecuário	Sudoeste	São João	COASUL
Agropecuário	Sudoeste	Pato Branco	CAPEG
Agropecuário	Sudoeste	Mariópolis	CAMISC
Agropecuário	Sudoeste	Laranjeiras do Sul	COPROSSEL
Agropecuário	Sudoeste	Laranjeiras do Sul	COAMIL

Fonte: [www.ocepar.org.br](http://www.ocepar.org.br)

O cooperativismo agropecuário paranaense está representado através de oito centrais. Esta representação e integração das cooperativas agropecuárias está estruturada das seguintes unidades administrativas:

- a) Confederação das Cooperativas Centrais Agropecuárias do Paraná Ltda — CONFEPAR, com sete filiações;
- b) Cooperativa Central de Laticínios do Paraná Ltda. — CCLPL;
- c) Cooperativa Central Agropecuária do Paraná Ltda — COCAP, com trinta e três filiações;
- d) Cooperativa Central Regional Iguaçu Ltda. — COTRIGUAÇU, com cinco filiações;
- e) Cooperativa Central Agropecuária Campos Gerais Ltda. — COOPERSUL, com três filiações;
- f) Cooperativa Central Agropecuária Sudoeste Ltda. — SUDCOOP, com sete filiações;
- g) Cooperativa Central de Algodão Ltda. – COCEAL, com quatro filiações;
- h) Cooperativa Central de Alimentos Paraná Ltda – CENTRALPAR, com três filiações;
- i) Cooperativa Central Agropecuária de Desenvolvimento Tecnológico e Econômico Ltda – COODETEC, com vinte e cinco filiações.

### 2.1.3.7 As cooperativas rumo à agroindustrialização

A criação dos projetos de integração fizeram com que produtores rurais e as cooperativas tivessem um contato maior, mostrando que além da integração das regiões, era necessária uma integração de todo o estado, fortalecendo suas alianças e prosperando a cooperativa.

Este processo foi iniciado em 1982, com a criação da CONFEPAR – Confederação das Cooperativas Centrais Agropecuárias do Paraná Ltda. A partir daí, o movimento cooperativista começou a estudar projetos que viabilizassem a construções de complexos industriais, fazendo com que as cooperativas agropecuárias passassem de fornecedoras de matéria-prima para repassadoras de bem de consumo, tendo como mola propulsora a agroindustrialização ([www.ocepar.org.br](http://www.ocepar.org.br)).

O setor agroindustrial cooperativista começou em 1976, e hoje, o Estado do Paraná, através das agroindústrias cooperativadas, possui um dos mais modernos parques industriais do país, conforme relata a OCEPAR – Organização das Cooperativas do Estado do Paraná ainda:

A vocação agropecuária do Paraná oferece um grande potencial para o desenvolvimento do setor agroindustrial, face à disponibilidade de matérias-primas e de energia, à infra-estrutura para escoamento da produção, à proximidade aos grandes centros de consumo e pela capacidade empreendedora do seu povo. [...] Assim, a agroindustrialização da produção agropecuária se apresenta como a mola propulsora para a transformação do estado de exportador de matérias-primas em exportador de bens de consumo, aproveitando o potencial disponível ([www.ocepar.org.br](http://www.ocepar.org.br)).

Na tabela 2, pode-se constatar a participação das agroindústrias originadas das cooperativas agropecuárias, nas plantas industriais, instaladas no Estado do Paraná.

**TABELA 2 – Plantas instaladas no Paraná e participação das cooperativas**

<b>Segmentos agroindustriais</b>	<b>Capacidade total Instalada</b>	<b>Participação das Cooperativas (%)</b>
<b>Rações</b>	18.000 t/d	30
<b>Leite</b>		
Usina de beneficiamento (pasteurização)	5.358.000 l/d	48
Derivados lácteos	500 t/d	50
Leite em Pó	15.000 t/a	100
Queijos	120 t/d	55
<b>Carnes</b>		
Suínos	2.800 cab/h	15
Aves	115.000 cab/h	20
Bovinos	1.650 cab/h	5
<b>Beneficiamento</b>		
Algodão	300.000 t/a	78
<b>Fiações</b>		
Algodão	80.000 t/a	72
Seda	2.420 t/a	21
<b>Malte</b>	85.000 t/a	100
<b>Trigo</b>	1.400.000 t/a	16
<b>Milho</b>	245.161 t/m	2
<b>Mandioca</b>		
Farinha	250.000 t/a	5
Fécula	150.000 t/a	35
<b>Oleaginosas</b>		
Esmag. de soja	33.240 t/d	24
Refino	2.880 t/d	25
<b>Cana</b>		
Açúcar	1.400.000 t/a	8
Alcool	1.300.000 m <sup>3</sup> /a	34
<b>Arroz</b>	5.060 t/d	5
<b>Café</b>		
Beneficiamento	950 t/d	38
Torrefação	220 t/d	10

Fonte: [www.ocepar.org.br](http://www.ocepar.org.br)

A expansão agropecuária se limita à ocupação total da fronteira agrícola. Com isso o crescimento da produção dependerá da melhoria da produtividade, e via agroindustrialização, e da agregação de valores aos produtos primários.

Nesse contexto, as cooperativas se constituem elementos fundamentais para implantação de novos projetos, pois por meio delas suas ações no setor resultam na agregação de valores sobre o produto primário, que retorna para os produtores, que poderão reinvestir na atividade produtiva, garantindo o desenvolvimento do meio rural e oferta de matérias-primas permanentemente.

#### 2.1.3.8 O cooperativismo atual e sua importância para o Estado do Paraná

O cooperativismo nas suas diversas categorias desenvolve ações imprescindíveis para o desenvolvimento de toda a comunidade paranaense, em especial para as populações rurais.

Segundo a OCEPAR – Organização das Cooperativas do Estado do Paraná, o Estado possui hoje 202 cooperativas, envolvendo mais de 1.200.000 paranaenses, que direta ou indiretamente dependem das cooperativas e que participam efetivamente do seu desenvolvimento social e econômico ([www.ocepar.org.br](http://www.ocepar.org.br)).

**TABELA 3 – Cooperativas do Paraná filiadas à Ocepar**

<b>Categoria</b>	<b>N.º de Cooperativas</b>	<b>N.º de Associados</b>
Agropecuário	67	90.050
Consumo	01	1.608
Crédito mútuo e Crédito rural	48	104.594
Transporte	12	1.866
Educacional	12	29.020
Habitacional	01	130
Infraestrutura – Eletr. Rural	09	8.371
Saúde	35	12.434
Trabalho	16	1.900
Turismo e Lazer	01	152
<b>TOTAL</b>	<b>202</b>	<b>250.125</b>

Fonte: [www.ocepar.org.br](http://www.ocepar.org.br)

Pode-se constatar que o cooperativismo agropecuário é o segmento cooperativista mais importante do estado do Paraná, porque possui um número de 63 cooperativas que representam aproximadamente 33% de todas as cooperativas do estado, envolvendo 90.050 associados, representando 36% de todos os paranaenses associados a uma cooperativa ([www.ocepar.org.br](http://www.ocepar.org.br)).

O cooperativismo agropecuário representa para o Estado do Paraná 50% do PIB da agricultura, participando de forma intensa de todo o processo de produção, beneficiamento, armazenamento e industrialização agropecuária, tanto no mercado interno quanto externo, representando atividade primordial na economia do estado, participando ativamente do mercado, agindo também como agente social, atendendo pequenos e médios produtores ([www.ocepar.org.br](http://www.ocepar.org.br)).

Através do seu desenvolvimento as cooperativas agropecuárias passaram a ser instrumentos de difusão de importantes tecnologias, bem como implementadoras de políticas de desenvolvimento, constituindo-se num elo de ligação entre o governo e o produtor rural.

A ligação entre o produtor rural e o governo ocorreu com a difusão do crédito rural, armazenagem, manejo, conservação de solo, entre outros. Isso levou o Paraná à liderança nacional de produtividade e produção agrícola, transformando as cooperativas em agentes de desenvolvimento social e econômico.

Contudo isso, as cooperativas agropecuárias são, em muitos municípios do Paraná, a principal empresa, maior empregadora e maior geradora de receitas, atendendo cerca de 35% da população rural do Estado, como associados das mesmas. As cooperativas são de extrema importância para os pequenos e médios produtores (área de até 50 ha), que são normalmente os menos favorecidos e representam aproximadamente 75% dos associados do Estado pois observa-se que

onde existe um número maior de grande proprietários a participação dos associados nas cooperativas diminui ([www.ocepar.org.br](http://www.ocepar.org.br)).

**TABELA 4 – Distribuição dos associados das cooperativas segundo a sua estrutura fundiária – 1999**

Módulo de área (ha)	N.º associados	Percentual (%)
0-10	23.859	25,71
11-50	45.447	48,98
51-100	12.393	13,36
+ de 100	11.097	11,95
<b>TOTAL</b>	<b>92.796</b>	<b>100,00</b>

Fonte: [www.ocepar.org.br](http://www.ocepar.org.br)

A participação das cooperativas agropecuárias na capacidade de armazenagem a granel do estado também é relevante, uma vez que representa 41% da capacidade estática do Estado, elevando-se para 45% na armazenagem a granel. Outro aspecto importante é o fato das cooperativas hoje operarem com quase todos os produtos agrícolas importantes para a economia paranaense, além de serem as primeiras na implantação de novas culturas e projetos.

**TABELA 5 – Participação das cooperativas na produção do estado – 1999**

Produtos	Produção do Estado (em t)	% das cooperativas
Soja	7.752.472	62,0
Trigo	1.447.790	64,6
Milho	8.777.465	36,3
Algodão (em caroço)	109.144	78,8
Feijão	570.097	3,7
Arroz	186.880	12,2
Leite comerc. (em 1000 l ) in natura	909.577	59,0
Aves	960.070	16,1
Suínos	267.900	21,7
Café em coco	283.626	22,3
Cevada	78.722	50,2
Cana de açúcar	27.016.957	24,3

Fonte: [www.ocepar.org.br](http://www.ocepar.org.br)

Diante do exposto fica evidente a importância das cooperativas agropecuárias para o desenvolvimento do estado do Paraná. Esse fato pode ser comprovado através da pesquisa anual da Revista Exame, que traz no ano 2000 várias cooperativas agropecuárias entre as melhores empresas do Estado do Paraná.

## 2.2 Demonstrações contábeis cooperativistas: aspectos relevantes e diferenciações

Em 29/12/1993 o Conselho Federal de Contabilidade baixou duas resoluções importantes para o aperfeiçoamento da contabilidade no Brasil. Por um trabalho executado por conceituados profissionais da contabilidade, o CFC baixou a Resolução n.º 750, que aprova os Princípios Fundamentais da Contabilidade e a Resolução n.º 751 que dispõe sobre as normas brasileiras de contabilidade.

Na Resolução n.º 751, o Conselho Federal de Contabilidade estabeleceu uma estrutura para as Normas Brasileiras de Contabilidade, incluindo um item específico para as sociedades cooperativas. As sociedades cooperativas, por suas características, têm alguns aspectos muito próprios que marcam ampla análise.

A sociedade cooperativa, por sua natureza jurídica própria, não se confunde com as sociedades comerciais. Estas têm finalidade de lucro, o que não ocorre com aquela, que é mera prestadora de serviços a seus associados (POLONIO, 2001, p. 43).

**TABELA 6 – Diferenças entre sociedade cooperativa, associação e sociedade mercantil**

<b>Sociedade Cooperativa</b>	<b>Associação</b>	<b>Sociedade Mercantil</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ É uma sociedade de pessoas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ É uma sociedade de pessoas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ É uma sociedade de capital</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Objetivo principal é a prestação de serviços econômicos ou financeiros</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Objetivo principal é realizar atividades assistenciais, culturais, esportivas etc.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Objetivo principal é o lucro</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Número ilimitado de cooperantes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Número ilimitado de associados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Número ilimitado de acionistas</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Controle democrático = uma pessoa tem apenas um voto</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Cada pessoa tem um voto</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Cada ação representa um voto</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Assembléia: <i>quorum</i> é baseado no número de cooperantes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Assembléia: <i>quorum</i> é baseado no número de associados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Assembléia: <i>quorum</i> é baseado no capital</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Não é permitida a transferência das quotas-partes a terceiros, estranhos à sociedade</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Não tem quotas-partes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Transferência das ações a terceiros</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Retorno dos excedentes proporcional ao valor das operações</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Não gera excedentes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Lucro proporcional ao número de ações</li> </ul>

**Fonte:** Manual de orientação para constituição de cooperativas. [www.contadorperito.com](http://www.contadorperito.com)

No ano de 1972, o Banco do Brasil S.A, o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), o Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC) e a Ascop Ltda. – Auditoras Independentes, como uma assessoria especial do Incra, realizaram estudos que visavam a padronização das demonstrações contábeis para as cooperativas

brasileiras. Após um longo trabalho técnico de pesquisa, foi aprovado o PLANCOOP – Plano de Padronização Contábil para as Cooperativas Brasileiras, que a partir daí passou a ser adotado pela grande maioria das cooperativas.

O PLANCOOP era bastante flexível, dando apenas as linhas mestras, em que se poderia enquadrar qualquer tipo de cooperativa. Em seguida foram feitos diversos detalhamentos no PLANCOOP, para adaptá-lo aos diversos tipos de Cooperativas (Coleção Seminários – CRC – SP/Ibracon, 2000, p. 18-19).

Com o advento da Lei 6.404, no ano de 1976 (Lei das sociedades anônimas) que provocou modificações na legislação anterior, as instituições financeiras passaram a realizar análise de balanços para a concessão de empréstimos e financiamentos. Com isso as cooperativas adotaram as novas regras na preparação de suas demonstrações contábeis. As cooperativas passaram a elaborar a Demonstração do Resultado do Exercício, conforme determina a Legislação Cooperativista, que determina que essa demonstração seja elaborada demonstrando o resultado por produtos ou setores, para o atendimento das exigências bancárias.

Conforme o artigo 176 da Lei 6.404/76, ao fim de cada exercício social a diretoria fará elaborar, com base na escrituração contábil da entidade, as seguintes demonstrações contábeis:

- Balanço Patrimonial;
- Demonstração dos Lucros ou Prejuízos Acumulados;
- Demonstração do Resultado do Exercício;
- Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos;
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Segundo o Manual de Orientação Contábil das Sociedades Cooperativas Agropecuárias (1993, p. 188):

No final de cada exercício social, serão elaboradas, com base na escrituração contábil da cooperativa, as seguintes demonstrações, que devem exprimir com clareza a situação do patrimônio da Cooperativa e as mutações ocorridas no exercício.

Demonstrações Contábeis de elaboração obrigatória:

I – Balanço Patrimonial;

II – Demonstração do Resultado do Exercício; Demonstrações Contábeis de elaboração opcional, porém de extrema importância para os administradores e associados;

I – Demonstração das sobras ou perdas à disposição da AGO;

II – Demonstrações das mutações do Patrimônio Líquido;

III – Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos;

IV – Notas explicativas às Demonstrações Contábeis.

Como se observa, para a melhor evidenciação da situação econômico-financeira das cooperativas agropecuárias o manual de orientação contábil recomenda a elaboração de todas as demonstrações contábeis e não só as obrigatórias. Mas é comum e normatizado em quase todas as cooperativas a elaboração unicamente das demonstrações contábeis obrigatórias, apesar de ser obrigatória a publicação das mesmas, algumas cooperativas tornam difícil o acesso aos usuários interessados.

A lei 5.764 da Política Nacional do Cooperativismo define no seu art. 44 as demonstrações contábeis que deverão ser elaboradas pelas cooperativas:

I - Prestação de contas dos órgãos de administração acompanhada de parecer do Conselho Fiscal, compreendendo:

a) relatório de gestão;

b) balanço;

c) demonstrativo das sobras ou das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade e o parecer do Conselho Fiscal:

II – Destinação das sobras apuradas ou rateios das perdas decorrentes da insuficiência das contribuições para cobertura das despesas da sociedade, deduzindo-se, no primeiro caso, as parcelas para os Fundos Obrigatórios.

Diante do exposto, pode-se afirmar que as demonstrações contábeis das cooperativas são elaboradas de acordo com a Lei 6.404/76, mas por suas peculiaridades possuem diferenciações relevantes e importantes que merecem serem estudadas e analisadas.

Observa-se que as cooperativas adaptaram suas demonstrações contábeis às demonstrações contábeis estabelecidas pela Lei 6.404/76 e até hoje seguem essa estrutura, observando algumas particulares das cooperativas.

### 2.2.1 O balanço patrimonial das sociedades cooperativas

O Balanço Patrimonial demonstra a posição financeira da cooperativa em um determinado momento. Está estruturado em dois grandes grupos: o Ativo, onde são classificados todos os bens e direitos de propriedade da cooperativa; e o Passivo onde são classificadas todas as obrigações e o Patrimônio Líquido da cooperativa; ou, numa segunda definição, o passivo representa as origens de recursos e o ativo as aplicações de recursos.

Segundo *Iudícibus et al* (1997, p. 34), conforme o artigo 178 da Lei 6.404/76:

No balanço, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registram, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia.

Para Marion (1998, p. 53): “O Balanço Patrimonial reflete a posição em determinado momento, normalmente no fim do ano ou de um período prefixado”.

Segundo *Manual de Orientação Contábil das Sociedades Cooperativas Agropecuárias* (1993, p. 188):

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil destinada a evidenciar, quantitativa e qualitativamente a posição patrimonial e financeira da cooperativa.

O Balanço Patrimonial deverá ser estruturado ordenadamente com obediência aos seguintes quesitos:

- As contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem e agrupadas de modo a facilitar aos usuários o conhecimento e uma adequada análise e interpretação da situação econômico-financeira;
- No Ativo as contas devem ser dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados, ou seja, as mais rapidamente conversíveis em dinheiro;
- No Passivo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de exigibilidades dos elementos nelas registrados.

O Balanço Patrimonial tem por objetivo a apresentação do patrimônio da Cooperativa, isto é Ativo, Passivo e o Patrimônio Líquido num determinado momento, devendo ser apresentado de modo a facilitar a análise da situação financeira da cooperativa.

#### 2.2.1.1 Principais diferenciações do balanço patrimonial cooperativista em relação ao das demais sociedades

Como ficou demonstrado, as sociedades cooperativas seguem a estrutura do Balanço Patrimonial da Lei 6404-76, com algumas diferenciações. A seguir serão descritas as diferenciações de acordo com os grupos do Balanço Patrimonial.

### 2.2.1.1.1 Grupos do Ativo

*Ativo Circulante* → as principais diferenciações no ativo circulante encontram-se no grupo dos créditos e no grupo dos estoques.

No grupo dos créditos devem ser destacados, além dos valores a receber de clientes, funcionários e outros, os valores a receber dos associados, agrupados conforme a natureza do crédito (vendas, repasse ou empréstimos), evidenciando assim se a cooperativa está financiando seus associados no curto prazo.

No grupo dos estoques os produtos devem ser relacionados pelos valores individuais de cada produto, podendo a cooperativa optar pela divulgação de tal informação nas notas explicativas.

Segundo Manual de Orientação Contábil das Sociedades Cooperativas Agropecuárias (1993, p. 81):

No caso específico das cooperativas, esses estoques estão representados principalmente pelos produtos agrícolas, produtos de natureza animal, produtos extrativos e correlatos, bens de revenda e fornecimento, produtos industrializados, produtos em elaboração, matérias-primas e/ou material direto, culturas em formação, almoxarifados, importações em andamento, adiantamentos a fornecedores, etc.

*Ativo Realizável a Longo Prazo* → no Ativo Realizável a Longo Prazo, a classificação segue o mesmo padrão do Ativo Circulante, diferenciando-se apenas pelo prazo de vencimento.

De acordo com Manual de Orientação Contábil das Sociedades Cooperativas Agropecuárias (1993, p. 85) os valores classificados no Ativo Realizável a Longo Prazo “Exprimem direitos da cooperativa que normalmente se modificam, na sua

qualidade, no prazo acima de um ano, ou seja, valores com realização a prazo indeterminado”.

*Ativo Permanente* → A classificação desse grupo é o mesmo presente na Lei 6.404/76, não havendo diferenciações.

#### 2.2.1.1.2 Grupos do Passivo

*Passivo Circulante* → como no ativo circulante, também no passivo circulante, uma das principais diferenciações em relação às demais sociedades, é a classificação das obrigações para com os associados. Também são classificadas todas as demais obrigações da cooperativa, como tributárias, sociais, com fornecedores diversos, bem como outras obrigações com terceiros.

Assim o passivo circulante das cooperativas pode ser classificado da seguinte forma:

- *Obrigações com associados*: são classificadas todas as obrigações da cooperativa com seus associados, procedentes da entrega de produção, antecipação de recursos, retenções diversas ou até mesmo capital a restituir de associados demissionários;
- *Obrigações com terceiros*: são classificadas todas as obrigações contraídas com terceiros, referentes à compra de bens e à prestação de serviço, incluindo as transações normais com coligadas, controladas ou subsidiárias;
- *Obrigações com entidades públicas*: são classificadas todas as obrigações da cooperativa junto ao governo, como impostos, taxas e contribuições, que devem ser recolhidos de acordo com a legislação vigente no país.

- *Obrigações com pessoal e diretoria*: são classificadas todas as obrigações com os funcionários e a Diretoria relativas a salário, 13º salário, férias, gratificações e honorários;

- *Obrigações com instituições financeiras*: são classificadas todas as obrigações da cooperativa com as instituições financeiras, do país e do exterior, cujos recursos podem ser aplicados pela cooperativa no capital de giro, em investimentos ou para comercialização;

- *Provisões*: são classificados valores ainda não totalmente definidos, mas que entretanto, já representam obrigações para a cooperativa. São custos ou despesas operacionais que a cooperativa poderá deduzir em cada exercício social, na importância destinada a este, e constituir a provisão, com objetivo de reconhecer estas obrigações, mesmo que ainda não tenham sido pagas;

- *Passivo Exigível a Longo Prazo* → a classificação é a mesma do passivo circulante, diferenciando-se apenas o prazo de vencimento das obrigações, de curto para longo prazo;

- *Resultados do Exercício Futuro* → diversas cooperativas tem demonstrado esse grupo de contas. Mas cabe lembrar que NBC-T-3 eliminou este grupo das demonstrações das sociedades, devendo as receitas de exercícios futuros ser apresentadas de forma retificada, dos créditos correspondentes;

- *Patrimônio Líquido* → o grupo do patrimônio líquido é um grupo de balanço patrimonial das cooperativas, que apresenta várias diferenciações com relação às demais sociedades.

O Patrimônio Líquido nas cooperativas está subdividido em Capital Social, Reservas e Fundos, Resultado do Exercício e Resultado de Períodos Mensais.

- *Capital Social*: é classificado como Capital Social o investimento feito pelos associados da Cooperativa, sendo representado por quotas-parte, segundo o artigo 24 da Lei Cooperativista nº 5.764/71, e o valor das quotas-partes não poderá ser superior ao salário mínimo vigente no país;

- *Reservas e Fundos*: neste grupo estão classificados os valores de todas as reservas e fundos, constituídas por sobras ou não, por disposição legal ou assembléia. Segundo o Manual de Orientação Contábil das Sociedades Cooperativistas (1993, p. 130): “A constituição de Fundos e Reservas está prevista no artigo nº 28 da Lei Cooperativista nº 5.764/71”.

As reservas e fundos obrigatórios são: Reserva Legal, FATES - Fundo de Assistência Técnica, Social e Educacional, sendo facultativo à Assembléia dos associados constituir outros fundos. Na Lei 5.764/71 fica evidenciado claramente que os fundos de Reserva e Assistência Técnica Educacional e Social, depois de constituídos, serão indivisíveis.

#### Dos Fundos

Art. 28. – As cooperativas são obrigadas a constituir:

I- Fundo de Reserva destinado a reparar perdas e a atender ao desenvolvimento de suas atividades, constituído com 10% (dez por cento), pelo menos, das sobras líquidas do exercício;

II- Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa, constituído de 5% (cinco por cento), pelo menos, das sobras líquidas apuradas no exercício.

§ 1º - Além dos previstos neste artigo, a Assembléia Geral poderá criar outros fundos, inclusive rotativos, com recursos destinados a fins específicos, fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

- *Resultado do Exercício:* neste grupo, são classificados os valores das sobras ou perdas do período social, até que AGO decida sobre a sua destinação;
- *Resultado de períodos mensais:* neste grupo são classificadas as sobras ou perdas apuradas nos períodos mensais e respectivas correções monetárias, para que haja sua destinação final por ocasião do encerramento do exercício social. É uma conta utilizada apenas para atender à legislação fiscal e aos controles internos da cooperativa.

De acordo com o exposto acima, fica claro que se no período houver sobras, sua destinação deverá ser proposta pela diretoria da cooperativa em sua Assembléia Geral e aprovada pelos associados.

Se em algum exercício a diretoria não fizer nenhum tipo de proposição, o valor das sobras do período deverá ser classificado no passivo circulante, pressupondo que a distribuição será feita aos associados no exercício seguinte.

#### 2.2.1.2 Considerações finais sobre o balanço patrimonial

Como ficou evidenciado, as principais diferenciações do balanço patrimonial das sociedades cooperativas encontram-se no ativo circulante, passivo circulante e no patrimônio líquido.

Ao analisar o balanço patrimonial de uma cooperativa, precisa-se salientar que a cooperativa agropecuária, além de ter que financiar a si própria, tem que financiar muitas vezes o cooperado, para garantir a aquisição de uma determinada quantidade de produtos e/ou vendas de insumos, com isto, deve-se atentar para o

detalhe de fazer-se uma relação no grupo de contas relativas aos associados no ativo e no passivo circulante, pois algumas vezes pode ocorrer de os associados estarem financiando a cooperativa, e, em outros, de os associados estarem sendo financiados pela cooperativa, e ainda, numa terceira situação, alguns associados estarem sendo financiados por outros associados. Estes dois grupos são, portanto, importantíssimos para a análise da situação financeira da cooperativa agropecuária.

Outro grupo do balanço patrimonial da cooperativa que merece uma avaliação especial é o Patrimônio Líquido, principalmente no que se refere à constituição de reservas estatutárias, pois as reservas, como já foi mencionado, após constituídas, tornam-se indivisíveis.

O uso indiscriminado da alocação do resultado do exercício para fundos e reservas indivisíveis é criticado, pois os recursos que se acumulam em reservas e fundos indivisíveis não são retornados aos associados. Além do mais o direito de propriedade é diluído e ninguém sabe quem na verdade é dono dos fundos e reservas indivisíveis até que a cooperativa seja liquidada e todos os credores preferenciais aos associados sejam pagos.

Gestores e diretores tendem a ser menos sensíveis às necessidades dos associados e mais independentes à medida que os fundos e reservas indivisíveis crescem. O sentido de propriedade é perdido e associados sentem-se menos compelidos a controlar os diretores nas cooperativistas que utilizam extensivamente o uso de fundos e reservas indivisíveis porque a reivindicação direta sobre os investimentos da cooperativa é pequena (COTTERILL, 1987).

Fisher (1989) comenta que não existe justificativa válida, tanto em princípio como em bases econômicas para uma cooperativa reter qualquer forma do seu resultado em fundos e reservas indivisíveis. Ele argumenta que o resultado do

exercício deve pertencer aos associados, porque são os associados os donos da cooperativa.

Além do mais, o argumento de que a cooperativa deve reter parte dos resultados em fundos e reservas para proteger contra eventuais perdas ou para prover fundos para a expansão não possuem mérito. Estes propósitos podem servir igualmente bem através da alocação dos resultados para a conta capital social.

Além do mais, os fundos e reservas exigidos pela lei já oferecem parte destes recursos, não havendo necessidade de torná-los ainda maiores, a custo do não crescimento da conta capital social.

#### 2.2.1.3 Modelo de balanço patrimonial da cooperativa agropecuária

O Manual de Orientação Contábil às Sociedades Cooperativas Agropecuárias propõe o seguinte modelo para apresentar o Balanço Patrimonial dessas Sociedades:

**QUADRO 1 – Balanço patrimonial**

<b>ATIVO</b>	
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	
DISPONÍVEL	
Caixa	
Bancos conta Movimento	
Aplicações Financeiras	
Numerários em Trânsito	
DIREITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	
Valores a Receber de Cooperados	
Valores a Receber de Terceiros	
Aplicações Financeiras a Curto Prazo	
Valores a Receber de Entidades Públicas	
Outros Valores a Receber	
ESTOQUES	
Produtos Agrícolas	
Produtos Industrializados	
Bens de Vendas e Fornecimento	
Almoxarifado	
DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE	
<b>ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	
Valores a Receber de Cooperados	
Valores a Receber de Terceiros	
Valores a Receber de Entidades Públicas	
Valores a Receber da Diretoria	
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	
INVESTIMENTOS	
(-) PROVISÃO P/ PERDAS DE INVESTIMENTOS	
IMOBILIZADOS	
(-) DEPRECIações E EXAUSTões ACUMULADAS DIFERIDO	
(-) AMORTIZAções ACUMULADAS	
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>
	Obrigações com Associados
	Obrigações com Terceiros
	Obrigações com Entidades Públicas
	Obrigações com Pessoal e Diretoria
	Obrigações com Instituições Financeiras
	Provisões
	<b>PASSIVO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>
	Obrigações com Associados
	Obrigações com Terceiros
	Obrigações com Entidades Públicas
	Obrigações com Instituições Financeiras
	Provisões
	<b>RESULTADO DE EXERCÍCIO FUTURO</b>
	Receitas de Exercícios Futuros
	Custos e Despesas
	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>
	Capital Social
	Reservas de Capital
	Reservas Legais e Estatutárias
	Outras Reservas
	Sobras/Perdas à Disposição da AGO
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	

Fonte: Manual de orientação contábil das sociedades cooperativas agropecuárias (1993, p.189-190).

## 2.2.2 A demonstração do resultado do exercício das sociedades cooperativas

A demonstração do resultado do exercício (DRE) é um relatório contábil que fornece um resumo do resultado econômico da cooperativa referente a um determinado período, confrontando as receitas e as despesas desse mesmo período. Tem por objetivo fornecer o resultado econômico na forma de lucros ou prejuízos em determinado exercício social, o qual afetará o valor do patrimônio líquido da empresa.

A demonstração do resultado do exercício, conforme o próprio nome sugere, demonstra o resultado obtido pela empresa em determinado período, isto é, o lucro ou prejuízo. É importante notar que, enquanto o balanço patrimonial representa a posição da empresa em determinado momento, a demonstração do resultado acumula as receitas, os custos e as despesas relativas a um período de tempo, mostrando o resultado e possibilitando conhecer seus componentes principais (PEREIRA, 1998, p. 80).

§ 1º Na determinação do resultado do exercício serão computados: a) as receitas e os rendimentos ganhos no período, independentemente de sua realização em moeda; e b) os custos, despesas, encargos e perdas, pagos ou incorridos, correspondentes a essas receitas e rendimentos (IUDÍCIBUS, 199, p. 503).

A demonstração do Resultado do Exercício é uma demonstração dos aumentos e reduções causados no Patrimônio Líquido pelas operações da empresa. As receitas representam normalmente aumento do ativo, através de ingresso de novos elementos, como duplicatas a receber ou dinheiro proveniente das transações. Aumentando, aumenta o patrimônio líquido. As despesas representam redução do patrimônio líquido, através de um entre dois caminhos possíveis: redução do ativo ou aumento do passivo exigível (MATARAZZO, 1994, p. 47).

A Demonstração do Resultado do Exercício é a peça Contábil destinada a evidenciar a composição do resultado de forma resumida, formado num determinado período, decorrente das operações da cooperativa com seus associados e não associados, quando existirem.

A Demonstração de Resultado do Exercício apresenta num determinado período as receitas, os custos e as despesas, de forma ordenada e separada de acordo com a sua natureza, visando fornecer informações sobre a composição do resultado da empresa, evidenciando o resultado econômico de suas operações.

Nas cooperativas, o nome correto dessa demonstração é Demonstrativo de Sobras ou Prejuízos do Exercício à Disposição da A.G.O.

#### 2.2.2.1 Principais diferenciações da demonstração do resultado do exercício cooperativista

Uma das principais diferenciações da DRE das sociedades cooperativas agropecuárias é que esta deve ser apresentada de maneira a identificar o resultado apurado por setor ou produto. Isso deve ser feito de maneira a facilitar a distribuição das sobras ou prejuízos acumulados.

A soma dos resultados apresentados por produtos determina a sobra ou prejuízo operacional da cooperativa, cujo montante ficará exposto na demonstração do resultado. A sobra ou o prejuízo operacional deverão ser somados às receitas ou diminuídos das despesas não operacionais, cujos valores são expressos na demonstração de resultados separadamente.

A partir daí é apurada a sobra ou o prejuízo antes da provisão para o Imposto de Renda, de acordo com a legislação vigente, após a dedução da provisão para imposto e contribuição social, é obtida a sobra ou o prejuízo líquido.

Se houver sobras líquidas serão constituídas as reservas legais e, caso existam, reservas estatutárias.

As receitas das cooperativas agropecuárias são classificadas em:

- *Receitas com Vendas de Bens*: são todas as receitas provenientes das vendas de produtos agrícolas de associados e não associados. Ex: Receitas de Produtos Agrícolas, Receitas de Produtos com Natureza Animal e Receitas de Produtos Industrializados. Também compõe essa receita a venda de produtos de consumo para associados e não associados.

- *Receitas Técnicas*: segundo Manual das Sociedades Cooperativas (1993, p. 146):

Registra todas as receitas oriundas do objetivo principal da cooperativa e/ou acessória ao desenvolvimento normal de sua operacionalização, tais como taxas e contribuições de recepção, padronização, armazenagem, administração dos estoques, etc.

Exemplos: receitas técnicas com Produtos Agrícolas, de Produtos de Natureza animal.

- *Receitas com Prestação de serviços*: representam todas as receitas de prestação de serviço a associados e não associados. Ex: Assistência Técnica Agrônômica ou Assistência Técnica Veterinária. Para atender à legislação cooperativista, todas as receitas de não-associados deverão ser contabilizadas separadamente.

Art. 85. – As cooperativas agropecuárias e de pesca poderão adquirir produtos de não associados, agricultores, pecuaristas ou pescadores, para completar lotes destinados ao cumprimento de contratos ou suprir capacidade ociosa de instalações industriais das cooperativas que as possuem.

Art. 86. – As cooperativas poderão fornecer bens e serviços a não associados, desde que tal faculdade atenda aos objetivos sociais e estejam de conformidade com a presente lei.

Art. 87. – Os resultados das operações das cooperativas com não associados mencionados nos artigos 85 e 86, serão levados à conta do “Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social” e serão contabilizados em separado, de molde a permitir cálculo para incidência de tributos.

- *Outras Receitas Operacionais:* neste grupo são classificadas todas as demais receitas operacionais que não se enquadram na classificação dos grupos anteriormente citados;

- *Receitas não-operacionais:* são todas aquelas receitas que não se relacionam com a atividade principal e os objetivos sociais da cooperativa. As receitas não-operacionais são classificadas após a apuração do resultado operacional na Demonstração do Resultado do Exercício. Ex: ganhos ou perdas de capital na venda de bens do Ativo Imobilizado.

Como as receitas precisam ser demonstradas por setores ou produtos, também os custos deverão ser representados por atividades específicas. Ex.: Cada produto agrícola, produtos de natureza animal, custo dos serviços prestados a associados e custo dos serviços prestados a não-associados deverão ser apurados e demonstrados, confrontando-os com as suas respectivas receitas.

A demonstração do resultado do exercício das cooperativas agropecuárias deve ser elaborada de maneira a deixar claro o resultado do exercício conforme determina a Lei nº 5.764, que define a Política Nacional do Cooperativismo no seu artigo 87.

### 2.2.2.2 Considerações finais sobre a demonstração do resultado do exercício das sociedades cooperativas

Ficou claro que a Demonstração do Resultado do Exercício das Sociedades Cooperativas possui diferenças relevantes para aquela das demais sociedades, tornando-se assim essencial para qualquer análise o conhecimento das particularidades dessa demonstração.

Como foi visto, a diferenciação mais relevante é o fato do resultado ser apurado por produtos, associados e não-associados.

### 2.2.2.3 Modelo da demonstração do resultado do exercício para cooperativa agropecuária

A seguir é demonstrado um modelo de DRE utilizado pelas cooperativas. Nesse modelo, as operações realizadas com associados e não associados são classificados separadamente, com o objetivo de evidenciar aquelas parcelas que serão tributadas e destinadas diretamente para a conta do FATES.

**TABELA 7 – Demonstração do Resultado do Exercício**

DISCRIMINAÇÃO	TOTAL	ASSOCIADOS	N/ASSOCIADOS
<b>RECEITA BRUTA OPERACIONAL</b> .....			
Venda de Produtos			
Agrícolas.....			
Vendas de Insumos.....			
Vendas Prod. Nat. Animal.....			
Vendas de Serviços.....			
<b>SUBTOTAL</b> .....			
<b>(-) DEDUÇÕES</b>			
ICMS s/ Vendas.....			
Finsocial s/ Vendas.....			
PIS s/ Rec. Operacional.....			
Vendas Canceladas.....			
Devolução de Vendas.....			
I.V.V.....			
<b>SUBTOTAL</b> .....			
<b>(-) CUSTOS</b>			
Custo dos Produtos. Agrícolas.....			
Custo dos Insumos.....			
Custo do Prod. Nat. Animal.....			
Custo dos Serviços.....			
<b>SUBTOTAL</b> .....			
<b>RESULTADO BRUTO OPERACIONAL</b> .....			
(+) Receitas Financeiras.....			
(-) Despesas Financeiras.....			
(-) Despesas c/ Pessoal.....			
(-) Desp. Conselho Adm. e Fiscal.....			
(-) Despesas Administrativas.....			
(-) Despesas Técnicas.....			
(-) Despesas Comerciais.....			
(-) Despesas Tributárias.....			
(-) Despesas Indedutíveis.....			
<b>RESULTADO LÍQUIDO OPERACIONAL</b> .....			
<b>RECEITAS/DESPESAS N/OPERACIONAIS</b>			
(+) Receitas não Operacionais.....			
(-) Despesas não Operacionais.....			
( ) Ganhos/Perdas de Capital.....			
( ) Resultado C.M. do Exercício.....			
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b> .....			
<b>PROVISÃO P/I.R. E CONTRIB. SOCIAL</b>			
(+) Prov. p/Contribuição Social.....			
(-) Prov. p/I.R.....			
( ) Prov. p/AIR.....			
<b>RES. ANTES DESTIN. LEGAIS/ESTATUT.</b>			
( ) Transf. p/Res. Sobras Inflac.....			
( ) Transf. p/Res. Equalização.....			
(-) Fates Operações c/Terceiros.....			
(-) Fates – 5%.....			
(-) Fundo de Reserva – 10%.....			
<b>“AD REFERENDUM”</b>			
<b>SOBRAS/PERDAS À DISPOSIÇÃO DA AGO</b> .....			

Fonte: Manual de orientação contábil das sociedades cooperativas agropecuárias (1993, p. 191-192).

### 2.2.3 A demonstração de sobras ou perdas acumuladas à disposição da A.G.O.

Essa demonstração é destinada a evidenciar as mutações ocorridas nos resultados das cooperativas durante o exercício. Explica as variações que ocorrem, de um ano para outro, na conta de sobras ou perdas à disposição da AGO. Quanto à legislação fiscal, não é de elaboração obrigatória.

O artigo 186 da lei 6.404/76 (1995, p. 557) estabelece:

A demonstração de lucros ou prejuízos acumulados discriminará: I – o saldo do início do período, os ajustes de exercícios anteriores e a correção monetária do saldo inicial; II – as reversões de reservas e o lucro líquido do exercício; III – as transferências para reservas, os dividendos, a parcela dos lucros incorporada ao capital e o saldo ao final do período (OCB, 1993).

A demonstração de sobras ou perdas a disposição da AGO pode ser substituída pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, que produz informações mais completas, abrangendo não somente a conta de Sobras ou Perdas, mas também todas as demais contas que compõem o Patrimônio Líquido da cooperativa.

Marion (1998, p. 379):

A demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) deverá ser apresentada pelas empresas em conjunto com as outras Demonstrações Financeiras (Balanço Patrimonial, Demonstração de Origem e Aplicações de Recursos e Demonstrações do Resultado do Exercício). A Demonstração das Mutações do PL (DMPL) é facultativa (exceto para as Cias Abertas). No entanto, a apresentação da DMPL desobriga a publicação da DLPA, uma vez que esta está contida naquela.

### 2.2.3.1 Principais diferenciações da demonstração de sobras ou perdas acumuladas à disposição da A.G.O.

A principal diferenciação da Demonstração de sobras ou perdas acumuladas à disposição da AGO é o fato que esta não se enquadraria no ramo cooperativista, pois como já foi citado, nas cooperativas não há uma intenção inicial de obtenção de lucros nos negócios, esta sociedade não recolhe impostos de renda, e ao final do exercício apuram somente se houve sobras ou perdas operacionais, no caso de haver sobras, essas seriam a princípio todas distribuídas entre os associados “*pro-rata*” e proporcionais às operações de cada associado naquele exercício, e se houver perdas, essas deveriam ser custeadas pelos associados também na proporção às operações de cada associado no exercício, sendo assim, não haveria necessidade da elaboração da demonstração de Sobras ou Perdas Acumuladas.

Se a cooperativa tiver um resultado positivo, ou seja, sobra, após a constituição de todas as reservas, esse resultado será distribuído em forma de retorno da sobra ou ainda, poderão ser capitalizadas. Se o resultado for negativo, os associados terão que fazer o reembolso na proporção das operações realizadas ou em partes iguais.

Contudo, a não elaboração da demonstração das sobras ou perdas acumuladas à disposição do AGO deixa uma interrogativa: como proceder quando houver ajustes de exercícios anteriores? Segundo IBRACON (Instituto Brasileiro de Contabilidade):

Entendemos que nesse caso a cooperativa deve debitar ou creditar conta de reserva e divulgar o procedimento em nota explicativa, obtendo aprovação pela Assembléia Geral Ordinária. Poderá ocorrer que os ajustes de exercícios anteriores, quando o saldo for devedor,

seja maior que as reservas existentes. Nesse caso, temos duas soluções básicas:

- a) debitar a diferença na conta dos associados, na proporção das operações realizadas no exercício em que se originaram os ajustes; ou
- b) por deliberação da Assembléia Geral Ordinária, manter o valor em conta retificativa de patrimônio líquido, para posterior débito em reserva a ser constituído.

Contudo, a demonstração de sobras ou perdas acumuladas à disposição da AGO pode ser elaborada para melhor evidenciar as reservas constituídas e do valor a ser distribuído aos associados.

### 2.2.3.2 Modelo da demonstração de sobras ou perdas acumuladas à disposição da AGO para cooperativas agropecuárias

No quadro 2, é demonstrado o modelo usual das Cooperativas para a Demonstração das Sobras ou Perdas à disposição da AGO.

#### QUADRO 2 – Demonstração de sobras ou perdas acumuladas

<b>1 RECURSOS</b> .....		R\$.....
1.1 Saldo Inicial de Sobras ou Pedras .....		R\$.....
1.2 Ajustes de Exercícios Anteriores .....		R\$.....
1.3 Resultado Líquido do Exercício		
1.3.1 Resultado com Associados.....	R\$.....	R\$.....
1.3.2 Resultado com não Associados.....	R\$.....	R\$.....
<b>2 DESTINAÇÕES</b> .....		R\$.....
2.1 De caráter Fiscal		
2.1.1 Reserva de Sobras Inflacionárias .....		R\$.....
2.1.2 FATES – Resultado c/ não Associados .....	R\$.....	R\$.....
2.2 De caráter legal e/ou Estatutário		
2.2.1 Reserva Legal.....		R\$.....
2.2.2 FATES .....		R\$.....
2.2.3 Outras Reservas ou Fundos (discriminar).....		R\$.....
2.2.4 Sobras Distribuídas.....		R\$.....
2.2.5 Sobras Capitalizadas.....		R\$.....
2.2.6 Demais Destinações (discriminar) .....	R\$.....	R\$.....
<b>3 COMPENSAÇÕES</b> .....		R\$.....
3.1 Compensação de Perdas à Disposição		
3.1.1 Reserva Legal.....		R\$.....
3.1.2 Outras Reservas Específicas (discriminar).....	R\$.....	R\$.....
3.2 Perdas Rateadas .....		R\$.....
<b>4 SOBRAS OU PERDAS À DISPOSIÇÃO (1-2-3)</b> .....		R\$.....

Fonte: Manual de orientação contábil das sociedades cooperativas agropecuárias (1993, p. 197).

#### 2.2.4 A demonstração das mutações do patrimônio líquido das sociedades cooperativas

Como a elaboração da demonstração das sobras ou perdas acumuladas à disposição da AGO não se enquadra no caso das cooperativas, tem sido usual as cooperativas elaborarem a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Enquanto a demonstração das sobras ou perdas à disposição da AGO, evidencia a mutação de apenas uma conta do Patrimônio Líquido, a DMPL faz uma clara indicação do fluxo entre todas as contas do patrimônio líquido, fornecendo informações detalhadas sobre a movimentação do patrimônio líquido, inclusive sobre a conta de sobras ou perdas acumuladas.

Assaf Neto (1993, p. 116):

A demonstração das mutações patrimoniais abrange todas as contas do patrimônio líquido, identificando os fluxos ocorridos entre uma conta e outra e as variações (acréscimo e diminuições) verificadas no exercício.

Marion (1998, p. 368):

Ao contrário da DLPA (Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados) que fornece a movimentação, basicamente, de uma única conta do Patrimônio Líquido (Lucros Acumulados), a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) evidencia a movimentação de diversas (todas) contas do PL ocorrido durante o exercício. Assim todo acréscimo e diminuição do Patrimônio Líquido são evidenciados através desta demonstração, bem como a formação e utilização das reservas (inclusive aquelas não originadas por lucro).

#### 2.2.4.1 Principais diferenciações da demonstração das mutações do patrimônio líquido cooperativista

A diferença mais relevante da demonstração das mutações do patrimônio líquido das cooperativas apresenta-se exatamente na conta sobras ou perdas acumuladas, pelo fato da mesma não existir, pois toda a sobra é distribuída e toda perda é compensada pelos associados, necessitando de algumas adaptações às nomenclaturas das contas usadas para as sociedades cooperativas.

#### 2.2.4.2 Modelo da demonstração das mutações do patrimônio líquido para cooperativas agropecuárias

**TABELA 8 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido**

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RES. DE CAPITAL	RESERVAS DE SOBRAS	RES. DE EQUALIZAÇÃO	SOBRAS ACUMUL.	TOTAIS
Saldo em 31.12.9X						
Sobras Exerc. 90, Capitalizadas em Retenção Rotativa (AGO de 08.03.91)						
Transf. Sobras Acum. p/Reservas de Contingência						
Retenção p/ Aum. Cap. s/ Prod. Entregues p/ Assoc.						
Transf. p/ Aum. De Capital Mediante Retenção						
Transf. p/ Capital, C. M. das Retenções						
Integraliz. Cap. Mediante Ingresso Novos Assoc.						
Pgto. Cotas Cap. Assoc. Demit. Excluídos.						
Incorp. C.M. ao Capital Social						
Utilização FATES no Exercício de 9Y						
Reserva de Capital						
C.m. do Balanço do Exercício de 9Y.						
Resultado do Exercício de 9Y.						
DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUÁRIAS						
FATES-Result. Operações com Terceiros						
FATES-30% Cfe. Estatuto Social						
Fundo Reserva-20% Cfe. Estatuto Social						
TOTAIS						

Fonte: Manual de orientação contábil das sociedades agropecuárias (1993, p. 198)

### 2.2.5 A demonstração das origens e aplicações de recursos

A DOAR, demonstração das origens e das aplicações de recursos, está prevista no art. 176 da Lei 6.404/76 e tem por objetivo fornecer informações sobre os fatores que provocaram alterações no capital circulante líquido (CCL), que corresponde a diferença entre ativo circulante e passivo circulante, sendo a posição financeira relacionada com financiamentos e investimentos ao fim de cada exercício social.

Os objetivos da demonstração das origens e aplicações de recursos são:

- identificar, resumidamente, as fontes de recursos responsáveis pelas alterações no capital de giro e onde esses recursos foram aplicados durante um determinado período de tempo;
- completar a divulgação sobre a posição financeira sobre os resultados das operações durante o mesmo período de tempo;
- orientar os que dela se utilizam, incluindo administradores e investidores, na tomada de decisões de ordem econômica e financeira referentes ao empreendimento (PEREZ, 1999, p. 143).

A elaboração do DOAR contribui para a análise do capital circulante líquido da cooperativa, evidenciando os elementos que contribuíram para a sua variação (positiva ou negativa).

A DOAR é um instrumento para o analista. Mostra a movimentação dos recursos em termos de variação do capital circulante líquido, detalhando as diversas fontes e aplicações de recursos que o afetaram. Através dessa demonstração, o analista pode saber se a empresa gerou recursos em suas operações, se imobilizou recursos no período, se obteve novas fontes de financiamento a longo prazo e se os acionistas fizeram novas apostas de capital (PEREIRA, 1999, p. 143).

Marion (1998, p. 432): “a Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos mostra a procedência de novos recursos que ingressam na empresa durante o período contábil e que afetaram o seu circulante”.

A DOAR possibilita determinar quais foram as fontes de recursos da empresa e como esses recursos foram aplicados nas suas operações, gerando informações acerca das fontes de financiamento e qual o destino desses recursos, ou seja, suas aplicações. Evidencia também o nível de imobilização da empresa e o nível de investimentos em atividades não operacionais.

#### 2.2.5.1 Principais contas

A lei das Sociedades por Ações, no seu artigo 188, discrimina a forma de apresentação da demonstração das origens e aplicações de recursos:

Art. 188. A demonstração das origens e aplicações de recursos indicará as modificações na posição financeira da companhia, discriminando:

I – as origens dos recursos agrupados em:

- a) lucro do exercício, acrescido de depreciação, amortização ou exaustão e ajustado pela variação nos resultados de exercícios futuros;
- b) realização do capital social e contribuições para reservas de capital;
- c) recursos de terceiros, originários do aumento do passivo exigível a longo prazo e da alienação de investimentos e direitos do ativo imobilizado;

II – as aplicações de recursos agrupados em:

- a) dividendos distribuídos;
- b) aquisição de direitos do ativo imobilizado;
- c) aumento do ativo realizável a longo prazo, dos investimentos e do ativo diferido;
- d) redução do passivo exigível a longo prazo;

III – o excesso ou insuficiência das origens de recursos em relação às aplicações, representando aumento ou redução da capital circulante líquido;

IV – os saldos, no início e no fim do exercício, do ativo e passivo circulantes, o montante do capital circulante líquido e ou seu aumento ou redução durante o exercício (PEREZ 1999, p. 147-148).

As origens de recursos para a cooperativa são:

- *Das Operações:* são aquelas provenientes da atividade da cooperativa agropecuária, ou seja, das sobras do exercício. Neste caso a lei estabelece que serão consideradas como origem as sobras do exercício contábil, acrescidas pela depreciação, amortização, baixa de bens do imobilizado, resultado de exercícios futuros entre outras. Esses acréscimos na realidade têm como objetivo converter o lucro econômico em lucro financeiro, que é o valor que de fato afeta o capital circulante líquido – CCL;

- *Dos Associados:* são as provenientes dos associados da cooperativa, através da retenção de sobra para aumento de capital social ou um aumento de capital através de chamada de capital;

- *De terceiros:* são as provenientes de terceiros, ou seja, os recursos que ingressam na cooperativa agropecuária originárias de outras sociedades governamentais ou não governamentais. Ex: empréstimos a longo prazo.

As aplicações de recursos para a cooperativa são:

- *Aquisição de Capital Fixo:* essa é a forma mais comum de aplicação de recursos. Uma boa administração consiste em fazer investimentos no ativo com recursos e em volume que não sacrifique o fluxo financeiro e o capital de giro da cooperativa;

- *Da redução de capital de terceiros, o Passivo Exigível a Longo Prazo:* as reduções do exigível a longo prazo são constituídas em quase sua totalidade por reclassificações do passivo Exigível a Longo Prazo para o Passivo Circulante, pois cronologicamente, o que é longo prazo se transformará em curto prazo, e essa reclassificação aumenta o passivo circulante, e conseqüentemente reduz o Capital

Circulante Líquido, constituindo-se uma aplicação de recursos. A diminuição do Passivo Exigível a Longo Prazo pode ser pelo pagamento antecipado de dívidas;

- *Da remuneração do capital próprio:* são os pagamentos de quotas-partes a associados demitidos, eliminados ou excluídos, bem como, pela distribuição das sobras do período.

Essas são as aplicações de recursos mais comuns, porém, poderão haver outras como: aplicações financeiras a longo prazo, depósitos judiciais.

### 2.2.5.2 Modelo DOAR

A seguir, é demonstrado um modelo de DOAR usualmente utilizado pela cooperativa:

#### TABELA 9 – DOAR

VERIFICAÇÃO DO CAPITAL DE GIRO LÍQUIDO			
DESCRIÇÃO	199Y	199X	TOTAL
<b>ORIGENS DE RECURSOS DAS OPERAÇÕES</b>			
- Resultado Líquido do Exercício.....			
- Depreciação do Exercício.....			
- Baixas de Bens Imobilizado.....			
- Correção Monetária do Exercício.....			
- Amortização Diferido.....			
- Atualização Contrato de Mútuos.....			
- Atualização Emprést. Compulsório - Veículos.....			
- Variação Monetária Quota - Cons. Veículos.....			
- Resultado Exercício Futuro - Redução.....			
<b>SUBTOTAL DOS ASSOCIADOS.....</b>			
- Retenção s/ Produção 199Y de Associados p/ Aumento do Capital Social.....			
- Aumento do Capital Social.....			
<b>SUBTOTAL DE OUTROS FINS.....</b>			
- Redução do Realizável a Longo Prazo.....			
- Aumento do Exigível a Longo Prazo.....			
<b>SUBTOTAL.....</b>			
<b>TOTAL DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS....</b>			
- Aumento no Ativo Permanente em:			
- Investimentos.....			
- Imobilizado.....			
- Ajuste Depreciação Imobilizado.....			
- Diferido.....			
<b>SUBTOTAL.....</b>			
- Redução do Exigível a Longo Prazo.....			
- Aplicações Financeiras a Longo Prazo.....			
- Utilização do Fates.....			
- Pagamento de Quotas-Partes a Associados Demitidos, Eliminados ou Excluídos.....			
- Depósitos Judiciais.....			
- Contencioso Fiscal.....			
- Aumento Emprést. Compulsório Eletrobrás.....			
<b>SUBTOTAL.....</b>			
<b>TOTAL DAS APLICAÇÕES.....</b>			
<b>AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO.....</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			
Ativo.....			
Passivo.....			
Cap. Circ. Líquido.....			

**Fonte:** Manual de orientação contábil das sociedades cooperativas agropecuárias (1993:199-200).

### 2.2.5.3 A contribuição da DOAR para determinação do autofinanciamento

A demonstração de origem e aplicações recursos é uma demonstração útil para determinação da capacidade de autofinanciamento. As informações geradas através dos dados da DOAR são úteis e necessárias para as decisões relativas aos investimentos e às formas de financiamento da empresa. É através dela que se identifica a política adotada pela empresa com relação à captação de recursos, bem como a sua aplicação, apresentando de forma ordenada informações acerca dos fontes de financiamento e de investimentos da empresa, onde os financiamentos são representados pelas origens de recursos e os investimentos pelas aplicações de recursos.

[..] Os dados sobre o fluxo de fundos são úteis para as decisões relativas às atividades operacionais e de financiamento da empresa e esses dados normalmente não são evidentes nos demonstrativos financeiros tradicionais (QUEIROZ, 1988, p. 22).

Ao se contemplar a DOAR, onde estão representados os usos e fontes de fundos, observa-se que as aplicações podem ser decompostas em aplicações em ativos operacionais e ativos não-operacionais, enquanto as fontes denotam o financiamento dessas aplicações através de fontes internas e fontes externas.

A variação ocorrida em relação ao capital próprio dever ser substituída em duas grandes fontes: a capacidade de autofinanciamento, que é o resultado dos lucros retidos mais as despesas sem desembolso, menos as receitas sem recebimento e as subscrições de capitais feitas pelos sócios.

Julga-se útil identificar inicialmente os fundos de origem interna e os de origem externa, para se poder avaliar o autofinanciamento e o endividamento da empresa (QUEIROZ, 1988, p. 49).

Analisando a DOAR é possível detectar as fontes de financiamento que são utilizadas no processo de crescimento e valorização, os investimentos impostos pela expansão e o grau de dependência dessas empresas com relação aos mercados de capital e financeiro.

Através da DOAR é possível conhecer como fluíram os recursos ao longo de um exercício: quais foram os recursos obtidos, qual a participação das transações comerciais no total de recursos gerados, como foram aplicados os novos recursos. Enfim, a DOAR visa permitir a análise do aspecto financeiro da empresa, tanto no que diz respeito ao movimento de investimentos e financiamentos quanto relativamente à administração da empresa sob o ângulo de obter e aplicar compativelmente os recursos (MATARAZZO, 1998, p. 51-52).

Diante do exposto observa-se que para uma avaliação eficiente da capacidade de autofinanciamento, bem como as fontes de recursos, é necessária a elaboração da DOAR.

Queiroz (1988) sugere um modelo de análise da demonstração de fluxos de fundos, onde julga necessário identificar inicialmente os fundos de origens internas e externas para se avaliar o autofinanciamento e o endividamento da empresa, bem como o agrupamento das aplicações em internas e externas para se avaliar a política de retenção e distribuição de resultados.

Nas cooperativas agropecuárias a elaboração da DOAR não é obrigatória, por isso na realização do trabalho nas cooperativas agropecuárias que publicarem e fornecerem tal demonstração, a capacidade de autofinanciamento será calculada através da DOAR, enfatizando a importância de tal demonstração para determinação da capacidade de autofinanciamento das cooperativas agropecuárias.

### 2.3 Geração de poupança e crescimento das empresas

Numa empresa as decisões de financiamento, investimento e distribuição de dividendos constituem-se vitais para o processo de crescimento da mesma. A política de investimento das organizações, que determina a composição dos ativos, consiste na alocação eficiente de recursos frente as alternativas de projetos de investimentos.

Neste item trata-se da importância da geração de poupança no processo de crescimento das empresas. Todas as empresas possuem somente duas fontes de recursos: capital próprio e capital de terceiros, cabendo assim a sua administração financeira determinar qual a melhor alocação de recursos para seus investimentos, ou seja, qual a melhor estrutura de capital da empresa.

Diante do exposto, define-se se a geração de poupança como condição necessária para que a empresa consiga manter os níveis estabelecidos de investimentos para o seu crescimento, ou se estes investimentos são independentes da capacidade de geração interna de recursos, de maneira que a empresa sempre terá à sua disposição, no mercado de capitais e financeiro, recursos para seus investimentos nos níveis planejados.

Em princípio é razoável supor-se que a divisão do financiamento entre recursos próprios e de terceiros dependa de disponibilidade dos recursos de terceiros, do grau de flutuação da taxa de juros, da visão de risco dos administradores, do grau de incerteza associado à demanda pelo produto e das limitações impostas por uma dada estrutura de capital da empresa. [...] Além de todos estes fatores na determinação da poupança das empresas ou de seus recursos próprios deve ser considerada a sua política de dividendos, pois esta determinará a partição do lucro total entre a parcela retida e a parcela distribuída (FILARDO, 1979, p. 22-23).

O lucro gerado por uma empresa num determinado período tem duas finalidades básicas: retenção para autofinanciamento ou distribuição aos acionistas em forma de dividendos. A distribuição de dividendos é prioridade para a empresa, sendo a disponibilidade de recursos para o autofinanciamento dos seus projetos de investimentos uma consequência dessa distribuição. Também afirma que um comportamento conservador na política de distribuição de dividendos pode levar a empresa a ter uma capacidade maior de autofinanciar-se, que será estabelecida após a determinação do montante dos dividendos.

Para enfatizar a importância da geração de poupança para o financiamento do processo de expansão, considera-se a possibilidade dela se financiar somente com capitais de terceiros. Para que isso ocorra seria necessário, segundo Filardo (1979, p. 22-23):

Ao analisarmos mais profundamente a possibilidade da empresa utilizar-se apenas dos recursos ofertados pelo mercado de capitais e financeiro, para se financiar, concluímos que esta só se verificaria se as seguintes condições forem satisfeitas:

- As características do mercado financeiro são tais que a empresa sempre se defronte com uma oferta de fundos infinitamente elástica;
- As características do mercado de ação e dos acionistas são de forma a possibilitar sempre a captação de recursos através de colocação adicional de ações;
- Existe perfeita simetria na avaliação dos retornos esperados do projeto de investimento entre aqueles que emprestam os fundos e os que demandam;
- A estrutura de capital da empresa não impõe restrições à possibilidade de utilização de várias fontes de fundos.

É praticamente impossível uma empresa encontrar as quatro condições acima citadas, independentemente do seu ramo de atividade ou seu porte. Com isso fica claro que a geração de poupança é necessária para o investimento no seu processo de expansão, principalmente em épocas em que não há muitos recursos

disponíveis no mercado financeiro, ou em qualquer outra restrição quanto às outras fontes de financiamento. Por isso é necessário verificar se existem condições de ampliar os seus recursos gerados internamente para aumentar sua capacidade de autofinanciamento.

No mercado financeiro a empresa se defronta com uma taxa de juros dada. Mesmo que hajam discriminações entre empresas, de forma que as grandes obtenham fundos a custos mais baixos que as pequenas, deve-se supor que dada uma taxa de juros, a concorrência entre as empresa grandes faz com que nenhuma delas tenha condições de alterar o preço do dinheiro. Logo, mesmo que a empresa seja grande no mercado de seu produto, dificilmente o será, com a mesma intensidade, no mercado financeiro. [...] A empresa não exerce nenhum poder monopsônico no mercado de fatores, excetuando talvez aqueles cuja utilização seja específica por um determinado setor. Assim, mesmo que a empresa seja grande no mercado de seu produto, ela normalmente adquirirá insumos em condições competitivas. [...] É no mercado de seu produto, onde a empresa pode possuir algum poder de fixar preços. Este dependerá do grau de concorrência dentro do setor em que a empresa atua (MARRIS, 1971, p. 87).

Diante disso, quando uma empresa encontrar-se numa situação em que haja restrições no mercado de capitais e financeiro, a mesma deverá praticar uma política de preços que permita obter a geração de recursos internos suficientes para financiar seu processo de expansão. Essa atitude possibilitará à empresa uma postura até certo ponto independente das ofertas do mercado de capitais e financeiro.

Esta possibilidade, com a qual a empresa conta, de praticar uma política de preços dos seus produtos que lhe permita ampliar o volume de lucros, e conseqüentemente o volume de recursos para autofinanciamento, deve estar sujeita a amplas variações, dependendo do setor de atividades em que a empresa atua, do seu tamanho e do seu poder de mercado, pois se uma grande empresa no mercado oligopólico possui algum poder de fixar o preço de seu produto, o mesmo não acontece com uma pequena empresa de um mercado altamente concorrencial (GIMENES, 1995, p. 79).

A estrutura de financiamento de uma empresa, entre recursos próprios e recursos de terceiros, difere bastante de empresa para empresa. De um lado ficam aquelas que têm o poder de decidir o preço do seu produto, com isso aumentam o seu lucro e, conseqüentemente sua capacidade de autofinanciamento, tornam-se assim, relativamente independentes do mercado financeiro. De outro lado situam-se as empresas que não possuem poder para determinação do preço de venda do seu produto, pois atuam num mercado altamente competitivo, onde o preço lhe é dado, o que faz com que elas tenham lucros menores e, simultaneamente, menor capacidade de autofinanciamento, com mais dependência de capitais de terceiros.

As indústrias estão divididas em dois grandes grupos, sendo cada um composto por empresas de diferentes tamanhos. [...] O primeiro grupo, isto é, o setor competitivo, caracteriza-se pela existência de várias empresas pequenas que são em conjunto responsáveis por parcela razoável do produto total da indústria. [...] Estas obtêm lucros normais, utilizando-se de pouco capital, sendo grande a possibilidade de entrada de novas empresas concorrentes. [...] O segundo grupo, isto é, o setor oligopólico, caracteriza-se pela existência de lucros acima do normal até para as menores empresas, sendo que a necessidade de capital é tal que há dificuldade para a entrada de novas empresas (STEIDL, 1983, p. 40).

Através dessa citação infere-se que o segundo grupo tem acumulação interna de fundos maior que o primeiro grupo, com mais capacidade de autofinanciamento com recursos originados das próprias operações.

Para a empresa, tanto as fontes de recursos próprios quanto a fonte de recursos de terceiros, possuem determinados custos. A retenção de lucros para a geração de poupança implica em custos de aporte individual que podem causar insatisfação dos acionistas. Mas isso pode ser solucionado através de adequada política de distribuições de dividendos. A obtenção de recursos no mercado

financeiro também tem custos que são as despesas financeiras, que devem ser avaliadas na obtenção desses recursos.

O objetivo principal de uma empresa capitalista é expandir suas vendas para aumentar seus lucros e isto implica diretamente na expansão de sua capacidade produtiva, que depende única e exclusivamente de sua capacidade de investimentos.

Adrian Wood define a retenção de lucros como a fonte de fundos mais importante para investimentos de uma empresa, introduzindo a necessidade de autofinanciamento como contribuição ao objetivo da empresa, que é o crescimento das receitas de vendas. A retenção de lucro ou geração de poupança aparece como fonte essencial para o financiamento da empresa. Com isso a quantidade de lucros a ser atingido é determinada pela quantidade de investimentos que a mesma planeja realizar.

Se o objetivo da empresa é maximizar o valor presente dos rendimentos futuros, a realização de um projeto de investimento é que sua taxa de retorno esperada seja maior que a taxa de retorno alternativa determinada externamente pelo mercado.

Uma vez que a empresa deseja crescer a sua receita de vendas e necessita se autofinanciar, a sua política de investimento será tal que leve em consideração a necessidade de ampliar rendimentos em geral, isto é, aqueles derivados da aplicação em ações e ativos financeiros. [...] Quanto à hipótese de que a firma se defronta com uma oferta de fundos infinitamente elástica, Adrian Wood mostra que, dados os riscos e desvantagens envolvidos nas operações de crédito, essa hipótese não é verdadeira em todos os casos. [...] Os ofertantes de fundos transacionam no mercado até dada taxa de juros, pois acima desse limite os riscos aumentam de tal modo, que eles preferem não emprestar mais. [...] As empresas sofrem restrições na possibilidade de emissão de novas ações e procuram manter um nível de endividamento que minimize os riscos da perda de controle da firma, devido a flutuações indesejadas no nível dos lucros, que podem fazer com que os encargos financeiros se tornem muito elevados. Por estas razões, grande parte do financiamento do investimento provém da geração interna de fundos (FILARDO, 1979, p. 22-23).

De acordo com Gimenes (1985):

Financiar projetos de investimento através da geração de lucros retidos, ou seja, da capacidade de autofinanciamento das empresas, apresenta pontos positivos, muito embora este processo possa ser limitado pelas próprias margens de lucro com que as empresas podem operar, dependendo do padrão de concorrência onde as mesmas atuam, da necessidade de distribuição de dividendos e do montante de provisão para depreciação que as empresas tenham à sua disposição. (GIMENES, 1995, p. 86-87).

## 2.4 Estrutura de capital e autofinanciamento

Como já foi citado no item anterior, determinar qual a melhor estrutura de capital é uma das decisões importantes para a administração financeira.

O presente trabalho tem como pressuposto adotado que a expansão de uma empresa está intimamente relacionada com a sua capacidade de geração de poupanças internas e com sua atuação nos mercados de capital e financeiro, na busca por fontes externas de recursos para o financiamento dos investimentos. Pressupõe-se ainda que a empresa escolha uma dada composição ideal de estrutura de capital, entre fontes internas e externas de acordo com os custos desses recursos.

De acordo com Kalecki (1983, p. 75), a expansão de uma empresa depende de sua acumulação de capital a partir dos lucros correntes, isto é, depende essencialmente de sua capacidade de autofinanciamento, levando em consideração que o próprio acesso ao mercado de capital e financeiro, ou em outras palavras, o montante de recursos de terceiros que se pode obter depende em grande parte do volume do capital próprio da empresa. Isto significa que todas as demais fontes de financiamento guardam num prazo mais longo uma estreita relação com a geração

de lucros auferida pela empresa. Por outro lado, este lucro, que se constitui na remuneração do capital, tem uma relação direta com as receitas e os custos diretos e indiretos através das margens de lucros.

O autofinanciamento não é um conceito comum entre autores, mas pode ser definido da seguinte forma: "O autofinanciamento exprime o montante dos recursos gerados pela empresa e que são conservados para o seu financiamento interno" (FLEURIT, 1980, p. 30).

Diante dessa definição e do exposto, pode-se afirmar que autofinanciamento é a capacidade da empresa de auferir lucros, provenientes da sua atividade operacional, suficientes para financiar o capital de giro e os investimentos necessários para a empresa.

O autofinanciamento depende do poder de geração e retenção de lucros, sendo este poder determinado pelo volume dos investimentos anteriores, pela margem bruta de lucros auferida pelas empresas sobre seus custos diretos e pela distribuição desta margem por diversos tipos de despesas indiretas (CALABI, 1981, p. 13).

O desempenho industrial se vincula necessariamente às possibilidades que tem a empresa de autofinanciar sua expansão, através do retorno das operações de fundos que permitam o crescimento de capital de giro e do capital permanente (QUEIROZ, 1988, p. 51).

Pode-se verificar que os recursos próprios gerados pelas empresas desempenham uma função de grande relevância no financiamento dos investimentos ativos rentáveis, essenciais às atividades das empresas no seu processo de expansão.

Constata-se também que a empresa com maior grau de autofinanciamento possui maior capacidade de expansão, uma vez que pode financiar seus investimentos com capital próprio e também tem possibilidade de recorrer de forma

mais intensa ao mercado de capital e financeiro, ou seja, tem maiores possibilidades de obtenção de recursos de terceiros, sem configurar riscos crescentes por elevados níveis de endividamento.

O montante de lucro total gerado pela empresa num determinado período, pode ser definido por dois objetivos básicos: reter para fins de autofinanciamento ou distribuir aos acionistas em forma de dividendos (GIMENES, 1995, p. 73).

Julga-se útil identificar inicialmente os fundos de origem interna e de origem externa, para se poder avaliar o autofinanciamento e endividamento da empresa (QUEIROZ, 1988, p. 49).

O autofinanciamento está relacionado ao poder de geração e retenção de lucro, e este, por sua vez, é determinado pelo volume de investimentos efetuados anteriormente.

Ao analisar a estrutura de ativo e passivo de uma empresa, pode-se constatar que no ativo está disposta a estrutura de investimentos. Já na estrutura de passivos encontra-se definida toda a estrutura de capital da empresa, ou seja, a divisão entre recursos próprios e recursos de terceiros, necessárias para o financiamento de suas atividades.

## 2.5 Autofinanciamento cooperativista

Como constatado na revisão de literatura, todas as empresas, inclusive as cooperativas agropecuárias necessitam expandir-se, e esse processo de expansão necessita de recursos financeiros. Com isso um dos principais elementos da estratégia empresarial consiste basicamente na forma de captação de recursos para o financiamento do seu capital de giro e investimentos.

Mesmo sendo uma empresa de pessoas, e não de capital, este último é fundamental para seu desenvolvimento, pois um dos condicionantes do investimento é o capital próprio ou patrimônio líquido, cuja quantidade limitará o montante do investimento. O patrimônio é formado através de mecanismos de captação interna, e compreende a soma do capital integralizado, fundos (obrigatórios e constituídos em assembleias) e sobras do exercício, resultando num sistema de capitalização efetivo, que garante os investimentos e o seu desenvolvimento, tornando a empresa uma unidade autônoma de acumulação de capital.

*La cooperativa es una organización empresarial y como tal se ocupa de la reunión y combinación de los factores productivos (tierra, capital trabajo y técnica) para producir y ofrecer bienes o servicios a los propios asociados o para ofrecerlos en el mercado a cambio de un precio.....La empresa cooperativa tiene pues en carácter económico y debe ser capaz de realizar operaciones productivas y organizar servicios de forma eficiente y eficaz. Debe utilizar también, como toda empresa, las técnicas de planificación, organización y dirección científicas. (LA EMPRESA COOPERATIVA).*

Determinar e evidenciar a capacidade de autofinanciamento é uma ferramenta muito importante na gestão das cooperativas agropecuárias e que pode ser adotada como uma forma de gerenciamento de origens e aplicações de recursos resultantes das suas sobras auferidas num determinado período.

Ao conceituar o cooperativismo agropecuário, ficou claro que o mesmo possui características que o diferenciam das empresas não-cooperativas, tais como:

- Sociedade de pessoas e não de capital;
- O objetivo principal é a prestação de serviços e não o lucro;
- Número de associados ilimitado;
- Cada associado tem direito a um voto, independente da quantidade de quotas-partes que subscreve e integraliza na cooperativa;

- Impossibilidade de transferência das quotas-partes a terceiros, estranhos à sociedade;
- O retorno proporcional ao valor das operações que o associado realiza com a sociedade e não ao valor das ações como numa empresa de capital.

Diante de todas essas peculiaridades, alguns autores afirmam que as cooperativas agropecuárias, para ingressarem num processo empresarial de expansão, precisam necessariamente utilizar-se de estratégias de endividamento, pois não conseguem se capitalizar internamente, através de sua capacidade de gerar e reter as sobras (autofinanciamento), pois os produtores, que são a base social das cooperativas, muitas vezes estão descapitalizados, e aumentar a retenção das sobras oneraria mais o associado. Ainda, os princípios doutrinários limitam a captação de recursos. Afirmam também, que devido à dificuldade de geração de recursos financeiros próprios, ficam dependentes do Estado, o qual se torna, quase sempre, determinante para o desenvolvimento das cooperativas agropecuárias.

Para que seja compreendida esta situação, inicialmente é necessário ater-se ao fato de que para o sistema cooperativista o aporte de capital e investimentos é de fundamental importância para permitir a constante especialização e competitividade dessas empresas no mercado, e para que isto ocorra há diversos caminhos possíveis.

O primeiro caminho é o da capitalização via associados que, apesar de ser o mais fácil e tradicional para o sistema cooperativista, esbarra na dificuldade financeira do setor agropecuário, e em particular, do próprio agricultor cooperado que procura a cooperativa exatamente pelo fato de esta possibilitar a sua capitalização individual, e não com o intuito de capitalizá-la.

O segundo, que foi o caminho mais utilizado ultimamente, é aquele onde a cooperativa busca financiamento via sistema bancário, tomando dinheiro emprestado a um alto custo, derivado do nível de juros, o que torna este processo muito arriscado frente a possibilidade de altas flutuação de preços das commodities agrícolas.

*En la empresa cooperativa el excedent, se aplica como retorno a quiene lo produjeron (usuários o trabajadores de la empresa), como autocalificación de la empresa para atender a su desarrollo o como generador de servicios comunes (URIBE, s/d).*

Lauschner (1984, p. 76-84), num trabalho realizado em 1977 sobre agroindústria cooperativa no mundo, fez referência às diferentes formas de capitalização em cooperativas. Primeiramente a capitalização da cooperativa ocorre com a admissão de associados, através de subscrição de quotas-partes de capital integralizado no mesmo ano ou ao longo de determinado período.

Uma outra forma de captação de recursos próprios é a apropriação das sobras líquidas de cada exercício social, ou seja, a não distribuição do resultado líquido operacional (sobras líquidas), de acordo com a decisão da Assembléia Geral.

Talvez a maneira mais significativa do processo de capitalização das cooperativas agropecuárias seja aquela realizada mediante a criação de fundos ou reservas, sustentados pela retenção de um percentual sobre o volume dos negócios de cada associado.

A Lei 5.764, no seu artigo 28, regulamenta e exige a criação dos Fundos de Reservas para reparação de perdas e atender o desenvolvimento das atividades cooperativas.

A referida Lei também confere à Assembléia Geral poderes para criação de outros fundos, inclusive rotativos, por tempo determinado e aplicação específica (MAGALHÃES, 1975, p. 29).

O presente estudo se propõe trabalhar com um conjunto de indicadores financeiros capazes ou que possibilitem identificar a capacidade de autofinanciamento das cooperativas agropecuárias, ou seja, avaliar num período de tempo e com um número satisfatório de cooperativas agropecuárias a capacidade de geração de recursos próprios e qual o seu reflexo no desenvolvimento e expansão das mesmas, considerando todas as particularidades do cooperativismo agropecuário, quanto à sua forma jurídica e de administração, bem como todas as diferenciações acerca das suas demonstrações contábeis, confrontando com a revisão de literatura acerca de autofinanciamento.

### **3 ESTRUTURA FINANCEIRA, EXPANSÃO E FINANCIAMENTO DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DA AMOSTRA**

O principal objetivo desta dissertação constitui-se no estudo da capacidade de autofinanciamento das Cooperativas Agropecuárias do Estado do Paraná, constantes da amostra. São analisados seus processos de expansão e valorização, baseando-se no pressuposto de que a expansão de uma empresa está intimamente relacionada à sua capacidade de geração de poupança.

Para atingir-se o objetivo proposto, realizou-se inicialmente uma análise financeira comparativa entre a estrutura de ativos e a estrutura de passivos, como forma de descrever as principais contas patrimoniais e avaliar o processo de expansão das cooperativas agropecuárias, além de avaliar as fontes de recursos (próprios e de terceiros) financiadoras desse processo.

Avaliou-se também a estrutura de resultados, especificamente a estrutura de custos, despesas e margens de lucros, pois a estrutura de margens é uma fonte valiosa de informações sobre características operacionais das cooperativas.

Considera-se a lucratividade uma das principais fontes de recursos das organizações e está diretamente vinculada à estrutura de custos e o volume de receitas.

Realizou-se conjuntamente uma análise através de indicadores financeiros capazes de determinar e avaliar a posição econômica e financeira de uma entidade num determinado período de tempo. Para isso foram utilizados os seguintes indicadores:

- De geração e utilização de recursos próprios;
- De utilização de recursos de terceiros;

- De Capacidade de autofinanciamento através da DOAR;
- De autofinanciamento, através da DOAR;

### 3.1 Universo e amostra da pesquisa

A OCEPAR possui hoje 202 cooperativas filiadas de diversos setores, sendo, 67 cooperativas do setor agropecuário.

Constituíram o universo do estudo, a princípio, todas as cooperativas agropecuárias do Estado do Paraná, e a elas foram solicitadas informações através dos seguintes meios:

- e-mail;
- telefone;
- correspondência;
- visitas e entrevistas.

A forma de utilização dos meios citados foi efetuada na seqüência acima, sendo que:

- 01 cooperativa enviou os dados por e-mail;
- 16 cooperativas enviaram os dados por e-mail e telefone;
- 03 cooperativas enviaram os dados por e-mail, telefone e o envio de correspondência;
- 02 cooperativas enviaram os dados através de visitas;
- 01 cooperativa não possui todos os dados;
- 44 cooperativas não forneceram os dados solicitados.

Com isso, da relação de 67 cooperativas agropecuárias do Estado do Paraná, o trabalho foi efetuado com um número de 22 cooperativas, de um total de 23 recebidas, uma cooperativa foi descartada pelo fato de ter apenas um ano de existência, sendo que, para o desenvolvimento do trabalho foi feita a opção por uma série de cinco anos.

**TABELA 10 – Relação das cooperativas da amostra**

<b>Nº</b>	<b>SIGLA</b>	<b>NÚCLEO</b>
01	BATAVO	Centro Sul
02	CAMDUL	Sudoeste
03	CAPAL	Centro Sul
04	CAPEG	Sudoeste
05	CATIVA	Norte
06	COAMO	Noroeste
07	COLARI	Noroeste
08	CONFEPAR	Norte
09	COOCAROL	Noroeste
10	COODETEC	Oeste
11	COOP INTEGRADA	Norte
12	COOP MISTA	Sudoeste
13	COOPAVEL	Oeste
14	COOPCANA	Noroeste
15	COOPerval	Noroeste
16	COOPervale	Oeste
17	COPACOL	Oeste
18	COPAGRA	Noroeste
19	COPAGRIL	Oeste
20	COROL	Norte
21	SUDCOOP	Oeste
22	VALCOOP	Norte

**Fonte:** [www.ocepar.org.br](http://www.ocepar.org.br)

Para facilitar a análise, as cooperativas não serão tratadas pelos respectivos nome, mas sim por números de classificação por ordem alfabética, conforme a tabela 10 apresentada acima.

Em seguida as 22 cooperativas agropecuárias constantes da amostra foram classificadas em dois grupos: pequenas e médias cooperativas e grandes cooperativas. Para isso foi utilizada a classificação através do faturamento fornecido

pela OCEPAR, que discrimina como pequenas e médias cooperativas as que possuem um faturamento de até R\$ 50.000.000,00 ao ano e como grandes cooperativas, aquelas que possuem um faturamento acima de R\$ 50.000.000,00 ao ano. A distribuição produziu os seguintes resultados:

**TABELA 11 – Faturamento anual das pequenas e médias cooperativas**  
Unidade: R\$

Coope- rativa	Fat/1996	Fat/1997	Fat/1998	Fat/1999	Fat/2000	Média
2	31.814.774,76	30.762.948,77	23.312.810,44	18.143.924,62	19.107.141,49	24.628.320,01
4	643.573,61	1.778.361,53	1.987.783,02	1.462.494,59	1.376.021,68	1.449.646,89
5	37.011.870,19	42.474.257,36	38.561.225,00	16.558.292,34	0,00	33.651.411,22
7	14.457.491,81	12.544.204,90	14.199.359,69	12.534.330,26	14.424.856,21	13632.048,57
8	10.769.296,67	12.420.812,98	28.229.881,10	59.245.101,61	60.742.348,62	34.281.488,20
9	35.429.715,43	35.953.332,35	32.205.048,55	23.608.727,84	25.823.598,00	30.604.084,44
10	14.068.285,05	10.262.842,03	9.265.436,96	14.939.867,42	19.587.618,55	13.624.810,00
12	41.170.220,99	41.784.402,27	44.940.223,47	45.848.738,70	48.575.562,35	44.463.829,56
14	49.796.983,30	52.347.858,11	39.059.790,97	26.656.299,10	55.362.945,52	44.644.775,40
15	36.089.296,05	40.360.929,42	35.309.885,90	33.293.176,79	33.211.362,03	35.652.930,04
18	32.762.626,01	36.203.377,96	34.657.043,43	29.929.680,76	31.716.050,67	33.053.753,76
22	62.981.481,06	47.034.890,36	38.877.562,53	51.023.445,36	38.986.638,60	47.780.783,58

Fonte: Elaborado pela autora

**TABELA 12 – Faturamento anual das grandes cooperativas**  
Unidade: R\$

Coope- rativa	Fat/1996	Fat/1997	Fat/1998	Fat/1999	Fat/2000	Média
1	267.098.357,65	274.825.983,35	209.061.673,75	229.634.386,23	219.703.000,00	240.064.680,20
3	67.652.337,22	66.749.642,36	70.170.363,34	69.163.750,67	65.142.708,95	67.775.760,51
6	1.169.153.535,55	1.372.043.559,27	1.272.385.678,55	1.347.574.058,20	1.192.989.297,00	1.270.829.225,71
11	140.543.051,41	204.877.874,23	209.893.459,53	220.227.220,45	208.432.830,70	196.794.887,26
13	300.687.564,70	301.993.015,29	218.161.911,91	309.395.469,59	309.676.871,20	287.982.966,54
16	469.352.354,19	489.731.115,58	568.918,91	395.906.269,20	374.694.757,88	346.050.683,15
17	370.645.697,47	377.501.285,77	346.208.507,10	288.262.281,22	327.504.180,65	342.024.376,04
19	140.812.684,58	120.177.853,62	125.024.829,16	124.437.346,01	119.107.446,61	125.912.032,00
20	191.282.343,63	204.933.192,67	229.077.027,76	223.636.150,43	191.914.538,28	208.168.650,56

Fonte: Elaborado pela autora

Conforme verifica-se nas tabelas nº 11 e nº 12, do total de 22 cooperativas agropecuárias da amostra, treze foram classificadas como pequenas e médias cooperativas e nove como grandes, com base no seu faturamento anual.

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram as demonstrações contábeis, especificamente o Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras e Perdas Acumuladas e Demonstração de Origem e Aplicação de Recursos.

A preocupação com a operacionalização e tratamento dos dados traduziu-se na seqüência das etapas básicas para o processo de análise financeira, que consiste em:

- coleta dos documentos para análise;
- conferência da documentação recebida;
- preparação para análise: leitura reclassificação e padronização das demonstrações contábeis;
- análise dos relatórios e indicadores;
- elaboração do parecer.

### 3.2 Análise dos dados: estrutura financeira, expansão e financiamento das cooperativas agropecuárias do Estado do Paraná

A análise empírica realizada nesta dissertação descreve a estrutura financeira, especificamente a capacidade de autofinanciamento, das 22 (vinte e duas) cooperativas agropecuárias selecionadas na amostra que operam no estado do Paraná, com dados do período de 1996 a 2000, por meio das seguintes variáveis: I) estrutura de Ativos; II) estrutura de Passivos; III) estrutura de Resultados; IV) indicadores de geração e utilização de recursos próprios; V) indicadores de

utilização de recursos de terceiros, VI) indicadores de capacidade de autofinanciamento e autofinanciamento, calculados através da DOAR.

O estudo de todas essas variáveis fornece a visualização da situação financeira com relação à estrutura de ativos e passivos das cooperativas agropecuárias, permitindo assim atingir os objetivos propostos que permeiam a pesquisa. Com isso pode-se verificar quais as fontes de financiamento são utilizadas no processo de expansão das cooperativas agropecuárias, enfocando especificamente sua capacidade de autofinanciamento ou a dependência de capitais de terceiros.

### 3.2.1 Estrutura de Ativos

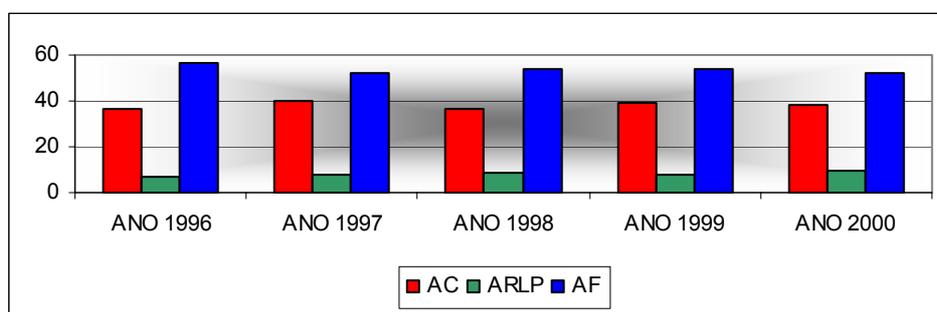
Os ativos foram divididos em: Ativo Fixo (AF), Ativo Circulante (AC) e Ativo Realizável a Longo Prazo (ARLP). A avaliação da estrutura dos ativos foi realizada para demonstrar a participação dos AF, AC e ARLP no Ativo Total no período de 1996 a 2000, com o objetivo de verificar o direcionamento dos recursos.

**TABELA 13 – Análise vertical dos grupos do Ativo**

<b>Pequenas e Médias Cooperativas</b>			<b>Unidade: %</b>
<i>Ano</i>	<i>AC</i>	<i>ARLP</i>	<i>AF</i>
1996	36,19	7,15	56,67
1997	39,78	8,11	52,11
1998	36,93	8,80	54,28
1999	38,71	7,67	53,62
2000	38,22	9,88	51,89
<b>Grandes Cooperativas</b>			
<i>Ano</i>	<i>AC</i>	<i>ARLP</i>	<i>AF</i>
1996	52,38	8,09	39,53
1997	52,01	6,61	41,38
1998	53,94	7,96	38,09
1999	56,73	6,45	36,82
2000	59,08	6,37	34,55

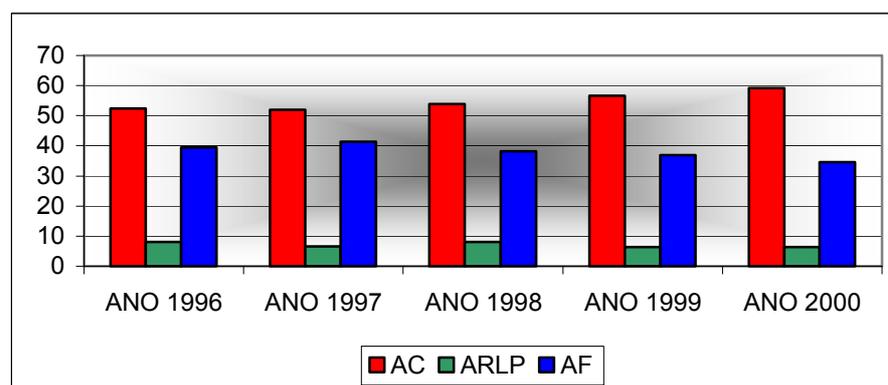
Fonte: Elaborado pela autora.

**GRÁFICO 01 – Análise vertical dos grupos do Ativo do grupo das pequenas e médias Cooperativas**      **Unidade: %**



Fonte: Elaborado pela autora.

**GRÁFICO 02 – Análise vertical dos grupos do Ativo do grupo das grandes Cooperativas**      **Unidade: %**



Fonte: Elaborado pela autora.

As aplicações em ativos fixos demonstram aplicação de capital na estrutura produtiva da cooperativa. Quanto maior for o grau de verticalização, maior seria, em tese, o percentual de recursos aplicados em ativos fixos, em função das imobilizações necessárias às suas atividades ou pelas características estruturais da intensidade do capital requerido pelo processo produtivo.

Por outro lado, as aplicações de recursos em ativos circulantes estão relacionadas com as políticas de compra e venda das cooperativas refletidas no nível de estocagem e na sua política de financiamento de vendas, ou seja, estão

diretamente ligadas ao prazo de estocagem e ao prazo de recebimento das vendas, e com isso relacionadas diretamente com a necessidade de capital de giro surgida a partir das estratégias adotadas.

No realizável a longo prazo (RLP), encontram-se os direitos das cooperativas agropecuárias cujo prazo de realização é longo, ou seja após o término do exercício social seguinte, ou após o término do ciclo operacional.

Em termos de grupos de classificação em pequenas e médias e grandes cooperativas observou-se de acordo com a tabela nº 13, que o grupo das pequenas e médias cooperativas agropecuárias da amostra concentram as aplicações de recursos em ativos fixos com os seguintes percentuais: 56,67% - 1996, 52,11% - 1997; 54,28% - 1998; 53,62% - 1999 e 51,89% - 2000.

No grupo das grandes cooperativas da amostra, observou-se que a concentração de aplicações de recursos nos períodos analisados, foi no Ativo Circulante, ou seja capital de giro, sendo 52,38% - 1996, 52,01% - 1997, 53,94% - 1998, 56,73% - 1999 e 59,08% - 2000.

No ano de 1996, das treze cooperativas agropecuárias da amostra classificadas nos grupo de pequenas e médias, 61,53% ficaram abaixo da média e 38,47% acima da média, sendo que a cooperativa de número 02 da amostra (apêndice 01) foi a que apresentou o menor grau de aplicação em ativos fixos com 28,84% e a cooperativa de número 04 (apêndice 01) a que apresentou o maior grau de aplicação em ativos fixos 89,86%, isso ocorreu, pois a cooperativa de número 02 da amostra é uma cooperativa considerada de médio porte, levando em consideração seu faturamento anual, e a cooperativa número 04 da amostra é a menor cooperativa analisada nessa dissertação, levando-se em consideração também o faturamento anual, sendo que essas informações podem ser observadas

na tabela 11, com isso enquanto a cooperativa número 02, já possui uma estrutura produtiva (ativos fixos), a cooperativa de número 04, ainda está na fase de investimentos do seu processo de expansão, esses fatores justificam a diferenciação das aplicações de recursos dessas cooperativas.

No ano de 1997, 53,85% das cooperativas classificadas no grupo das pequenas e médias cooperativas, ficaram abaixo da média e 46,15% acima da média, sendo que tanto a menor quanto a maior aplicação de recursos continuaram a ser apresentada pelas cooperativas de número 02 e número 04 da amostra (apêndice 01), respectivamente, com os seguintes percentuais: 28,23% e 88,92%.

No ano de 1998 os percentuais continuaram sendo os mesmos, sendo interessante atentar-se para o detalhe de que a cooperativa de número 02 da amostra (apêndice 01), que nos demais anos apresentava o menor índice da aplicação em ativos fixos, passou de um percentual de aplicação na faixa dos 30% para 70,79%. A cooperativa que apresentou o menor índice de aplicação em ativos fixos, foi a cooperativa de número 12 da amostra (apêndice 01) com 31,28%.

Em 1999, 69,23% das cooperativas da amostra classificadas no grupo de pequenas e médias, apresentaram percentuais de aplicação em ativos fixos abaixo da média e, conseqüentemente, 30,77% apresentaram percentuais acima da média, sendo que as cooperativas que menos e mais aplicaram em ativos fixos foram as mesmas de 1998, com os percentuais 88,57% para a cooperativa número 04 da amostra e 28,18% para a cooperativa número 12 da amostra (apêndice 01).

Finalmente, em 2000, 61,53% das cooperativas da amostra classificadas no grupo de pequenas e médias, apresentaram percentuais de aplicação em ativos fixos abaixo da média e 38,47% percentuais acima da média, sendo as maiores e as

menores aplicações a das cooperativas de número 04 e 12 da amostra (apêndice 01), com os percentuais 89,68% e 19,74%, respectivamente.

Por outro lado, as aplicações em ativos circulantes apresentaram-se nos seguintes percentuais: 36,19% em 1996; 39,78% em 1997; 36,93% em 1998; 38,71% em 1999 e 38,22% em 2000.

Quando se analisam o grupo das grandes cooperativas da amostra, observa-se diferenciação quanto à forma de aplicação de recursos (ativo). Enquanto as pequenas e médias investem a maior quantidade de seus recursos em ativos fixos, as grandes investem a maioria dos seus recursos no ativo circulante, ou seja no capital de giro, sendo esse o maior grupo do ativo em todos os períodos analisados: 52,38% em 1996; 52,01% em 1997; 53,94% em 1998; 56,73% em 1999 e 59,08% em 2000. Das nove cooperativas classificadas como grande, a que tem a menor aplicação no ativo circulante nos períodos analisados é a cooperativa de número 03 da amostra (apêndice 01), com o percentual de 30%, tendo como período de menor aplicação no ativo circulante o ano de 1996 com 17,93% e o maior no ano de 2000 com 42,29%. Entre as grandes cooperativas da amostra, as que apresentaram maior aplicação no ativo circulante foram as cooperativas números 06 e 11 da amostra (apêndice 01), com 68,52% e 75,42%, respectivamente.

Quanto ao ativo fixo, a média de aplicação de recursos no período analisado, encontra-se na faixa de 38%, sendo 39,53% em 1996, 41,38% em 1997, 38,09% em 1998, 36,82% em 1999 e 34,55% em 2000.

Pode-se também constatar que a cooperativa classificada no grupo das grandes cooperativas, que mais aplica nos ativos fixos é a cooperativa de número 03 da amostra e as que têm menores aplicações são as cooperativas de número 06 e 11 da amostra (apêndice 01), isto ocorre por ser a cooperativa de número 03 da

amostra, constante no grupo das grandes cooperativas a menor quando analisada em relação ao faturamento anual (tabela 12), conclui-se que a mesma ainda está em fase de estruturação de ativos fixos para o seu processo de expansão, e enquanto isso as cooperativas de número 06 e 11 são respectivamente, a maior da amostra sob o ponto de vista do faturamento e a que mais cresceu de um ano para o outro em termos percentuais, todas essas informações podem ser verificadas no apêndice 01.

### 3.2.2 Estrutura de Passivos

Os Passivos foram divididos em: Passivo Circulante (PC), Passivo Exigível a Longo Prazo (PELP) e Patrimônio Líquido (PL). A Estrutura de Passivos foi analisada para verificar no período qual a maior fonte de recursos: próprios ou de terceiros. Dado que o objetivo primordial deste estudo é verificar, o financiamento do processo de acumulação das cooperativas agropecuárias, no que diz respeito à sua capacidade de autofinanciamento, necessário se fez uma análise detalhada da estrutura de passivos. Em virtude disso realizou-se:

- especificação do Passivo Circulante por grupos de classificação (principais contas);
- especificação do Passivo Exigível a Longo Prazo por grupos de classificação (principais contas);
- especificação do Patrimônio Líquido por grupos de classificação (principais contas).

A estrutura de passivos é formada pelo montante de capitais totais que se originam de recursos próprios (patrimônio líquido das cooperativas) e recursos de terceiros (passivo circulante e passivo exigível a longo prazo das cooperativas).

A necessidade de recursos advém do processo de expansão da cooperativa, que determinará o montante necessário de recursos para o financiamento do processo de expansão.

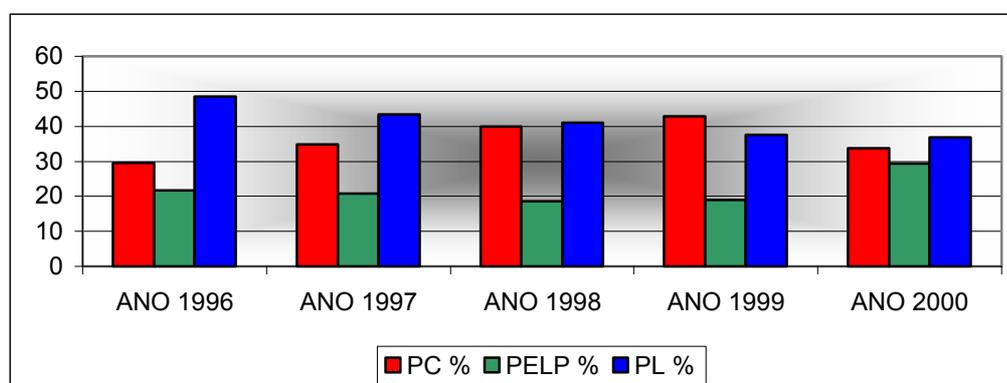
A participação média do passivo circulante (PC), passivo exigível a longo prazo (PELP) e patrimônio líquido (PL) no ativo total, bem como, a variação dessa estrutura ao longo do tempo pode ser verificada na tabela 14.

**TABELA 14 – Análise Vertical dos grupos do Passivo**

<b>Pequenas e Médias Cooperativas</b>			<b>Unidade: %</b>
<i>Ano</i>	<i>PC</i>	<i>PELP</i>	<i>PL</i>
1996	29,56%	21,62%	48,58%
1997	34,88%	20,70%	43,32%
1998	39,98%	18,57%	40,98%
1999	42,93%	19,04%	37,56%
2000	33,71%	29,38%	36,76%
<b>Grandes Cooperativas</b>			
<i>Ano</i>	<i>PC</i>	<i>PELP</i>	<i>PL</i>
1996	45,80%	13,29%	40,92%
1997	42,29%	13,90%	43,36%
1998	44,08%	12,67%	43,22%
1999	48,85%	8,61%	42,51%
2000	46,42%	13,17%	40,32%

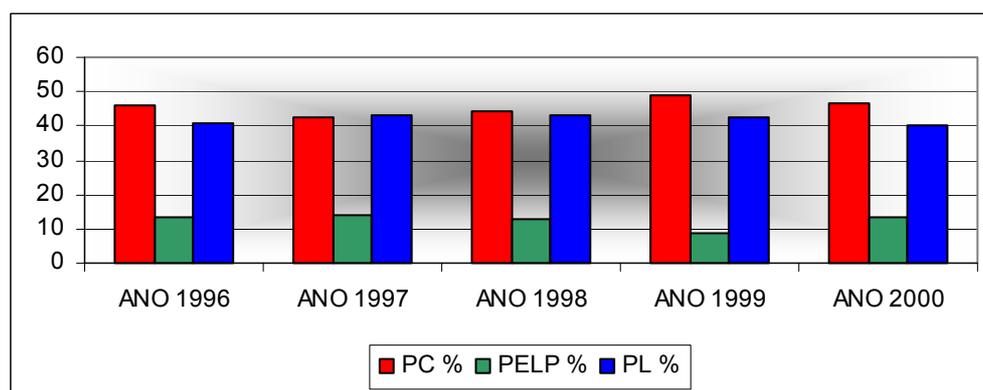
Fonte: Elaborado pela autora

**GRÁFICO 03 – Análise vertical dos grupos do Passivo do grupo das pequenas e médias Cooperativas** **Unidade: %**



Fonte: Elaborado pela autora.

**GRÁFICO 04 – Análise vertical dos grupos do Passivo do grupo das grandes Cooperativas** **Unidade: %**



Fonte: Elaborado pela autora

Em 1996, no grupo das pequenas e médias cooperativas percebe-se que apenas duas cooperativas obtiveram um percentual acima de 50% de dívidas a curto prazo, sendo 50,62% para a cooperativa número 02 da amostra e 51,48% para a cooperativa número 09 da amostra (apêndice 02). No ano de 1997, 60,65% do passivo total da cooperativa número 02 da amostra, era no curto prazo (apêndice 02).

Neste grupo de cooperativas é notório e visual que no ano de 1999, 46,15%, das cooperativas, isto é, seis das treze entidades estavam com seus passivos circulantes acima de 50%. Já no ano 2000 este indicador é reduzido. Somente a cooperativa número 08 da amostra apresenta seu passivo circulante acima da média, sendo que 60,77% das suas dívidas totais estão concentradas no curto prazo (apêndice 02).

Percebe-se a mesma variação no grupo das grandes cooperativas. No ano de 1999, das nove cooperativas analisadas, cinco tinham suas dívidas a curto prazo, com percentual acima de 50%. Destaca-se aqui a cooperativa número 11, que no ano de 1996 apresentava 70,50% das suas dívidas totais a curto prazo, passando para 55,93% em 2000 (apêndice 02).

Confirmando o que foi dito anteriormente, conforme os percentuais apurados para o passivo circulante no grupo das pequenas e médias cooperativas representavam: 29,56% em 1996, 34,88% em 1997, 39,98% em 1998, 42,93% em 1999 e 33,71% em 2000. Em 1999 a maior concentração de dívidas era no curto prazo. Não obstante, para o grupo das grandes cooperativas os indicadores se equivalem: 45,80% em 1996; 42,29% em 1997; 44,08% em 1998; 48,85% em 1999 e 46,42 em 2000.

Para elucidar os percentuais apurados destes outros dois importantes subgrupos do passivo, foram tomadas por base as médias aritméticas.

O grupo das pequenas e médias cooperativas no ano de 2000 apresentaram em média, 29,38% de seu passivo total como sendo obrigações a longo prazo, sendo este o mais alto percentual de recursos de terceiros a longo prazo apresentado no grupo. No grupo das grandes cooperativas o maior percentual de recursos de terceiros a longo prazo foi de 13,90% em 1997.

É imprescindível destacar que a cooperativa número 04, do grupo das pequenas e médias cooperativas apresentou um passivo exigível a longo prazo de 66,51% em 1996, 57,53% em 1997, 58,94% em 1998, 59,35% em 1999 e 67,30% em 2000, respectivamente, e que a cooperativa número 05 em 2000 obteve 64,62% de seu passivo total no longo prazo (apêndice 02).

Uma coisa é ter dívidas a curto prazo que precisam ser pagas com os recursos possuídos hoje, outra coisa é ter dívidas a longo prazo, pois aí a empresa dispõe de tempo para gerar recursos. Ainda é bom ressaltar que esta dependência de capital a longo prazo pode ser boa, desde que exista relação “custo-benefício” possível da mesma, sem esquecer que quanto maior o risco, maior pode ser o retorno.

Ao analisar a estrutura de passivos, constata-se que as pequenas e médias cooperativas se utilizam em menor percentual capitais de terceiros a curto prazo do que as cooperativas classificadas no grupo das grandes cooperativas.

Também se observa que as pequenas e médias cooperativas utilizam-se mais de recursos de terceiros a longo prazo (PELP) do que as grandes cooperativas. Já no que diz respeito ao capital próprio (patrimônio líquido), os dois grupos ficaram com percentuais acima de 40%, ocorrendo somente nos dois últimos períodos (1999 e 2000) uma participação menor no grupo das pequenas e médias como cooperativas, como já foi analisado.

O comportamento do patrimônio líquido é bastante relevante quando se fala de autofinanciamento das cooperativas agropecuárias analisadas nesta dissertação.

Nos cinco anos analisados, tanto o grupo das pequenas e médias, quanto o grupo das grandes cooperativas tiveram uma média de 42% dos seus recursos contabilizados no patrimônio líquido.

O patrimônio líquido, sobretudo, é o capital próprio. Medindo o capital próprio das cooperativas do grupo das pequenas e médias da amostra, destacam-se 48,58% em 1996, 43,32% em 1997, 40,92% em 1998, 37,56% em 1999 e 36,76% no ano de 2000.

Denota-se, portanto, uma queda acentuada, conforme pode ser observado especificamente no apêndice 02, isto corre em virtude das cooperativas agropecuárias não possuírem uma política de auto-financiar suas aplicações, principalmente em ativos fixos, como já foi descrito anteriormente, sendo assim, necessitam recorrer a capitais de terceiros. Para o grupo das grandes cooperativas os percentuais de recursos próprios ficaram na faixa de 40% em todos os anos analisados, 40,92% em 1996, 43,36% em 1997, 43,22% em 1998, 42,51% em 1999 e 40,32% em 2000.

Enquanto as grandes cooperativas mantêm uma certa estabilidade quanto à origem de recursos próprios (PL), nas pequenas e médias essa origem tem evoluído negativamente ano a ano. Constata-se assim, que os capitais próprios vêm cedendo espaço para capitais de terceiros, principalmente de curto prazo.

### 3.2.2.1 Especificação do Passivo Circulante, Passivo Exigível a Longo Prazo e Patrimônio Líquido

Como as origens dos recursos são o foco deste trabalho, realizou-se uma análise mais específica dos grupos do Passivo Circulante (PC), Passivo Exigível a Longo Prazo (PELP) e Patrimônio Líquido (PL).

### 3.2.2.2 Especificação de passivo circulante

Para fazer a especificação do passivo circulante, primeiramente fez-se uma padronização da nomenclatura das contas de todas as cooperativas agropecuárias da amostra, as quais depois da padronização ficaram assim especificadas:

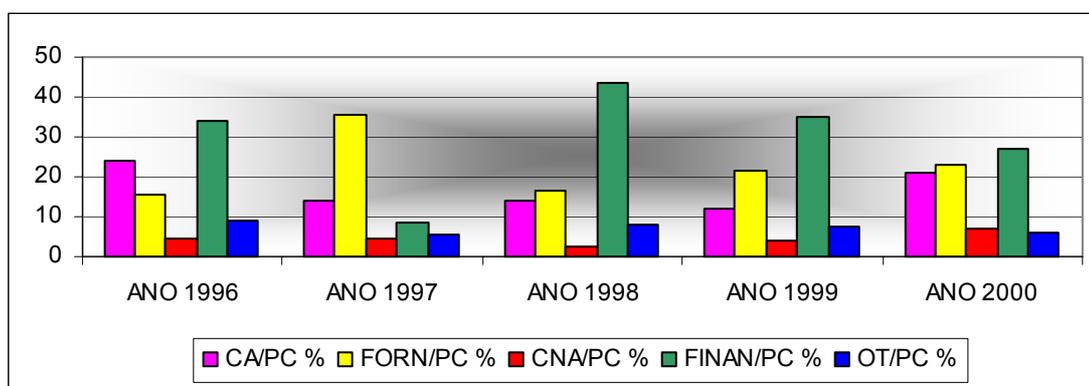
- CA/PC = Créditos de Associados em relação ao total do Passivo Circulante;
- FORN/PC = Fornecedores em relação ao total do Passivo Circulante;
- CNA/PC = Créditos de não associados em relação ao total do Passivo Circulante;
- FINAN = Financiamentos em relação ao total do Passivo Circulante;
- OT = Outras obrigações de terceiros em relação ao Passivo Circulante.

**TABELA 15 – Análise Vertical do Passivo Circulante**

Pequenas e Médias Cooperativas					Unidade: %
ANO	Média Aritmética				
	CA/PC	FORN/PC	CNA/PC	FINAN/PC	OT/PC
1996	23,83%	15,61%	4,40%	34,06%	8,87%
1997	14,09%	35,29%	4,38%	8,62%	5,56%
1998	14,09%	16,49%	2,75%	43,54%	8,10%
1999	11,82%	21,43%	3,81%	34,98%	7,61%
2000	21,10%	23,14%	681,00%	27,08%	5,93%
Grandes Cooperativas					
ANO	Média Aritmética				
	CA/PC	FORN/PC	CNA/PC	FINAN/PC	OT/PC
1996	13,82%	9,40%	9,72%	57,12%	2,15%
1997	12,03%	11,01%	9,89%	25,55%	2,37%
1998	16,27%	9,03%	10,92%	50,46%	1,75%
1999	14,87%	7,92%	7,09%	48,85%	0,92%
2000	15,57%	9,10%	8,77%	46,25%	0,96%

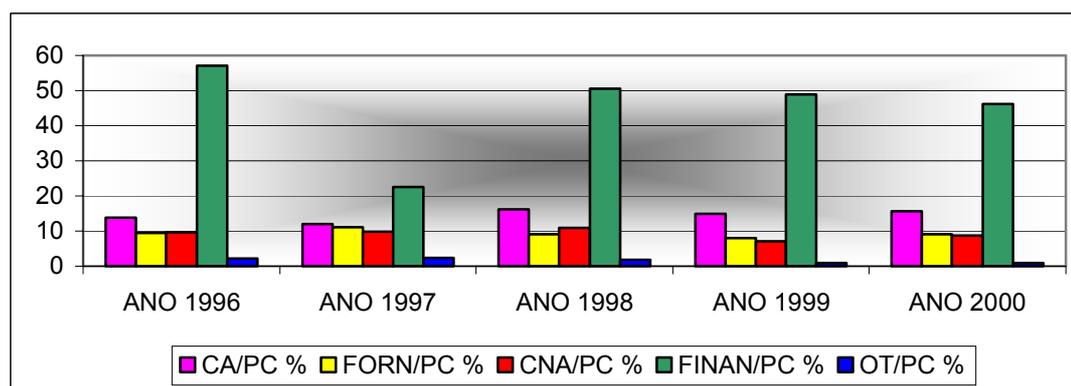
Fonte: Elaborado pela autora.

**GRÁFICO 05 – Análise vertical do Passivo Circulante do grupo das pequenas e médias Cooperativas** **Unidade: %**



Fonte: Elaborado pela autora.

**GRÁFICO 06 – Análise vertical do Passivo Circulante do grupo das grandes Cooperativas** **Unidade: %**



Fonte: Elaborado pela autora

Como já foi mencionado, o passivo circulante representa o capital de terceiros a curto prazo, utilizado pelas cooperativas agropecuárias da amostra, para o financiamento de suas atividades (capital de giro) e de sua expansão (capital fixo). Como se verificou pequenas e médias cooperativas, utilizavam em menor quantidade dessa fonte de recursos do que as grandes cooperativas.

Ao se realizar a especificação desse grupo do passivo constatou-se que em todos os períodos analisados a conta de maior representatividade do passivo circulante no conjunto das pequenas e médias cooperativas da amostra foi a conta

financiamentos, com as médias, 34,06% em 1996, 44,28% em 1997, 43,54% em 1998, 34,98% em 1999 e 27,08% em 2000, que representam os financiamentos bancários de curto prazo.

Com isso, pode-se concluir que a maior fonte de capital de terceiros a curto prazo para as pequenas e médias cooperativas são os financiamentos onerosos, ou seja, aqueles que possuem despesas financeiras (juros) que reduzem conseqüentemente as sobras líquidas no final do exercício. Também se observou que a cooperativa que mais utilizou financiamentos onerosos foi a cooperativa número 04 da amostra, com o percentual de 85,19% no ano de 1999 (apêndice 03).

No grupo das grandes cooperativas agropecuárias da amostra, também se constatou que a conta de maior representatividade do passivo circulante foi a conta financiamentos, com os percentuais de 57,12% em 1996, 25,55% em 1997, 50,46% em 1998, 48,85% em 1999 e 46,25% em 2000. A cooperativa agropecuária número 13 da amostra apresentou maior percentual de financiamento no ano de 1996, com o percentual de 91,14% (apêndice 03).

Ao analisar-se a tabela nº 15 da especificação das contas do passivo circulante, das cooperativas agropecuárias da amostra, verifica-se que as grandes cooperativas utilizam maior quantidade de financiamentos onerosos em todos os anos analisados.

Verifica-se também que as pequenas e médias cooperativas agropecuárias da amostra utilizam-se, em todos os anos, de maior percentual de financiamento a curto prazo através da conta fornecedores do que as grandes cooperativas. O que pode ser uma boa situação, pois os fornecedores são financiadores naturais e quase sempre os melhores para qualquer tipo de entidade.

Quanto à conta associados (CA), observa-se que, tanto nas pequenas e médias cooperativas agropecuárias da amostra, como nas grandes cooperativas, representa um percentual que varia de 10% a 20% nos anos analisados. Os maiores percentuais foram verificados em 1996 (23,83%) e em 2000 (21,10%) ambos no grupo das pequenas e médias cooperativas. Os menores percentuais (11,82%) em 1999, no grupo das pequenas e médias cooperativas da amostra, e 12,03% em 1997, no grupo das grandes cooperativas agropecuárias da amostra.

### 3.2.2.3 Especificação do passivo exigível a longo prazo

Analisada a estrutura de passivos, ficou constatado que as pequenas e médias cooperativas agropecuárias da amostra utilizam maior proporção capitais de terceiros a longo prazo, representando do total das origens de recursos os seguintes percentuais: 21,62% em 1996; 20,70% em 1997; 18,57% em 1998; 19,04% em 1999 e 29,38% em 2000, já no grupo das grandes cooperativas da amostra esses percentuais ficaram da seguinte forma: 1996 em 13,29%; 1997 em 13,90%; 1998 em 12,67%; 1999 em 8,61% e 2000 em 13,17%.

Mesmo assim, em todos os anos analisados, tanto no grupo das pequenas e médias cooperativas agropecuárias, como no grupo das grandes cooperativas da amostra, recursos de terceiros a longo prazo foram a menor fonte de recursos. Fazendo-se a especificação do mesmo, necessário também se fez a padronização da nomenclatura das principais contas, da seguinte forma:

- OT/PELP: Outras Obrigações de Terceiros com relação ao total do Passivo Exigível a Longo Prazo;

- CA/PELP: Créditos de Associados com relação ao total do Passivo Exigível a Longo Prazo;
- Finan/PELP: Financiamentos com relação ao total do Passivo Exigível a Longo Prazo.

**TABELA 16 – Análise Vertical do Passivo Exigível a Longo Prazo**

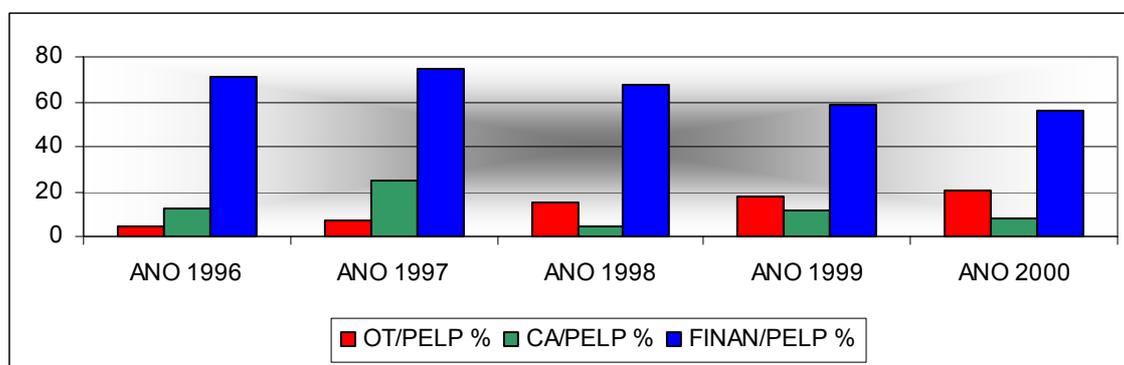
<b>Pequenas e Médias Cooperativas</b>			<b>Unidade: %</b>
<i>Ano</i>	<i>OT/PELP</i>	<i>CA/PELP</i>	<i>FINAN/PELP</i>
1996	4,65%	12,55%	71,35%
1997	7,47%	25,22%	74,76%
1998	14,71%	4,10%	67,39%
1999	17,41%	11,58%	58,69%
2000	20,42%	8,12%	56,22%

<b>Grandes Cooperativas</b>			
<i>Ano</i>	<i>OT/PELP</i>	<i>CA/PELP</i>	<i>FINAN/PELP</i>
1996	12,06%	11,66%	66,03%
1997	7,42%	10,77%	66,29%
1998	10,56%	3,37%	63,49%
1999	1,64%	19,14%	53,56%
2000	2,09%	13,32%	71,28%

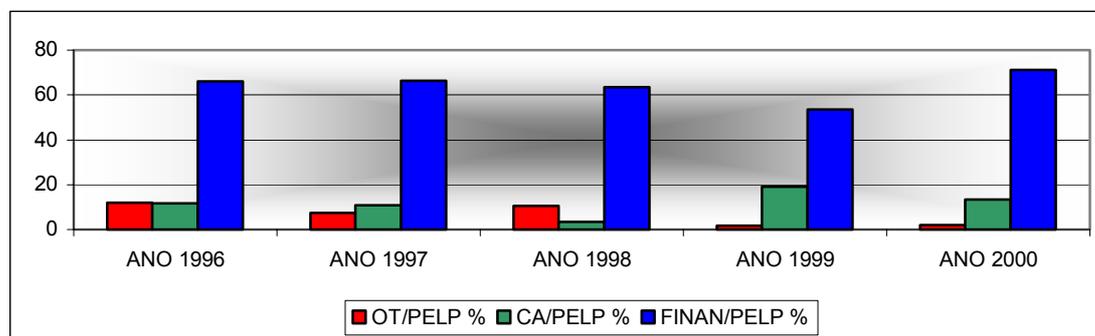
Fonte: Elaborado pela autora.

**GRÁFICO 07 – Análise vertical do Passivo Exigível a Longo Prazo do grupo das pequenas e médias Cooperativas**      **Unidade: %**



Fonte: Elaborado pela autora.

**GRÁFICO 08 – Análise vertical do Passivo Exigível a Longo Prazo do grupo das grandes Cooperativas** Unidade: %



Fonte: Elaborado pela autora.

Através da tabela nº 16, e gráficos 07 e 08, observa-se que, tanto no grupo das pequenas e médias cooperativas como no grupo das grandes cooperativas da amostra, a conta com maior participação é a conta financiamentos, representado nas pequenas e médias cooperativas agropecuárias da amostra com os seguintes percentuais: 71,35% em 1996; 74,76% em 1997; 67,39% em 1998; 58,69% em 1999 e 56,22% em 2000. Já no grupo das grandes cooperativas agropecuárias da amostra, os percentuais nos anos de 1996, 1997, 1998, 1999 e 2000 ficaram no seguinte patamar: 66,03%, 66,29%, 63,49%, 53,56% e 71,28%, respectivamente.

#### 3.2.2.4 Especificação do Patrimônio Líquido

Para realização do trabalho, esse é o grupo do passivo de maior importância para análise, pois ele é o grupo representativo do capital dos associados dentro da cooperativa agropecuária e através do qual se pode identificar a capacidade de autofinanciamento da empresa.

Como no passivo circulante e no passivo exigível a longo prazo, foi necessário fazer uma padronização da nomenclatura das principais contas de todas cooperativas, que depois de realizada ficou assim definida:

- CS/PL: Capital Social em relação ao Patrimônio Líquido;
- RC/PL: Reservas de Capital em relação ao Patrimônio Líquido;
- RS/PL: Reserva de Sobras em relação ao Patrimônio Líquido;
- RE/PL: Reservas de Equalização em relação ao Patrimônio Líquido;
- S.AC/PL: Sobras Acumuladas em relação ao Patrimônio Líquido.

**TABELA 17 - Análise Vertical do Patrimônio Líquido**

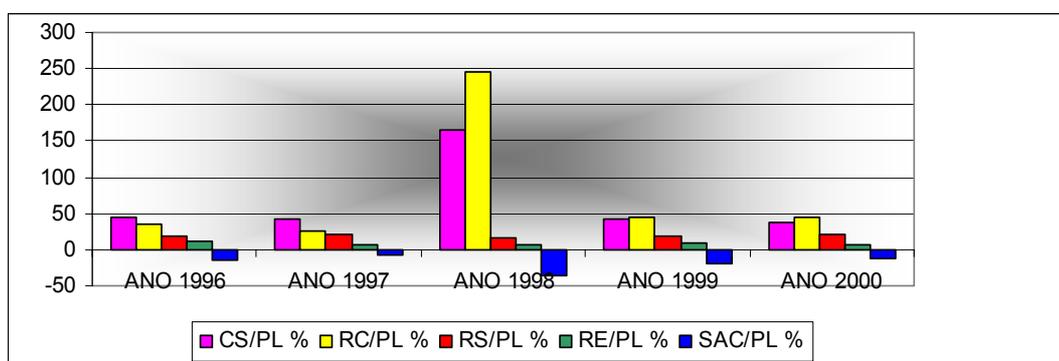
<b>Pequenas e Médias Cooperativas</b>						<b>Unidade: %</b>
<i>ANO</i>	<i>Média Aritmética</i>					
	<i>CS/PL</i>	<i>RC/PL</i>	<i>RS/PL</i>	<i>RE/PL</i>	<i>SAC/PL</i>	
1996	45,77%	34,58%	19,65%	11,84%	-13,93%	
1997	42,91%	25,09%	21,81%	7,38%	-6,83%	
1998	164,56%	246,00%	16,01%	7,64%	-335,12%	
1999	43,33%	45,50%	17,52%	9,72%	-19,90%	
2000	38,12%	43,65%	20,55%	7,05%	-11,33%	

<b>Grandes Cooperativas</b>					
<i>ANO</i>	<i>Média Aritmética</i>				
	<i>CS/PL</i>	<i>RC/PL</i>	<i>RS/PL</i>	<i>RE/PL</i>	<i>SAC/PL</i>
1996	38,19%	16,63%	41,69%	6,53%	3,35%
1997	33,22%	16,41%	44,29%	3,45%	2,25%
1998	30,44%	13,05%	46,32%	4,78%	2,26%
1999	36,04%	22,23%	43,92%	2,67%	3,31%
2000	28,41%	21,53%	44,32%	2,23%	3,22%

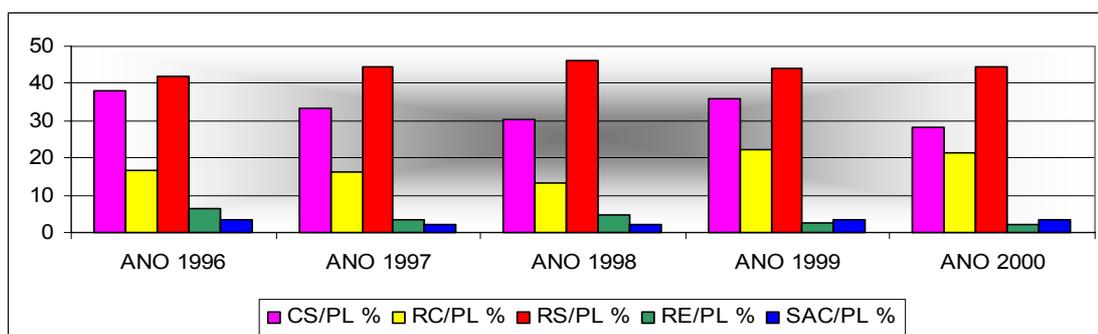
Fonte: Elaborado pela autora.

**GRÁFICO 09 – Análise vertical do Patrimônio Líquido Prazo do grupo das pequenas e médias Cooperativas** **Unidade: %**



Fonte: Elaborado pela autora.

**GRÁFICO 10 – Análise vertical do Patrimônio Líquido Prazo do grupo das grandes Cooperativas** **Unidade: %**



Fonte: Elaborado pela autora.

Como se verificou em ambos os grupos da amostra, a maior fonte de financiamento foi o capital próprio, representado no Balanço Patrimonial, pelo grupo do Patrimônio Líquido.

No que se relaciona ao grau de utilização de recursos próprios, verifica-se que a maioria dos recursos no grupo das pequenas e médias cooperativas, analisando a tabela nº 17 e os gráficos 09 e 10, estão concentrados nas contas Capital Social e Reservas de Capital, sendo a mais representativa a conta Capital Social, com os percentuais de 45,77% em 1996, 42,91% em 1997, 164,56% em 1998, 43,33% em 1999 e 38,12% em 2000, o percentual de 164,56% em 1998

ocorre, pois o Patrimônio Líquido das cooperativas, estão sendo absorvidos por perdas acumuladas.

Já no grupo da amostra das grandes cooperativas agropecuárias, os recursos próprios concentram-se nas contas Capital Social e Reservas de Sobras, sendo que a conta mais representativa do Patrimônio Líquido são as Reservas de Sobras, com os percentuais de 41,69% em 1996, 44,29% em 1997, 46,32% em 1998, 43,92% em 1999 e 44,32% em 2000.

Quando se analisa a conta sobras-acumuladas, verifica-se que o grupo das pequenas e médias cooperativas agropecuárias da amostra apresentou em todos os anos médias negativas, ou seja, em média as pequenas e médias cooperativas agropecuárias não apresentaram sobras acumuladas, mas perdas acumuladas. Em virtude disso a conta sobras acumuladas evolui negativamente nos anos analisados.

A cooperativa de número 12 apresentou em todos os anos sobras acumuladas em pontos percentuais de 1,61% em 1996, 2,63% em 1997, 2,64% em 1998, 7,31% em 1999 e 5,46% em 2000 (apêndice 05). Já ao analisar as sobras acumuladas no grupo das grandes cooperativas, constatou-se que a média em todos os períodos analisados encontra-se entre 2,20% e 3,30%, sendo que a cooperativa agropecuária desse grupo que apresentou os melhores percentuais de sobras acumuladas foi a cooperativa número 11 da amostra, que apresentou percentuais de 12,62% em 1996, 6,20% em 1997, 7,02% em 1998, 10,51% em 1999 e 8,94% em 2000, (apêndice 05).

Através da tabela nº 17 verifica-se que no grupo das pequenas e médias cooperativas da amostra não há uma estabilidade nos percentuais das contas do patrimônio líquido, situação totalmente diferente no grupo de grandes cooperativas da amostra.

### 3.2.3 Estrutura de Resultados

A importância da avaliação da estrutura de resultados centra-se no fato de que o objetivo principal deste estudo é determinar e avaliar a capacidade de autofinanciamento. Para isso é necessário avaliar-se toda a estrutura de resultados da cooperativa, como custos diretos, custos indiretos, receita operacional líquida e sobras do exercício, avaliando assim os custos e margens das cooperativas agropecuárias.

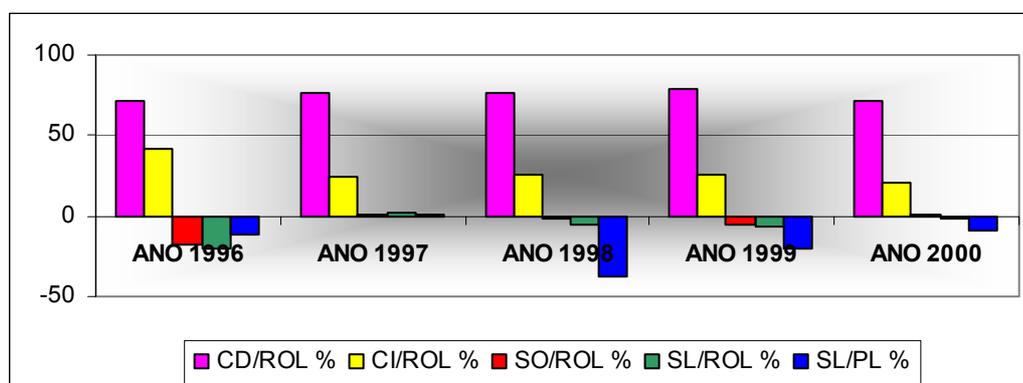
- CD/ROL = Custos Diretos em relação a Receita Operacional Líquida;
- CI/ROL = Custos Indiretos em relação a Receita Operacional Líquida;
- SO/ROL = Sobras Operacionais em relação a Receita Operacional Líquida;
- SL/ROL = Sobras Líquidas em relação a Receita Operacional Líquida;
- SL/PL = Sobras Líquidas em relação ao Patrimônio Líquido.

**TABELA 18 – Análise Vertical de Resultados**

Pequenas e Médias Cooperativas					Unidade: %
ANO	Média Aritmética				
	CD/ROL	CI/ROL	SO/ROL	SL/ROL	SL/PL
1996	71,75%	41,89%	-18,01%	-19,70%	-11,64%
1997	76,02%	25,00%	1,09%	1,74%	0,35%
1998	76,98%	26,08%	-1,47%	-5,75%	-337,05%
1999	78,36%	25,74%	-4,91%	-7,23%	-20,78%
2000	71,21%	20,18%	0,28%	-1,47%	-8,54%
Grandes Cooperativas					
ANO	Média Aritmética				
	CD/ROL	CI/ROL	SO/ROL	SL/ROL	SL/PL
1996	86,55%	12,02%	1,78%	0,66%	5,14%
1997	85,99%	12,87%	1,17%	1,17%	5,06%
1998	87,38%	10,13%	1,45%	1,43%	5,24%
1999	87,40%	13,94%	1,88%	1,91%	8,07%
2000	85,89%	12,75%	1,52%	1,49%	6,71%

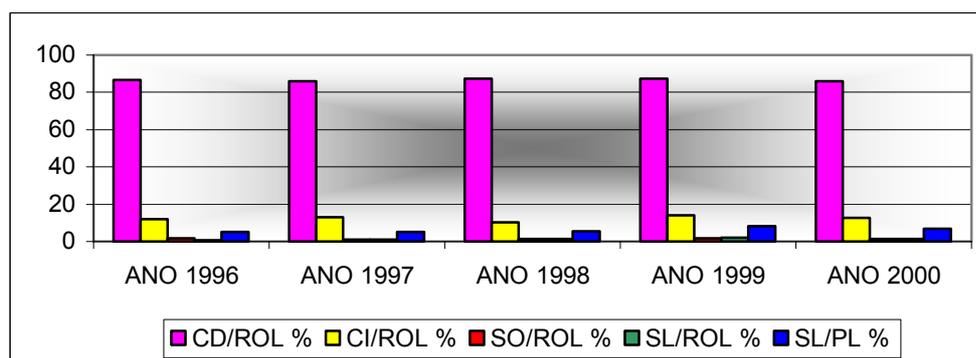
Fonte: Elaborado pela autora.

**GRÁFICO 11 – Análise vertical a Estrutura de Resultados do grupo das pequenas e médias Cooperativas** Unidade: %



Fonte: Elaborado pela autora.

**GRÁFICO 12 – Análise vertical a Estrutura de Resultados do grupo das grandes Cooperativas** Unidade: %



Fonte: Elaborado pela autora.

Nesta estrutura de resultado foram calculados os custos em relação à receita operacional líquida e a margem de lucro em relação às sobras operacionais e líquidas e ao patrimônio líquido.

Os custos indiretos (CD) foram classificados fundamentalmente como sendo custo dos produtos e serviços vendidos. Os Custos Indiretos foram classificados de acordo com as despesas operacionais que se constituem de despesas administrativas, de vendas, e relativas ao capital fixo, bem como despesas financeiras.

Ao analisar a tabela nº 18 e os gráficos 11 e 13 das principais contas de resultado, observa-se que as pequenas e médias cooperativas agropecuárias da amostra tiveram um melhor desempenho na conta custos diretos, apresentando nos cinco anos analisados, os percentuais de 71,75% em 1996, 76,02% em 1997, 76,98% em 1998, 78,36% em 1999 e 71,21% em 2000.

As grandes cooperativas agropecuárias da amostra, apresentaram percentuais acima de 80%, nos anos de 1996 a 2000, 86,55%, 85,99%, 87,38%, 87,40% e 85,89%. Se todas as demais contas das pequenas e médias cooperativas fossem iguais às das grandes, com certeza elas teriam mais sobras acumuladas. Isso não ocorre, pois as mesmas têm um desempenho baixo quando se trata de custos indiretos. Enquanto as grandes cooperativas têm um custo indireto na faixa de doze a treze pontos percentuais, as pequenas e médias cooperativas têm os mesmos custos na faixa de vinte e cinco pontos percentuais, sendo que em 1996 chega a ser de 41,89%, isso ocorre, pois as pequenas e médias cooperativas da amostra, possuem uma estrutura mais densa que absorve mais custos indiretos, já o grupo das grandes cooperativas da amostra, possuem uma estrutura mais enxuta e flexível que absorve menos custos indiretos.

Assim, as pequenas e médias cooperativas apresentam em média nos períodos analisados, perdas acumuladas nos períodos de 1996 (18,01%), 1998 (1,47%) e 1999 (4,91%), e sobras acumuladas nos períodos de 1997 (1,09%) e 2000 (0,28%). Enquanto isso, no grupo das grandes cooperativas, houve sobras acumuladas em todos anos: de 1,78% em 1996; 1,17% em 1997; 96,33 em 1998; 1,88% em 1999 e 1,52% em 2000.

Em 1996, no grupo das pequenas e médias cooperativas, a relação CD/ROL apresentou 71,75% em média, isto é, da receita operacional líquida o percentual

apresentado é custo direto. Neste mesmo grupo a relação SL/PL representava – 11,64% em média, significando assim um indicador negativo de participação das sobras líquidas nos montantes dos recursos próprios, pois não houve sobras líquidas e sim perdas líquidas.

Como destaque neste grupo, a cooperativa número 22 (apêndice 06) da amostra apresentou 8,57% das sobras líquidas em relação ao capital próprio. Há que se comparar este indicador com outros rendimentos alternativos no mercado para se medir a viabilidade do investimento do capital próprio.

Para o grupo das grandes cooperativas destaca-se a cooperativa número 11 da amostra (apêndice 06), que obteve um retorno de 20,44% das sobras líquidas em relação ao patrimônio líquido. Destaca-se ainda que uma média de 86,55% da receita operacional líquida representava os custos diretos da entidade, e que 5,14% foi a média do retorno dos investimentos.

Em 1997 a relação CD/ROL das pequenas e médias cooperativas era de 76,02% em média; a relação SL/PL representava 0,35%. O indicador destaque deste período referente a relação SL/PL, continua sendo da cooperativa número 22 da amostra (apêndice 06) com 15,11%.

Os indicadores apresentados pelo grupo das grandes cooperativas se situaram em: 85,99% em média, para a relação CD/ROL e 5,06% para SL/PL. O maior retorno financeiro neste período foi o da cooperativa número 06 com 14,78% (apêndice 06).

Em 1998 o resultado da relação SL/PL no grupo das pequenas e médias cooperativas foi negativo (–337,03% em média), com destaque para a cooperativa número 22 da amostra (apêndice 06), que continua em ascensão neste indicador, com 24,09%. Já no grupo das grandes cooperativas o indicador foi de 5,63% em

média, evidenciando novamente a cooperativa 06 da amostra (apêndice 06), que alcançou 14,80%, mantendo um equilíbrio neste índice.

Em 1999 e 2000, no grupo das pequenas e médias cooperativas, o indicador da relação SL/PL foi de -20,78% e -8,54%, respectivamente. A cooperativa número 12 da amostra obteve 25,51% em 1999 e a cooperativa número 09 da amostra marcou 19,12%, no ano de 2000, (apêndice 06).

Neste mesmo período, o grupo das grandes cooperativas apresentou os indicadores 8,07% e 6,71% para a relação SL/PL, respectivamente. A cooperativa número 11 da amostra chegou a 16,24% em 1999, e no ano de 2000, 13,83%, (apêndice 06).

#### 3.2.4 Apresentação e Análise de Indicadores Econômico-Financeiros

Depois de efetuada uma avaliação da estrutura do balanço patrimonial e da demonstração de sobras ou perdas acumuladas, verificou-se a necessidade da elaboração de um conjunto de indicadores, com o objetivo de especificar a forma de divisão de recursos próprios e de terceiros e, principalmente, a capacidade de autofinanciamento.

Os indicadores econômico-financeiros foram assim distribuídos:

- Indicadores de Geração e Utilização de Recursos Próprios;
- Indicadores de Utilização de Recursos de Terceiros;
- Indicadores de Autofinanciamento através da DOAR.

O que se pretendeu com esses indicadores foi verificar se as cooperativas agropecuárias possuem capacidade de autofinanciamento para financiar o seu

processo de expansão, bem como ressaltar a importância do mesmo para o desenvolvimento do setor.

#### 3.2.4.1 Indicadores de Geração e Utilização de Recursos Próprios

Os indicadores de geração e utilização de recursos próprios a serem calculados são os seguintes:

- *Recursos Próprios / Investimento Fixo* – Indica a auto-suficiência da cooperativa em financiar ativos fixos;
- *Recursos próprios / Capital de Giro* – Indica a capacidade da cooperativa financiar seu capital de giro.

Para visualizar-se melhor, a tabela 19 elenca as médias aritméticas dos indicadores de geração e utilização dos recursos próprios do período em questão.

**TABELA 19 – Indicadores de Geração e Utilização de Recursos Próprios**

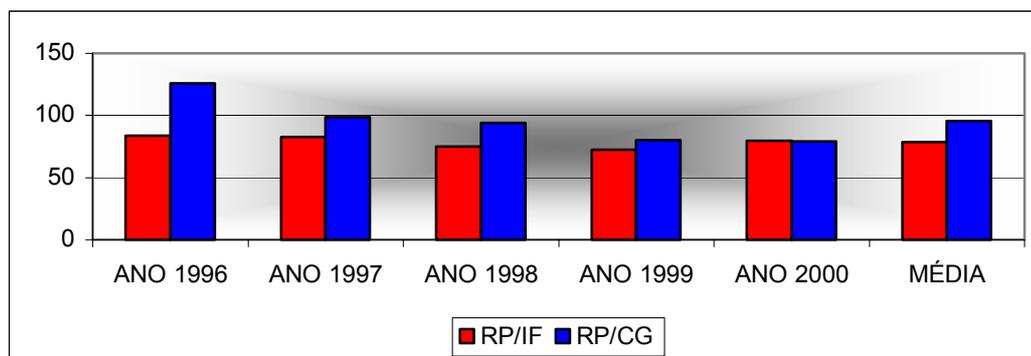
<b>Pequenas e Médias Cooperativas</b>						<b>Unidade: %</b>	
	1996	1997	1998	1999	2000	Média	
RP/IF	83,48	82,80	74,83	72,56	79,47	78,63	
RP/CG	125,98	98,45	94,10	80,10	78,92	95,51	

<b>Grandes Cooperativas</b>						
	1996	1997	1998	1999	2000	Média
RP/IF	102,79	98,63	105,03	108,64	110,61	105,14
RP/CG	71,57	74,28	67,17	66,18	61,04	68,05

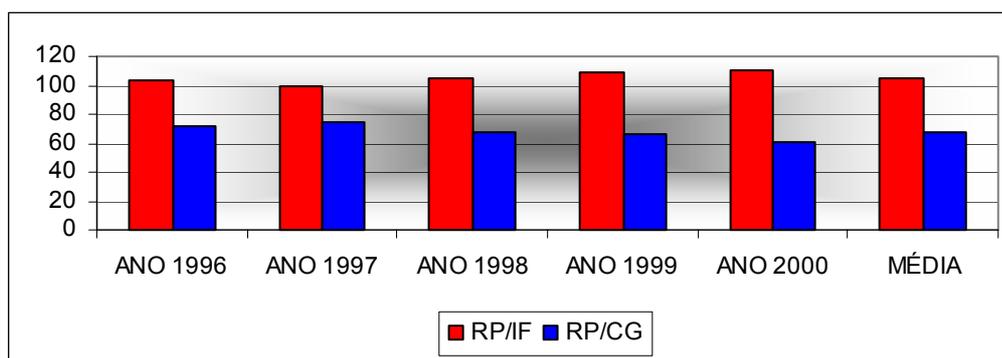
**Fonte:** Elaborado pela autora.

**GRÁFICO 13 – Indicadores de Geração e Utilização de Recursos Próprios do grupo das pequenas e médias Cooperativas**      **Unidade: %**



Fonte: Elaborado pela autora.

**GRÁFICO 14 – Indicadores de Geração e Utilização de Recursos Próprios do grupo das grandes Cooperativas**      **Unidade: %**



Fonte: Elaborado pela autora.

A relação RP/IF nos indica o quanto dos ativos permanentes são financiados por recursos próprios. Na atual conjuntura econômica saber equilibrar investimentos fixos e investimentos circulantes é saber obter melhores resultados financeiros e econômicos.

O grupo das pequenas e médias cooperativas da amostra apresentou indicadores de RP/IF de 83,48% em 1996, 82,80% em 1997, 74,83% em 1998, 72,56% em 1999 e 79,47% em 2000. Estes indicadores com o passar do tempo ficaram estáveis, chegando a uma média de 78,63% para os períodos analisados.

Isto significa que os ativos fixos estão sendo financiados com capitais próprios, sobrando ainda um percentual de capitais próprios para financiar o capital de giro das cooperativas agropecuárias da amostra.

A análise do grupo das grandes cooperativas demonstra que houve uma média de 105,14% de recursos próprios com relação aos investimentos fixos, significando assim um investimento em ativos fixos de todo o patrimônio líquido e ainda, 5,14% dos ativos fixos foram financiados com capitais de terceiros, sendo que o único ano em que o capital próprio apresentou percentual de financiamento de ativos fixos, abaixo de 100 pontos percentuais, foi no ano de 1997 com o percentual de 96,83%.

Analisando a capacidade da cooperativa financiar seu capital de giro, calculou-se a relação RP/CG e chegou-se aos indicadores de 125,98% em 1996, 98,45% em 1997, 94,10% em 1998, 80,10% em 1999 e 78,92% em 2000, para o grupo das pequenas e médias cooperativas.

Se fosse analisado somente este indicador podia-se constatar que as cooperativas possuíam capital de giro próprio, mas como um indicador nunca pode ser analisado isoladamente, vamos analisá-lo conjuntamente com o indicador RP/IF, através deste indicador ficou claro que a maior parte dos recursos próprios está sendo aplicada em ativos fixos, sobrando somente uma pequena parcela para investir no capital de giro, que variou nos anos analisados na faixa de 27 e 16 pontos percentuais, com isso pode-se concluir que as cooperativas do grupo das pequenas e médias da amostra tem uma insuficiência de capital de giro próprio.

No grupo das grandes cooperativas da amostra, ocorre a mesma situação, só que com percentuais mais elevados de insuficiência de capital de giro próprio, pois a relação capital próprio e ativos fixos em quase todos os anos analisados está acima

de 100 pontos percentuais, como já citado anteriormente, enquanto a participação de recursos próprios e capital de giro é de 71,57% em 1996, 74,28% em 1997, 67,17% em 1998, 66,18% em 1999 e 61,04% em 2000,.

É relevante a participação de capital de giro próprio no desempenho operacional das empresas, cobrindo geralmente mais da metade de seus ativos totais investidos. A má administração do mesmo tem porém como conseqüências sérios problemas financeiros, contribuindo para a formação de uma situação falimentar. Se faz necessário que a administração do capital de giro trate dos ativos e passivos correntes como decisões mútuas.

As médias apresentadas pelos dois grupos analisados demonstram que em ambos, ocorre a insuficiência em todos os anos de capital de giro próprio, ou seja o capital de giro das cooperativas está sendo financiado em sua grande maioria por capitais de terceiros.

#### 3.2.4.2 Indicadores de Utilização de Recursos de Terceiros

Os indicadores de utilização de recursos de terceiros a serem calculados são os seguintes:

- *Passivo Circulante / Recursos de Terceiros* – Indica a participação de recursos de curto prazo no montante de recursos de terceiros utilizados pela cooperativa no período;

- *Financiamento de Longo Prazo / Recursos de Terceiros* – Indica a participação dos recursos de longo prazo, provenientes do mercado financeiro no período analisado;

- *Recursos de Terceiros / Ativo Total* – Indica a proporção de utilização de recursos de terceiros no montante do patrimônio da cooperativa.

**TABELA 20 – Indicadores de Utilização de Recursos de Terceiros**

<b>Pequenas e Médias Cooperativas</b>						<b>Unidade: %</b>
<i>ANO</i>	<i>1996</i>	<i>1997</i>	<i>1998</i>	<i>1999</i>	<i>2000</i>	
PC/RT	58,07%	59,85%	64,32%	66,33%	53,28%	
FL/RT	27,00%	25,63%	21,33%	18,91%	27,76%	
RT/AT	48,55%	51,70%	55,13%	59,44%	60,92%	

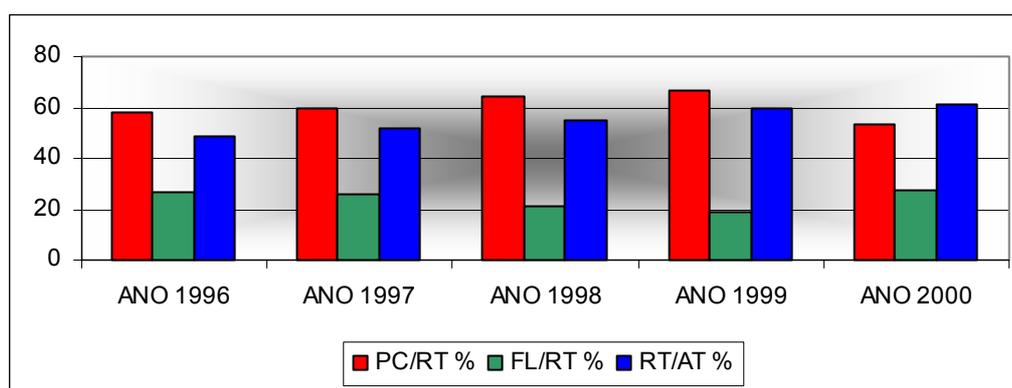
  

<b>Grandes Cooperativas</b>						
<i>ANO</i>	<i>1996</i>	<i>1997</i>	<i>1998</i>	<i>1999</i>	<i>2000</i>	
PC/RT	69,09%	67,37%	70,41%	77,23%	69,33%	
FL/RT	11,49%	13,12%	10,38%	5,71%	13,94%	
RT/AT	49,17%	48,39%	49,61%	49,85%	51,65%	

Fonte: Elaborado pela autora

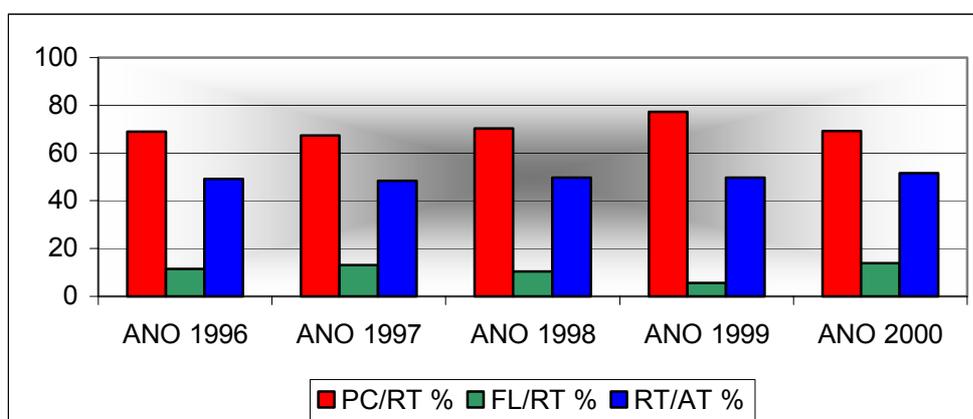
**GRÁFICO 15 – Indicadores de Utilização de Recursos de Terceiros do grupo das pequenas e médias Cooperativas**

Unidade: %



Fonte: Elaborado pela autora

**GRÁFICO 16 – Indicadores de Utilização de Recursos de Terceiros do grupo das grandes Cooperativas** Unidade: %



Fonte: Elaborado pela autora

O objetivo deste subconjunto de indicadores é verificar qual o grau de utilização de recursos de terceiros e suas principais fontes, para ambos os grupos da amostra no período de 1996 a 2000.

A maioria dos recursos de terceiros utilizados no período analisado originou-se de recursos de terceiros a curto prazo para o grupo das pequenas e médias cooperativas com percentuais de 58,07%, 59,85%, 64,32%, 66,33%, 53,28% no período de 1996 a 2000. A cooperativa agropecuária desse grupo que apresentou maior dependência de capitais de terceiros a curto prazo foi a cooperativa número 07 com os seguintes percentuais nos anos de 1996 a 2000: 100%, 100%, 93,78%, 94,37% e 95,06% (apêndice 08). A que apresentou a menor dependência de capitais de terceiros foi a cooperativa agropecuária número 04, com percentuais de 7,13%, 19,75%, 14,83%, 16,09% e 4,45% nos anos de 1996, 1997, 1998, 1999 e 2000, respectivamente (apêndice 08).

Também no grupo de grandes cooperativas agropecuárias o capital de terceiros a curto prazo apresentou percentuais de 69,09% em 1996, 67,37% em 1997, 70,41% em 1998, 77,23% em 1999 e 69,33% em 2000.

O indicador de recursos de longo prazo apresenta um maior grau de utilização para o grupo de pequenas e médias cooperativas agropecuárias da amostra, com uma média de 24,13%, enquanto o grupo de grandes cooperativas agropecuárias apresenta uma média percentual de 10,93%. O ano em que as pequenas e médias cooperativas, mais se utilizaram de capitais de terceiros, foi o ano de 2000, com o percentual de 27,76%, o mesmo ocorrendo com o grupo de grandes cooperativas, com o percentual de 13,94%.

A pequena e média cooperativa que mais se utilizou de capitais de terceiros a longo prazo foi a cooperativa número 04 (apêndice 08). Do grupo de grandes cooperativas, a que mais utilizou capital de terceiros à longo prazo foi a cooperativa número 16 (apêndice 08).

No indicador RT/AT foi avaliado quanto do ativo total das cooperativas está sendo financiado por capitais de terceiros. Observou-se que, em média, 55,13% do Ativo Total das pequenas e médias cooperativas e que 49,73% das grandes cooperativas estavam sendo financiado por capitais de terceiros. Analisando ainda o grupo das pequenas e médias cooperativas observou-se que o único ano em que o capital próprio foi maior que o capital de terceiro foi em 1996 com o percentual de 48,55%.

Verificou-se também nesse grupo que a cada ano torna-se maior a dependência de capitais de terceiros. Já no grupo das grandes cooperativas observou-se que de 1996 a 1999, havia uma certa estabilidade na participação de capitais de terceiros, ficando sempre com percentuais inferiores a 50%. Só em 2000 houve uma elevação negativa desse percentual para 51,65%.

Ao relacionar esses indicadores com a Estrutura dos Passivos, observou-se que apesar das cooperativas agropecuárias da amostra do grupo das pequenas e

médias apresentarem menor participação de capitais de terceiros a curto prazo com relação aos recursos totais, quando avaliou-se somente capitais de terceiros observou-se que as mesmas se utilizam a cada ano mais de capitais de terceiros a curto prazo. Quanto as grandes cooperativas confirmou-se que a grande maioria dos capitais de terceiros são a curto prazo.

Estes indicadores também confirmaram que as cooperativas do grupo das pequenas e médias são as que mais possuem capitais de terceiros a longo prazo, isso como já foi dito devido a economia brasileira que possui a maioria dos financiamentos a longo, para investimentos em ativos fixos, e as mesmas estão ainda em fase de estruturação dos seus ativos fixos.

O último indicador calculado revelou que apesar do grupo das grandes cooperativas apresentarem mais capital de terceiros a curto prazo, esse grupo é menos dependente dos mesmos, pois em média mais de 50% de suas fontes de recursos são capitais próprios, enquanto no grupo das pequenas e médias cooperativas da amostra mais de 50% dos recursos são capitais de terceiros, fundamentando assim a afirmação que a cada ano o grupo de pequenas e médias cooperativas vem se utilizando mais de recursos de terceiros.

### 3.3 Determinação dos indicadores de capacidade de autofinanciamento e indicadores de autofinanciamento através da DOAR

Como foi citado na Revisão de Literatura a DOAR constitui-se um instrumento poderoso para a determinação do autofinanciamento.

Na presente dissertação, somente oito cooperativas forneceram em suas demonstrações contábeis a DOAR, sendo três cooperativas do grupo das pequenas

e médias cooperativas e cinco cooperativas do grupo das médias e grandes cooperativas, representando assim 23,07% das pequenas cooperativas e 55,55% das médias e grandes cooperativas.

Com base nos dados da DOAR, segundo QUEIROZ (1988, p. 64-65) a capacidade de autofinanciamento e o Autofinanciamento podem ser determinados das seguintes formas:

- **CA1** = Resultado Operacional + Amortizações + Depreciações Operacionais + Despesas Financeiras;
- **CA2** = Soma das Origens Internas de Operações de Fundos;
- **A1** = CA – Aplicações Externas;
- **A2** = CA – Ativos Fixos.

Para o cálculo da capacidade de autofinanciamento foi utilizado o indicador CA1, sugerido por Queiroz (1988, p. 64), feitos alguns ajustes para adequá-lo ao presente trabalho sobre as cooperativas agropecuárias constantes da amostra:

- **CA** = Sobras Líquidas + Despesas sem desembolso – Receitas sem recebimento.

Este indicador demonstra qual é a capacidade que a cooperativa analisada tem para se autofinanciar, ou seja, qual a sua capacidade de geração de recursos próprios para financiar seu processo de expansão e o seu capital de giro.

Diante desse indicador, através da Demonstração de Sobras ou Perdas Acumuladas, foram verificadas, para as cooperativas agropecuárias, todas as despesas lançadas na mesma que não sofreram desembolso e as receitas que não auferiam recebimentos e conseqüentemente, não afetaram o resultado financeiro da

cooperativa e o Capital Circulante Líquido (CCL). Abaixo segue a relação das despesas sem desembolso e das receitas sem recebimento:

**QUADRO 3 – Relação de Despesas sem desembolso e Receitas sem Recebimento – Cooperativas Agropecuárias da Amostra**

<i>Despesas sem Desembolso</i>	<i>Receitas sem Recebimento</i>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Depreciação</li> <li>• Efeitos Inflacionários</li> <li>• Variação Monetária Passiva</li> <li>• Provisão para Variação Cambial</li> <li>• Provisão para perda de Estoque</li> <li>• Outras Provisões</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Juros sob Capital Integralizado</li> <li>• Variação Monetária Ativa</li> <li>• Transferência Res. de Reavaliação</li> <li>• Reservas de Fundos de Contribuição</li> <li>• Lucros Participações Societárias</li> <li>• Realização de R. Capital Especial</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora.

Assim obteve-se a Tabela nº 21, que determinou a Capacidade de Autofinanciamento das Cooperativas. Como a capacidade de autofinanciamento foi calculada a partir da Demonstração de Sobras ou Perdas Acumuladas do Exercício, foi possível fazer o cálculo para todas a cooperativas agropecuárias da amostra.

**TABELA 21 – Capacidade de autofinanciamento**

<b>Pequenas e Médias Cooperativas</b>					
Coop. / Ano	Capacidade de Autofinanciamento/DRE				
	1996	1997	1998	1999	2000
2	65.289,81	-125.244,18	-1.100.713,99	-715.731,55	-2.112.140,67
4	-1.000.999,75	-38.553,79	-506.862,51	23.874,52	45.360,58
5	217.429,41	419.357,43	-1.206.964,90	-2.773.059,50	121.789,19
7	-83.835,84	-204.382,23	-340.957,00	25.380,74	12.685,57
8	404.925,98	1.863.434,82	278.292,99	65.546,02	-1.677.300,86
9	2.326.508,53	6.097.421,65	4.448.032,84	1.795.915,91	8.337.158,00
10	79.032,92	1.029.261,04	261.691,98	555.039,11	1.906.559,05
12	746.681,76	1.071.896,58	1.014.564,06	3.525.187,31	3.030.743,82
14	-1.806.013,21	138.329,12	-21.877,45	-4.200.537,90	407.923,72
15	-2.882.132,96	-3.169.029,27	-3.327.861,91	-14.178.038,68	-11.041.460,54
18	-2.059.712,91	605.524,34	-47.712,76	140.844,65	564.795,41
21	368.058,43	151.877,04	1.127.050,81	195.468,16	978.180,10
22	1.773.016,52	3.063.221,29	3.155.112,82	153.463,53	49.279,02

**Grandes Cooperativas**

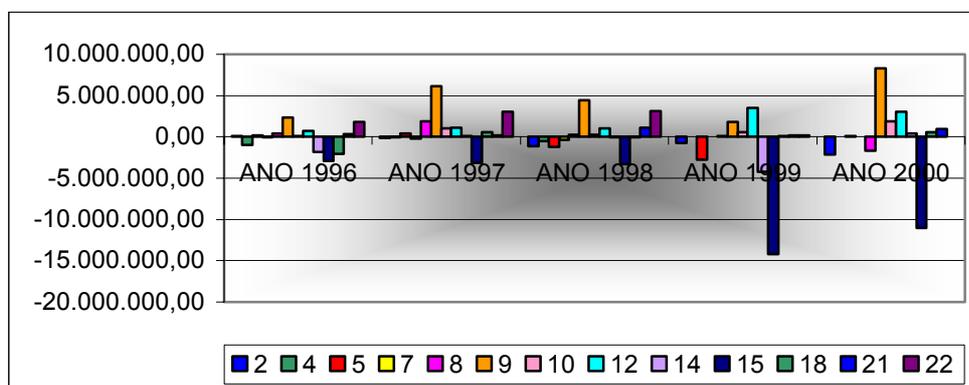
Coop. / Ano	Sobras Líquidas				
	1996	1997	1998	1999	2000
1	1.186.000,00	823.000,00	714.000,00	1.565.000,00	1.914.000,00
3	-1.143.410,89	388.313,00	738.358,41	924.064,00	1.453.321,91
6	27.118.656,00	49.315.177,00	55.674.721,00	68.571.411,00	40.046.223,00
11	914.440,08	1.368.356,92	1.774.866,80	3.212.328,21	3.158.432,38
13	3.073.688,03	4.585.569,04	1.779.563,69	9.551.285,00	9.899.900,95
16	3.514.663,00	2.608.700,00	3.504.427,00	5.532.003,00	5.157.965,81
17	1.041.062,17	1.345.256,43	4.493.175,64	5.917.237,10	3.525.956,80
19	62.584,90	263.619,21	433.817,88	485.971,98	214.801,18
20	350.570,85	-69.272,35	35.622,70	234.646,69	1.180.210,83

CA=Sobras Líquidas + Desp. S/ desembolso - Receitas s/ recebimento

Fonte: Elaborado pela autora

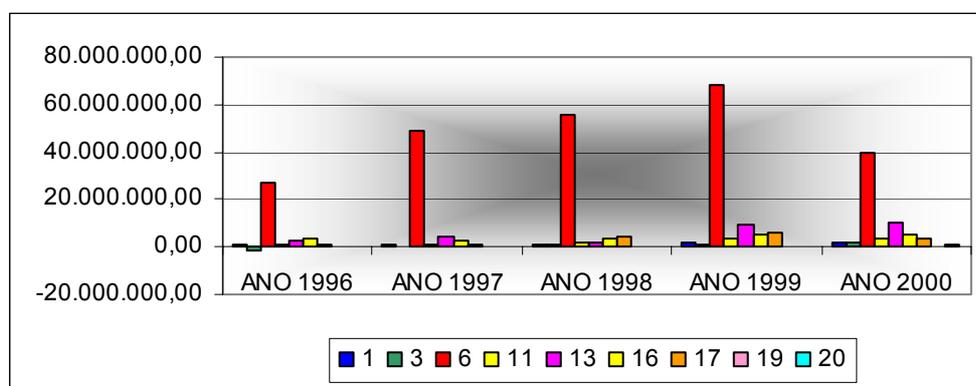
**GRÁFICO 17 – Capacidade de Autofinanciamento do grupo das pequenas e médias Cooperativas**

Unidade: R\$



Fonte: Elaborado pela autora

**GRÁFICO 18 – Capacidade de Autofinanciamento do grupo das grandes Cooperativas**  
Unidade: R\$



Fonte: Elaborado pela autora

Observa-se que, do grupo das pequenas e médias cooperativas agropecuárias da amostra, apenas 38,46% das mesmas possuíam capacidade de Autofinanciamento em todos os períodos analisados. Já no grupo das grandes cooperativas agropecuárias da amostra, todas possuem Capacidade de Autofinanciamento em todos os períodos analisados, excetuando a cooperativa número 03 no ano de 1996.

Após a determinação da Capacidade de Autofinanciamento, feita através da Demonstração de Sobras ou Perdas Acumuladas, utilizando a DOAR, determinaram-se os indicadores de Autofinanciamento, a saber:

- **A1** = CA – Aplicações Externas;
- **A2** = A1 – IAF (Investimentos em Ativos Fixos).

**TABELA 22 – Indicadores de Autofinanciamento  
Pequenas e Médias Cooperativas**

Coop. / Ano	Autofinanciamento 1: A1				
	1996	1997	1998	1999	2000
8	-2.225.124,68	1.570.113,83	-2.972.769,61	-806.515,12	-2.033.192,78
21	270.228,43	151.877,04	-1.575.109,77	186.209,27	975.580,10
22	1.686.977,46	2.953.037,40	3.155.112,82	-404.617,65	9.665,89

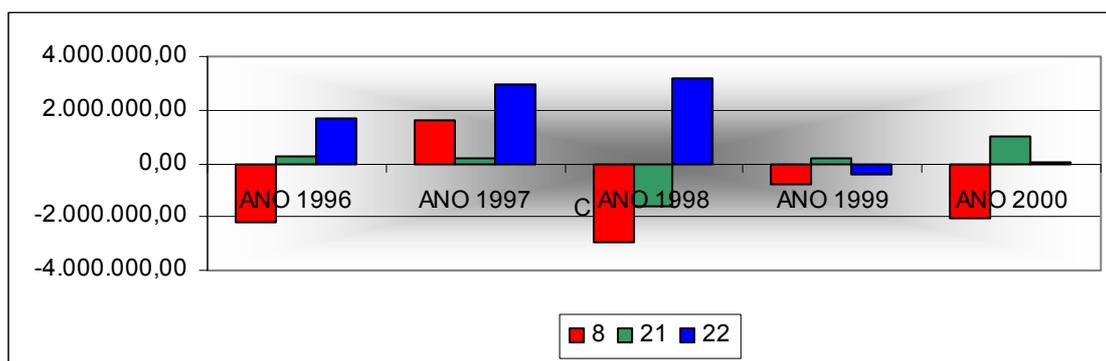
**Grandes Cooperativas**

Coop. / Ano	Autofinanciamento 1: A1				
	1996	1997	1998	1999	2000
1	-634.000,00	-1.475.000,00	-26.719.000,00	-7.269.000,00	771.000,00
6	6.811.634,64	35.253.328,44	37.735.959,02	46.844.321,27	13.752.018,83
11	885.945,28	1.367.040,55	1.739.116,31	3.114.397,31	2.064.924,00
16	2.274.856,96	1.666.594,72	2.722.345,20	4.688.058,02	-62.999.882,74
17	-1.592.805,48	-60.516.092,69	4.493.175,64	5.692.929,33	3.301.649,03

A1= CA - Aplicações Externas (Doar)

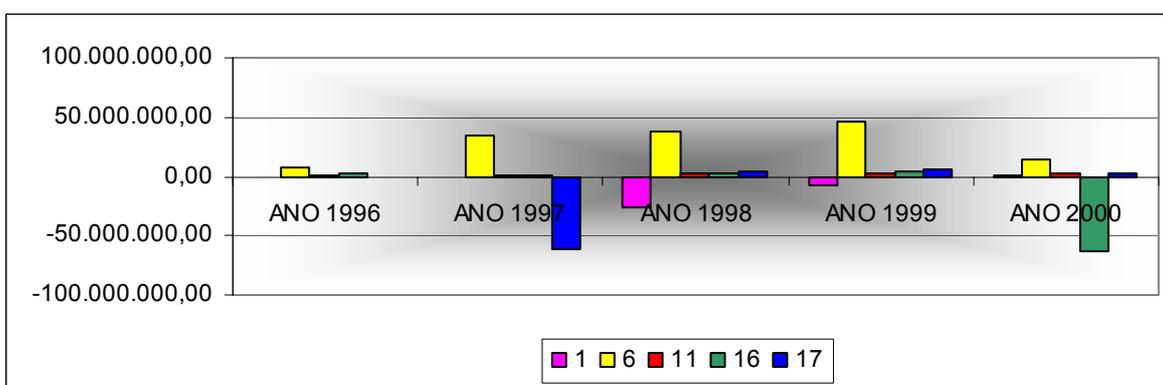
Fonte: Elaborado pela autora

**GRÁFICO 19 – Indicadores de Autofinanciamento – A1 das pequenas e médias Cooperativas  
Unidade: R\$**



Fonte: Elaborado pela autora

**GRÁFICO 20 – Indicadores de Autofinanciamento – A1 das grandes Cooperativas  
Unidade: R\$**



Fonte: Elaborado pela autora

O primeiro indicador de autofinanciamento foi obtido através do montante da Capacidade de Autofinanciamento, subtraindo-se as aplicações externas, as quais no ramo do cooperativismo agropecuário foram consideradas como sendo os investimentos em outras empresas, a distribuição de sobras e a retirada de quotas-partes pela saída de associados das mesmas. Assim através da tabela n.º 22, observa-se que as três cooperativas agropecuárias do grupo das pequenas e médias cooperativas da amostra variaram bastante, tendo em alguns anos um autofinanciamento positivo, em outros um autofinanciamento negativo.

Já das cinco cooperativas agropecuárias da amostra constantes no grupo das grandes cooperativas, que forneceram a DOAR, observa-se que há uma estabilidade maior no autofinanciamento. Apenas duas apresentaram um autofinanciamento positivo em todos os anos analisados: a cooperativa número 06 e a cooperativa número 11.

**TABELA 23 – Indicadores de Autofinanciamento**

**Pequenas e Médias Cooperativas**

Coop. / Ano	Autofinanciamento 2: A2				
	1996	1997	1998	1999	2000
8	-2.651.234,96	-737.884,86	-4.517.609,26	-2.746.341,94	-1.371.076,99
21	-6.043.500,79	-8.011.437,11	-5.967.796,32	-2.443.846,90	-2.645.059,08
22	1.471.084,10	3.063.221,29	3.155.112,82	-558.081,18	49.279,02

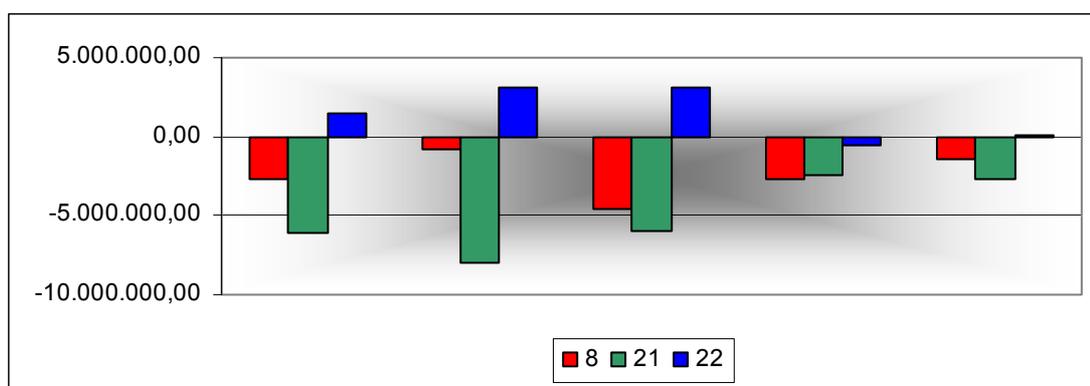
**Grandes Cooperativas**

Coop. / Ano	Autofinanciamento 2: A2				
	1996	1997	1998	1999	2000
1	-3.872.000,00	-8.972.000,00	-31.326.000,00	-8.678.000,00	307.000,00
6	-10.288.407,02	3.804.987,14	9.677.316,54	17.138.369,03	-5.804.954,24
11	-9.929.422,14	-1.426.165,92	-73.441,09	1.104.766,52	-2.029.891,65
16	780.925,98	-21.976.369,98	-313.235,73	3.594.614,19	-66.574.646,55
17	-5.489.775,66	-65.373.823,96	3.211.107,17	1.913.411,20	1.097.114,35

A2=A1/IAF(investimento em Ativos Fixos-Doar)

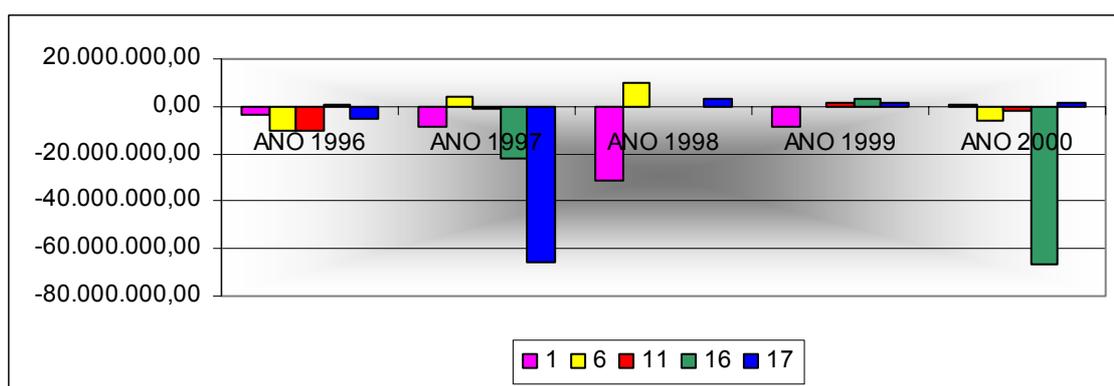
Fonte: Elaborado pela autora

**GRÁFICO 21 – Indicadores de Autofinanciamento – A2 das pequenas e médias Cooperativas**  
Unidade: R\$



Fonte: Elaborado pela autora

**GRÁFICO 22 – Indicadores de Autofinanciamento – A2 das grandes Cooperativas**  
Unidade: R\$



Fonte: Elaborado pela autora

O segundo indicador de Autofinanciamento foi calculado a partir do montante obtido no autofinanciamento 1, subtraindo o valor dos investimentos em Ativos Fixos (especificamente no imobilizado da empresa). E observa-se no tabela nº 23, das três cooperativas agropecuárias do grupo das pequenas e medias cooperativas da amostra que forneceram a DOAR, somente a cooperativa n.º 22 possui capacidade para financiar seus ativos fixos com sobras de recursos para financiar seu capital de giro.

Das cinco cooperativas agropecuárias do grupo das grandes cooperativas, a cooperativa número 06, em 1997, 1998 e 1999 e a cooperativa número 17 em 1998, 1999 e 2000, possuíam um autofinanciamento capaz de cobrir todas as suas aplicações em ativos fixos (imobilizações), restando ainda recursos para o financiamento do capital giro. Todas as demais buscaram capitais de terceiros para financiar seus ativos fixos.

Os dados gerados através da DOAR permitem uma avaliação da modificação da posição financeira, ressaltando a capacidade de geração de recursos próprios, bem como sua capacidade de autofinanciamento.

Ao calcular os indicadores de Capacidade de Autofinanciamento e o Autofinanciamento através da DOAR, revelou-se uma informação que ainda não havia ficado clara somente através da análise econômico-financeira das Demonstrações Contábeis. Quando foram analisadas as Demonstrações Contábeis revelou-se que as cooperativas da amostra, classificadas no grupo das grandes cooperativas possuíam maior participação de capitais de terceiros, que as classificadas no grupo das pequenas e médias cooperativas. Através da DOAR, observou-se que o grupo das grandes cooperativas da amostra, apesar de apresentarem maior relação de capitais de terceiros, são as que mais apresentam capacidade de autofinanciar-se, tendo condições de fazer mais aplicações externas, incluindo nessas aplicações, inclusive distribuição de sobras, e ainda conseguem autofinanciar seus ativos fixos, aplicando assim no seu processo de expansão, e em alguns casos, sobrando recursos para investirem no seu capital de giro.

Em contrapartida no grupo das pequenas e médias cooperativas da amostra, apesar de se apresentarem uma participação menor de capitais de terceiros,

possuem menor capacidade para autofinanciar suas aplicações tanto externas, quanto internas.

Com essas informações, pode-se concluir que quanto melhor estruturada econômica e financeiramente encontrar-se a cooperativa agropecuária, principalmente no que se refere a sua capacidade de autofinanciamento, mais acesso ela terá a recursos de terceiros para financiar seu processo de expansão.

Com isso conclui-se que a DOAR, é uma demonstração de suma importância para o cálculo do autofinanciamento, sendo que a mesma, apesar de não ser obrigatória para as cooperativas agropecuárias, deveria ser elaborada, para apoio na gestão financeira cooperativista, pois só a avaliação do nível de endividamento da cooperativa sem relacioná-lo aos indicadores de autofinanciamento não trazem informações suficientes para uma boa gestão financeira, e os melhores indicadores de autofinanciamento só podem ser obtidos através da DOAR.

#### 3.4 Conclusões sobre a análise e interpretação das demonstrações contábeis das cooperativas agropecuárias da amostra

Em suma, dentre as principais evidências desta dissertação encontradas na análise e interpretação das demonstrações contábeis das cooperativas agropecuárias da amostra, ressaltam-se:

- O grupo das pequenas e médias cooperativas agropecuárias investem seus recursos em sua maioria em ativos fixos, enquanto o grupo das grandes investe na sua maioria em capital de giro. Isto pode ser associado ao fato de aquelas cooperativas já possuírem ativos fixos suficientes para o desenvolvimento

de suas atividades operacionais, enquanto as pequenas e médias ainda buscam o nível ideal de imobilizações para sua atividade operacional;

- Ao analisar a estrutura de passivos, onde se encontra o foco desse trabalho, constatou-se que o grupo das pequenas e médias cooperativas agropecuárias da amostra utiliza-se mais de recursos de terceiros a longo prazo do que o grupo das grandes cooperativas agropecuárias. Isto se deve ao fato de que no mercado financeiro brasileiro os recursos de longo prazo existentes são, na sua grande maioria, destinados a aplicação em ativos fixos. As pequenas e médias cooperativas estão ainda num processo de imobilização, enquanto as grandes cooperativas já estão com seus ativos fixos estruturados. Verificou-se também que, tanto no grupo das pequenas e médias cooperativas agropecuárias quanto no grupo das grandes cooperativas agropecuárias da amostra, concentram-se as fontes de recursos de terceiros;

- Verifica-se também que na formação das fontes de recursos de terceiros, ambos os grupos utilizam com maior intensidade os recursos de curto prazo (passivo circulante), do que os recursos de longo prazo (passivo exigível a longo prazo);

- Ao se especificar o passivo circulante, pode-se constatar que para ambos os grupos a maior parte das fontes de recursos a curto prazo advém de financiamentos. Este mesmo fator se observa no passivo exigível em longo prazo;

- Analisando-se a composição do capital próprio, observa-se que a maioria dos recursos próprios estão concentrados, tanto no grupo das pequenas e médias cooperativas agropecuárias, quanto no grupo das grandes cooperativas agropecuárias da amostra, na conta capital social. No grupo das pequenas e

médias, a segunda maior conta de participação de recursos próprios é a conta reservas de capital. No grupo das grandes cooperativas os recursos próprios estão concentrados na conta reservas de sobras;

- A importância de se analisar a estrutura de resultados, centra-se no fato de nela estar demonstrada a capacidade de a cooperativa agropecuária auferir sobras operacionais. Como se observou, apesar do grupo das pequenas e médias cooperativas agropecuárias da amostra apresentarem uma melhor performance com relação ao custo direto, o mesmo não ocorre nos custos indiretos. O grupo das grandes cooperativas da amostra não apresenta uma performance tão boa nos custos diretos mas, em compensação, apresentam uma excelente performance nos custos indiretos, o que faz com que elas tenham melhor desempenho operacional, e conseqüentemente obtenham sobras operacionais, enquanto no grupo das pequenas e médias cooperativas, quase sempre apresentam-se perdas acumuladas;

- Com relação aos indicadores financeiros, constatou-se que o grupo das grandes cooperativas agropecuárias da amostra tem melhor desempenho, pois possui mais recursos próprios à sua disposição. Já os indicadores de Utilização de Recursos de Terceiros, demonstram que ambos os grupos têm, como sua maior fonte de recursos, capitais de terceiros, e que no grupo das pequenas e médias cooperativas agropecuárias da amostra cresce ano a ano, a participação de capitais de terceiros a curto prazo;

- Os indicadores de autofinanciamento calculados pela DOAR, demonstraram que as grandes cooperativas agropecuárias possuem maior capacidade de autofinanciamento, sendo que em quase sua totalidade, em todos os

períodos, possuíam capacidade de autofinanciamento. Quando foram calculados os indicadores de autofinanciamento, também ficou evidenciado que o grupo das grandes cooperativas, apresentou melhores resultados.

#### **4 CONCLUSÕES SOBRE A CAPACIDADE DE AUTOFINANCIAMENTO DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS DO ESTADO DO PARANÁ**

Ao final do presente estudo, pode-se verificar que a capacidade de autofinanciamento, ou seja, o poder de autofinanciar-se, constitui para todas as entidades, um fator fundamental para seu desenvolvimento. Como se pode observar no decorrer do trabalho até mesmo o acesso ao capital de terceiros está intimamente vinculado à capacidade de autofinanciamento da entidade. O acesso às fontes externas de recursos é facilitado para a cooperativa que apresente uma sólida estrutura econômico-financeira e tenha suficientes taxas de sobras operacionais.

O setor escolhido para o estudo, que foi o cooperativismo agropecuário, possui particularidades que muitas vezes independem de as mesmas adotarem uma política de autofinanciamento, pois quando se fala em cooperativas, refere-se a “associados”, “trabalhadores”, e as “sobras” de exercício. Quando se fala em empresas de capital, faz-se referência a “proprietários”, “investidores” e “lucros” da atividade empresarial, portanto observa-se uma diferença doutrinária fundamental.

Embora as cooperativas surjam em circunstâncias e culturas diversas, três princípios básicos geralmente distinguem as cooperativas das empresas comerciais. Primeiramente, os associados são os que financiam e utilizam suas cooperativas. As cooperativas são controladas pelos associados que são os donos da cooperativa, e finalmente, os benefícios gerados pela cooperativa são distribuídos para os associados de acordo com a utilização da organização. Estes princípios básicos indicam diferenças na organização e em sua estrutura de propriedade e domínio.

Sendo assim, o aporte de capital para investimentos é um problema para as cooperativas, pois as mesmas são empresas formadas devido a uma coalizão de

interesses em comum de pessoas que se unem o que muitas vezes faz com que elas tenham escassez de capital.

A primeira forma de capitalização é via associados, que é a mais fácil e tradicional para o sistema cooperativista, mas que esbarra na dificuldade financeira do setor agropecuário, e particularmente do próprio agricultor associado que procura a cooperativa para auferir vantagens, e não com a intenção de capitalizá-la. A segunda forma de capitalização, que foi a mais utilizada pelas cooperativas agropecuárias, são os capitais de terceiros, via financiamento bancário, tomando financiamentos a um alto custo derivado do nível de juros que decorre das políticas macroeconômicas da estabilização da inflação.

As cooperativas agropecuárias, por apresentarem fortes limitações ao aporte de capital próprio, têm tendência de apresentar uma estrutura de capitais centrada em capitais de terceiros, e em sua grande maioria capitais de terceiro a curto prazo. Esta característica não seria propriamente um aspecto negativo se, como já foi mencionado, os custos financeiros não fossem tão elevados.

O ponto central que faz com que haja baixa capacidade das cooperativas agropecuárias levantarem capitais próprios, relaciona-se com o problema central de direitos de propriedade sobre o resíduo não transacionáveis e, o que é pior, não proporcionais ao capital investido pelo associado, uma vez que quota-parte não apresenta mercado desenvolvido secundário, e as “sobras-operacionais”, nos raros casos em que são distribuídas, são repartidas de acordo com a movimentação dos associados em termos de movimentações de produtos, ou seja, de sua operação. Assim conclui-se que os incentivos para que o associado invista na cooperativa e a capitalize são quase nulos.

Essas conclusões permitem atentar para um detalhe: muitas cooperativas agropecuárias constantes da amostra no período analisado, estão num círculo que se pode dizer vicioso, pois ao não possuir capacidade de auferir recursos próprios, têm sua estrutura de capitais centrada em capitais de terceiros, o que faz com que as mesmas tenham altas despesas financeiras. Conseqüentemente, diminuem as sobras operacionais e, assim, as sobras distribuídas, ou seja, indiretamente é o associado que está arcando com esse custo de capital. Também se observa que algumas cooperativas agropecuárias, além de ter que financiar a si próprias, muitas vezes têm também que financiar o associado, para poder garantir uma determinada quantidade de produtos e/ou vendas de insumos.

É necessário que se faça uma observação, uma estrutura de capital centrada em capitais de terceiros pode ser viável financeiramente, na medida em que as expectativas de retorno se mostrarem superiores ao custo do endividamento adicional, como também, na medida que seja permitida pelo grau de endividamento da cooperativa agropecuária.

Constata-se que a cooperativa agropecuária com maior grau de capitalização possui maior capacidade de expansão, uma vez que pode utilizar boa parte de recursos próprios para financiar seus investimentos, apresentando também maior possibilidade de recorrer intensamente ao mercado financeiro.

Para que um processo de expansão contínuo seja assegurado é necessário que as cooperativas agropecuárias mantenham sua estabilidade no mercado. No entanto, a intensificação do processo de expansão por intermédio do autofinanciamento e de recursos de terceiros não coincide com as necessidades de expansão das cooperativas agropecuárias. Desta forma a maioria dos incentivos a capitalização são para as cooperativas agropecuárias que possuem uma situação

econômica-financeira mais favorável e não necessariamente para as mais necessitadas.

Em outras palavras, como já foi dito, o acesso ao mercado financeiro se torna mais fácil para as cooperativas agropecuárias da amostra que estejam econômica e financeiramente sólidas e que tenham suficientes taxas de sobras. A estas, as oportunidades de financiamento externo são oferecidas independentemente de seu grau de necessidade, fazendo com que elas intensifiquem seu crescimento, adquirindo recursos acima da sua capacidade de autofinanciamento, sem elevar excessivamente seu nível de risco. Assim, o financiamento externo fortalece a posição econômica, proporcionando a expansão dessas cooperativas agropecuárias.

Verificou-se que as cooperativas agropecuárias da amostra mais bem estruturadas em termos de capital, que têm maior rentabilidade, maior capacidade de autofinanciamento, são as que mais possuem acesso ao mercado financeiro e conseqüentemente as que mais se expandem. Salienta-se também a importância da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, como fundamental na determinação do autofinanciamento das cooperativas agropecuárias.

Ressalta-se também, através do estudo das peculiaridades das demonstrações contábeis do setor cooperativista agropecuário que foi realizado, a importância de um trabalho que vise a padronização das contas, e até mesmo das demonstrações contábeis para o setor, pois em virtude de não haver um modelo específico, as cooperativas utilizam um modelo estabelecido na Lei 6.404/76 para as Sociedades Anônimas, e isso ocasiona muitas vezes a utilização de contas e demonstrações contábeis que não se enquadram para o setor. Também constatou-se que essa falta de padronização ocasiona um sério problema para o processo de

análise econômico-financeira, pois ao trabalhar com um número elevado de cooperativas, esse fator quase inviabiliza o processo de análise.

Ao final do presente estudo, conclui-se que todos os objetivos foram atingidos, como pode-se verificar no fechamento do capítulo da análise dos dados. Conclui-se também que o setor cooperativista agropecuário é de suma importância para o desenvolvimento econômico do Estado do Paraná.

Deve-se salientar que o presente trabalho não esgota a possibilidade de estudos ligados ao setor cooperativista agropecuário paranaense. Várias linhas de investigação deixaram de ser objeto desta pesquisa e poderão eventualmente ser estudadas mais profundamente, complementando este trabalho.

Dentre essas futuras linhas de investigação pode-se destacar:

- 1) O processo de criação ou destruição de valor na gestão das Cooperativas Agropecuárias;
- 2) O processo de crescimento e sobrevivência das cooperativas agropecuárias através de fusões e alianças estratégicas;
- 3) As novas formas de capitalização e financiamento para as cooperativas agropecuárias;
- 4) Demonstrações Contábeis específicas para o setor do cooperativismo agropecuário.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1993.

ASSOCIAÇÃO DE CRÉDITO E ASSISTÊNCIA RURAL DO PARANÁ. Cooperativas do Paraná – 1984. Curitiba (s.n.), 1984.

ATKINSON, A. A. *et al.* **Contabilidade gerencial**. 1. ed. Atlas, 2000.

BALHANA, A. P. *et al.* **História do Paraná**. I vol. Curitiba: Gráfica Editora Cultural Ltda., 1969.

BANCO DE DADOS COOPERATIVISTA 1983 – ACARPA. Curitiba, agosto de 1983.

BORTOLI, C. G. **Histórico do cooperativismo paranaense**. Curitiba, 1984.

BRAGA, H. R. **Demonstrações financeiras**: estruturas análises e interpretações. 2. ed. São Paulo: Atlas 1990.

BRASIL, H. V. & BRASIL, H. G. **Gestão financeira das empresas** – um modelo dinâmico. 3. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1993.

BUCHELE, R. B. **Diagnóstico de empresas em crescimento**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1980.

BULGARELLI, W. **Elaboração do direito cooperativo**. São Paulo: Atlas, 1967.

CALABI, A S. **Geração de poupanças e estrutura de capital das empresas no Brasil**. Relatório de pesquisa. São Paulo: IPEA/USP, 1981.

CAMPOS FILHO, A. C. **Demonstração dos fluxos de caixa**. São Paulo: Atlas, 1999.

CLARO, J. A. S. **Estrutura de financiamento da empresa brasileira**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: EAESP/FGV, 1982.

CRÚZIO, H. O. **Por quê as cooperativas agropecuárias e agroindustriais brasileiras estão falindo?** Revista Brasileira de Administração – ERA. V. 39 n. 02, abril/junho, 1999. p. 18-25.

FÁVERO, Hamilton Luiz *et al.* **Contabilidade – teoria e prática**. vol. 1 e 2. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997. 270 p.

FERRINHO, H. **Cooperativas e desenvolvimento rural**. Porto: Clássica, 1978.

FILARDO, M. L. R. **Fontes de financiamento das empresas no Brasil**. Dissertação de Mestrado FEA/USP. São Paulo, 1979. p. 22-23.

FLEURIET, M. **A dinâmica financeira das empresas brasileiras**. Belo Horizonte: Edições Fundação Dom Cabral, 1980.

FRANCO, H. **Estrutura, análise e interpretação de balanços**. São Paulo: Atlas, 1980.

GARZÓN, C. U. **História del movimiento cooperativo**. Série Divulgativa Coopdesarrollo.

GILL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1994.

GITMAN, J. L. **Princípios de administração financeira**. São Paulo: Harbra, 1984.

GROPPELLI, A. A. **Administração financeira**. São Paulo: Saraiva, 1998.

GUIMARÃES, E. A. **Acumulação e crescimento da firma, um estudo de organização industrial**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1987.

IUDICIBUS, S. **Análise de balanços**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1988.

\_\_\_\_\_.; MARTINS, Elisa; GELBEKE, Ernesto Rubens. **Manual de contabilidade das sociedades por ações**. FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuarias e Financeiras – USP. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1995. p. 778.

KAPLAN, R. S. & NORTON, D. P. **The balanced scorecard: translating strategy into action**. Boston, Massachusetts: Harvard Business School Press, 1996.

KAPLAN, R. S. & NORTON, D. P. **A estratégia em ação**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

KASSAI, J. R. *et. al.* **Retorno de investimento**: abordagem matemática e contábil do lucro empresarial. São Paulo: Atlas, 1999.

KOSLOVSKI, J. P. **Autogestão nas cooperativas**: liberdade com responsabilidade. Curitiba, OCEPAR. , 1992.

LUCA, M. M. M. de. **Demonstração do valor adicionado**: o cálculo da riqueza criada pela empresa ao valor do PIB. São Paulo: Atlas, 1998.

MAGALHÃES, M. H. **Reservas e reavaliação do ativo imobilizado de cooperativas**. São Paulo, Séc. de Agricultura de São Paulo/Depto de Assistência ao Cooperativismo, 1975.

MARION, J. C. **Análise das demonstrações contábeis**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

\_\_\_\_\_. **Contabilidade empresarial**. 10. ed. São Paulo: Atlas 2002.

MARRIS, R. & WOOD, A. **The corporate economy**. London, 1971. p. 87.

MARTINS, E. **Contabilidade de custos**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1992, 311p.

MASY, R. C. Capital social. *In.* Pinho, D. B., org. **Bases operacionais do cooperativismo** – manual de cooperativismo. São Paulo, CNPq., 1982. v. 2,

MATARAZZO, D. C. **Análise financeira de balanços** – abordagem básica e gerencial. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

OLINQUEVITCH, J. L. & FILHO, A. S. **Análise de balanços para controle gerencial**: enfoque sobre o fluxo de recursos e previsão de rentabilidade. São Paulo: Atlas, 1987.

PEREZ JÚNIOR. José Hernandez; BEGALLI, Glaucos Antonio. **Elaboração das demonstrações contábeis**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1999. p. 232.

PINHO, D. B. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista**. 2. ed. São Paulo: Pioneira V. I e III, 1966.

POSSAS, M L . **Estrutura de Mercado em Oligopólio**. São Paulo: Hucitec, 1985.

\_\_\_\_\_. **Dinâmica da economia capitalista**: uma abordagem teórica. São Paulo: Brasiliense.

QUEIROZ, A. D. **Integração dos sistemas de produção e finanças**: demonstrativos e análise dos fluxos de fundos. Trabalho submetido à Comissão Examinadora do Concurso Público na Carreira do Magistério Superior. Florianópolis, 1988.

REQUEJO, L. M. H. **Desafios para o gerenciamento financeiro das cooperativas brasileiras**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE COOPERATIVISMO, 11., 1997, Brasília. Anais...Brasília: Organização das cooperativas Brasileira, 1997. p. 96-111.

ROSS, S. A. **Administração financeira**. São Paulo: Editora Atlas, 1995.

SANTANA, J. N. **Estudo da capacidade de autofinanciamento da cooperativa agrícola de cotia – cooperativa central**. Dissertação de Mestrado. São Paulo, FEA/USP, 1989.

SANTI FILHO, A.; OLINQUEVITH, J. L. **Análise de balanço para controle gerencial: enfoque gerencial sobre o fluxo de recursos e previsão de rentabilidade**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989, 279p.

SCHNEIDER, J. O. **Democracia participação e autonomia cooperativa**. São Leopoldo: Unisinos, 1991.

SCHRICVEL, W. K. **Demonstrações financeiras: abrindo a caixa preta: como interpretar balanços para a concessão de empréstimos**. São Paulo: Atlas 1997.

SILVA, J. P. **Análise financeira das empresas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

STEIND, J. **Maturidade e estagnação no capitalismo americano**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. p. 40.

STEWART'S, S. **Economic value added: the real key to creating wealth.** Nova Iorque: Al Ehrbar, 1998.

TOESCA, R. M. G. **Estrutura de capital e capacidade de autofinanciamento das cooperativas agropecuárias Consolata (Copacol) e Mista do Oeste (Coopagro): um estudo de caso.** Dissertação de Mestrado. São Paulo, PUC, 1995.

\_\_\_\_\_.; URIBE-OPAZO, M. A.; ULIANA, C.. **Métodos utilizados para o cálculo do custo de capital nas cooperativas agropecuárias do Estado do Paraná.** Contabilidade Vista & Revista, Belo Horizonte, Volume 13 – nº 2 – Agosto 2002.

URIBE, R. S. **Humanismo y cooperación.** Serie Divulgativa coopdesarrollo. (sd)

\_\_\_\_\_. **La empresa cooperativa.** Serie Divulgativa coopdesarrollo.(sd)

\_\_\_\_\_. **Valores y principios cooperativos.** Serie Divulgativa coopdesarrollo. (sd)

VAN HORNE, J. C. **Política e administração Financeira.** Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

VITORINI, J., BENATO H. **Cooperativismo: encontros e desencontros.** São Paulo: IAC, 1994.

WOOD, A. **Uma teoria de lucros.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Fluxo de caixa**. 7. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1998. p. 333.

## **ARTIGOS**

BRETÓN, Luiz Hamilton. A gestão financeira das cooperativas paranaenses. **Revista FAE**. Curitiba, v.2, n.3, set/nov.,1999, p-39-45.

COTTERILL, R.W. "Agricultural Cooperatives: A Unified Theory of Pricing, Finance and Investment" In Royer, 1987

DIAZ, Enrique Almiña. Principios cooperativos: aspectos jurídico-contables. **Técnica Contable**. Ano 50, n. 592, abr. 1998.

FISCHER, MARTIN LEE "Financing Agricultural Cooperatives, Economic Issues and Alternatives", Ph. D. Dissertation, University Minnesota, 1989.

KAPLAN, Robert. Balanced scorecard. **HSM Management**. São Paulo, n. 11, p. 120-126, nov/dez 1998.

**O COOPERATIVISMO PARANAENSE**. OCEPAR. – Sindicato e organização das Cooperativas do Estado do Paraná. (sd)

PEREIRA FILHO, Antonio Dias. O modelo dinâmico de gestão financeira de empresas: procedimentos de operacionalização. **Revista Contabilidade: Vista & Revista**. Belo Horizonte, v. 09 n. 4, dez. 1998.

PÉREZ, Juan Luis Domínguez. Las cooperativas y su problemática contable: el efecto impositivo. **Técnica Contable**. Ano L, n. 593, mai. 1998.

**SISTEMAS DE AVALIAÇÃO COOPERATIVISTA – AUTOGESTÃO**. OCEPAR – Sindicato e organização das Cooperativas do Estado do Paraná. (sd)

**XI CONGRESSO BRASILEIRO DE COOPERATIVISMO**. Brasília, novembro de 1997.

## APÊNDICES

### APÊNDICE 1 - ANÁLISE VERTICAL DO ATIVO

#### Estrutura de Ativos

<b>Pequenas e Médias Cooperativas</b>				
Cooperativa / Ano	1996			%
	A.C.	A.R.L.	A.P.	Total
Camdul	67,89%	3,27%	28,84%	100,00%
Capeg	1,62%	8,52%	89,86%	100,00%
Cativa	60,45%	1,93%	37,62%	100,00%
Colari	44,52%	0,45%	55,03%	100,00%
Confepar	32,25%	1,76%	65,99%	100,00%
Cocacrol	12,37%	0,17%	87,46%	100,00%
Coodetec	33,17%	0,04%	66,79%	100,00%
Coop. Mista	56,01%	9,33%	34,66%	100,00%
Coopcana	40,18%	10,83%	48,99%	100,00%
Cooperval	20,12%	9,51%	70,37%	100,00%
Copagra	42,48%	10,64%	46,88%	100,00%
Sudcoop	41,90%	9,86%	48,25%	100,00%
Valcoop	17,48%	26,58%	55,94%	100,00%
<b>Grandes Cooperativas</b>				
Cooperativa / Ano	1996			%
	A.C.	A.R.L.	A.P.	Total
Batavo	51,33%	20,06%	28,61%	100,00%
Capal	17,93%	17,34%	64,73%	100,00%
Coamo	70,86%	3,51%	25,63%	100,00%
Coop. Integrada	74,95%	0,00%	25,04%	100,00%
Coopavel	55,65%	0,83%	43,52%	100,00%
Coopervale	51,67%	9,15%	39,18%	100,00%
Copacol	53,48%	1,21%	45,30%	100,00%
Copagril	45,00%	12,25%	42,75%	100,00%
Corol	50,53%	8,49%	40,98%	100,00%

A.C.: Ativo Circulante      A.R.L.: Ativo Realizável a Longo Prazo  
A.P.: Ativo Permanente

<b>Pequenas e Médias Cooperativas</b>				
Cooperativa / Ano	1997			%
	A.C.	A.R.L.	A.P.	Total
Camdul	66,93%	4,84%	28,23%	100,00%
Capeg	2,90%	8,19%	88,92%	100,00%
Cativa	67,88%	1,94%	30,18%	100,00%
Colari	54,69%	0,28%	45,03%	100,00%
Confepar	35,95%	2,21%	61,84%	100,00%
Coocarol	18,28%	3,88%	77,84%	100,00%
Coodetec	44,38%	0,23%	55,39%	100,00%
Coop. Mista	60,51%	7,53%	31,97%	100,00%
Coopcana	40,34%	10,92%	48,73%	100,00%
Cooperval	21,71%	10,11%	68,18%	100,00%
Copagra	44,05%	15,88%	40,08%	100,00%
Sudcoop	43,11%	8,66%	48,23%	100,00%
Valcoop	16,38%	30,74%	52,87%	100,00%
<b>Grandes Cooperativas</b>				
Cooperativa / Ano	1997			%
	A.C.	A.R.L.	A.P.	Total
Batavo	54,32%	10,29%	35,38%	100,00%
Capal	20,86%	18,41%	60,73%	100,00%
Coamo	71,47%	3,75%	24,78%	100,00%
Coop. Integrada	75,36%	0,51%	24,13%	100,00%
Coopavel	52,71%	0,73%	46,56%	100,00%
Coopervale	44,61%	9,17%	46,22%	100,00%
Copacol	51,67%	1,91%	46,42%	100,00%
Copagril	38,91%	7,67%	53,42%	100,00%
Corol	58,21%	7,05%	34,74%	100,00%
A.C.: Ativo Circulante                      A.R.L.: Ativo Realizável a Longo Prazo A.P.: Ativo Permanente				

<b>Pequenas e Médias Cooperativas</b>				
Cooperativa / Ano	1998			%
	A.C.	A.R.L.	A.P.	Total
Camdul	25,76%	3,45%	70,79%	100,00%
Capeg	2,21%	8,89%	88,90%	100,00%
Cativa	53,05%	6,12%	40,82%	100,00%
Colari	49,80%	0,53%	49,67%	100,00%
Confepar	44,47%	3,98%	51,55%	100,00%
Coocarol	18,74%	4,00%	77,26%	100,00%
Coodetec	39,15%	3,80%	57,05%	100,00%
Coop. Mista	61,10%	7,62%	31,28%	100,00%
Coopcana	48,78%	10,92%	40,30%	100,00%
Cooperval	25,39%	21,97%	52,63%	100,00%
Copagra	44,71%	14,07%	41,22%	100,00%
Sudcoop	42,37%	8,27%	49,36%	100,00%
Valcoop	24,52%	20,72%	54,76%	100,00%
<b>Grandes Cooperativas</b>				
Cooperativa / Ano	1998			%
	A.C.	A.R.L.	A.P.	Total
Batavo	65,00%	6,59%	28,41%	100,00%
Capal	29,34%	27,34%	43,32%	100,00%
Coamo	64,87%	10,10%	25,03%	100,00%
Coop. Integrada	70,38%	4,11%	25,51%	100,00%
Coopavel	51,24%	1,03%	47,73%	100,00%
Coopervale	48,23%	9,61%	42,16%	100,00%
Copacol	52,91%	1,40%	45,69%	100,00%
Copagril	40,64%	6,16%	53,21%	100,00%
Corol	62,89%	5,35%	31,76%	100,00%
A.C.: Ativo Circulante                      A.R.L.: Ativo Realizável a Longo Prazo A.P.: Ativo Permanente				



<b>Pequenas e Médias Cooperativas</b>				
Cooperativa / Ano	2000			%
	A.C.	A.R.L.	A.P.	Total
Camdul	21,81%	2,78%	75,41%	100,00%
Capeg	4,44%	5,89%	89,68%	100,00%
Cativa	20,03%	5,05%	74,93%	100,00%
Colari	63,03%	0,36%	36,61%	100,00%
Confepar	43,94%	7,71%	48,35%	100,00%
Cococarol	20,43%	19,10%	60,48%	100,00%
Coodetec	56,43%	1,21%	42,36%	100,00%
Coop. Mista	78,91%	1,35%	19,74%	100,00%
Coopcana	59,52%	5,58%	34,90%	100,00%
Cooperval	5,67%	44,50%	49,83%	100,00%
Copagra	43,67%	10,39%	45,94%	100,00%
Sudcoop	45,83%	12,73%	41,44%	100,00%
Valcoop	33,20%	11,84%	54,97%	100,00%
<b>Grandes Cooperativas</b>				
Cooperativa / Ano	2000			%
	A.C.	A.R.L.	A.P.	Total
Batavo	76,65%	4,75%	18,61%	100,00%
Capal	42,29%	8,81%	48,91%	100,00%
Coamo	69,64%	6,89%	23,47%	100,00%
Coop. Integrada	80,21%	2,67%	17,12%	100,00%
Coopavel	55,44%	1,02%	43,54%	100,00%
Coopervale	59,48%	10,48%	30,03%	100,00%
Copacol	61,14%	2,24%	36,63%	100,00%
Copagril	38,00%	16,86%	45,14%	100,00%
Corol	48,92%	3,58%	47,49%	100,00%
A.C.: Ativo Circulante                      A.R.L.: Ativo Realizável a Longo Prazo A.P.: Ativo Permanente				

## APÊNDICE 2 - ANÁLISE VERTICAL DO PASSIVO

### Estrutura dos Passivos

<b>Pequenas e Médias Cooperativas</b>					
Cooperativa / Ano	1996				%
	P.C.	P.E.L.P.	P.L.	R.E.F.	Total
Camdul	50,62%	18,80%	30,49%	0,09%	<b>100,00%</b>
Capeg	5,10%	66,51%	28,38%	0,00%	<b>100,00%</b>
Cativa	31,79%	2,31%	65,90%	0,00%	<b>100,00%</b>
Colari	20,40%	0,00%	79,60%	0,00%	<b>100,00%</b>
Confepar	23,46%	11,15%	65,40%	0,00%	<b>100,00%</b>
Coocarol	51,48%	26,73%	18,81%	2,97%	<b>100,00%</b>
Coodetec	8,17%	0,08%	91,74%	0,00%	<b>100,00%</b>
Coop. Mista	18,92%	11,56%	69,51%	0,00%	<b>100,00%</b>
Coopcana	40,00%	32,05%	27,95%	0,00%	<b>100,00%</b>
Cooperval	28,79%	41,42%	29,79%	0,00%	<b>100,00%</b>
Copagra	48,73%	38,15%	13,12%	0,00%	<b>100,00%</b>
Sudcoop	28,12%	16,58%	55,30%	0,00%	<b>100,00%</b>
Valcoop	28,62%	15,69%	55,57%	0,12%	<b>100,00%</b>
<b>Grandes Cooperativas</b>					
Cooperativa / Ano	1996				%
	P.C.	P.E.L.P.	P.L.	R.E.F.	Total
Batavo	46,35%	18,83%	34,82%	0,00%	<b>100,00%</b>
Capal	27,16%	22,64%	50,20%	0,00%	<b>100,00%</b>
Coamo	43,77%	2,58%	53,65%	0,00%	<b>100,00%</b>
Coop. Integrada	70,50%	18,73%	10,77%	0,00%	<b>100,00%</b>
Coopavel	53,71%	7,63%	38,66%	0,00%	<b>100,00%</b>
Coopervale	36,09%	21,39%	42,52%	0,00%	<b>100,00%</b>
Copacol	43,62%	2,29%	54,09%	0,00%	<b>100,00%</b>
Copagrill	44,81%	14,44%	40,75%	0,00%	<b>100,00%</b>
Corol	46,16%	11,04%	42,79%	0,00%	<b>100,00%</b>
P.C.: Passivo Circulante		P.E.L.P.: Passivo Exigível a Longo Prazo			
P.L.: Patrimônio Líquido		R.E.F.: Resultado do Exercício Futuro			

<b>Pequenas e Médias Cooperativas</b>					
Cooperativa / Ano	1997				%
	P.C.	P.E.L.P.	P.L.	R.E.F.	Total
Camdul	60,65%	17,45%	21,83%	0,07%	<b>100,00%</b>
Capeg	14,16%	57,53%	27,91%	0,40%	<b>100,00%</b>
Cativa	48,39%	2,06%	49,55%	0,00%	<b>100,00%</b>
Colari	33,88%	0,00%	62,40%	3,73%	<b>100,00%</b>
Confepar	23,51%	10,71%	65,79%	0,00%	<b>100,00%</b>
Coocarol	34,03%	41,40%	14,74%	9,82%	<b>100,00%</b>
Coodetec	17,11%	2,80%	80,09%	0,00%	<b>100,00%</b>
Coop. Mista	19,53%	10,90%	69,57%	0,00%	<b>100,00%</b>
Coopcana	48,21%	17,95%	33,84%	0,00%	<b>100,00%</b>
Cooperval	38,05%	39,40%	22,56%	0,00%	<b>100,00%</b>
Copagra	41,67%	39,60%	18,73%	0,00%	<b>100,00%</b>
Sudcoop	36,95%	16,50%	46,55%	0,00%	<b>100,00%</b>
Valcoop	37,28%	12,87%	49,61%	0,24%	<b>100,00%</b>
<b>Grandes Cooperativas</b>					
Cooperativa / Ano	1997				%
	P.C.	P.E.L.P.	P.L.	R.E.F.	Total
Batavo	49,01%	13,01%	37,98%	0,00%	<b>100,00%</b>
Capal	23,50%	26,19%	50,07%	0,23%	<b>100,00%</b>
Coamo	31,95%	11,38%	52,90%	3,77%	<b>100,00%</b>
Coop. Integrada	49,79%	20,45%	29,77%	0,00%	<b>100,00%</b>
Coopavel	50,27%	6,60%	43,13%	0,00%	<b>100,00%</b>
Coopervale	38,00%	23,56%	38,44%	0,00%	<b>100,00%</b>
Copacol	42,14%	4,76%	53,11%	0,00%	<b>100,00%</b>
Copagril	40,89%	9,34%	49,77%	0,00%	<b>100,00%</b>
Corol	55,07%	9,84%	35,09%	0,00%	<b>100,00%</b>
P.C.: Passivo Circulante		P..E.L.P.: Passivo Exigível a Longo Prazo			
P.L.: Patrimônio Líquido		R.E.F.: Resultado do Exercício Futuro			

<b>Pequenas e Médias Cooperativas</b>					
Cooperativa / Ano	1998				%
	P.C.	P.E.L.P.	P.L.	R.E.F.	Total
Camdul	29,82%	14,35%	55,42%	0,41%	100,00%
Capeg	10,26%	58,94%	29,20%	1,59%	100,00%
Cativa	35,82%	8,56%	55,62%	0,00%	100,00%
Colari	43,77%	2,90%	52,09%	1,23%	100,00%
Confepar	45,48%	13,12%	41,40%	0,00%	100,00%
Coocarol	75,48%	22,34%	0,34%	1,83%	100,00%
Coodetec	14,88%	2,63%	82,49%	0,00%	100,00%
Coop. Mista	20,94%	7,19%	70,91%	0,96%	100,00%
Coopcana	45,53%	25,88%	28,58%	0,00%	100,00%
Cooperval	50,09%	24,55%	25,37%	0,00%	100,00%
Copagra	48,63%	33,60%	17,78%	0,00%	100,00%
Sudcoop	41,39%	18,14%	40,47%	0,00%	100,00%
Valcoop	57,57%	9,24%	33,13%	0,07%	100,00%
<b>Grandes Cooperativas</b>					
Cooperativa / Ano	1998				%
	P.C.	P.E.L.P.	P.L.	R.E.F.	Total
Batavo	53,53%	11,77%	34,70%	0,00%	100,00%
Capal	32,17%	25,45%	42,11%	0,26%	100,00%
Coamo	32,63%	10,84%	56,53%	0,00%	100,00%
Coop. Integrada	44,33%	19,91%	35,76%	0,00%	100,00%
Coopavel	49,69%	5,61%	44,70%	0,00%	100,00%
Coopervale	39,70%	22,81%	37,49%	0,00%	100,00%
Copacol	41,68%	3,96%	54,36%	0,00%	100,00%
Copagril	42,98%	6,73%	50,28%	0,00%	100,00%
Corol	60,01%	6,93%	33,06%	0,00%	100,00%
P.C.: Passivo Circulante		P..E.L.P.: Passivo Exigível a Longo Prazo			
P.L.: Patrimônio Líquido		R.E.F.: Resultado do Exercício Futuro			

<b>Pequenas e Médias Cooperativas</b>					
Cooperativa / Ano	1999				%
	P.C.	P.E.L.P.	P.L.	R.E.F.	Total
Camdul	36,89%	14,50%	48,61%	0,00%	100,00%
Capeg	11,38%	59,35%	28,56%	0,71%	100,00%
Cativa	23,12%	9,76%	67,12%	0,00%	100,00%
Colari	44,68%	2,67%	47,98%	4,67%	100,00%
Confepar	48,82%	18,39%	32,78%	0,00%	100,00%
Coocarol	64,10%	20,29%	15,60%	0,00%	100,00%
Coodetec	26,72%	3,25%	70,03%	0,00%	100,00%
Coop. Mista	21,12%	4,22%	74,66%	0,00%	100,00%
Coopcana	56,30%	28,02%	15,68%	0,00%	100,00%
Cooperval	61,00%	28,31%	10,69%	0,00%	100,00%
Copagra	50,79%	32,31%	16,90%	0,00%	100,00%
Sudcoop	54,78%	9,28%	35,94%	0,00%	100,00%
Valcoop	58,32%	17,16%	23,67%	0,84%	100,00%
<b>Grandes Cooperativas</b>					
Cooperativa / Ano	1999				%
	P.C.	P.E.L.P.	P.L.	R.E.F.	Total
Batavo	57,15%	10,84%	32,01%	0,00%	100,00%
Capal	43,71%	8,56%	47,45%	0,28%	100,00%
Coamo	37,04%	6,75%	56,20%	0,00%	100,00%
Coop. Integrada	51,74%	16,74%	31,52%	0,00%	100,00%
Coopavel	48,91%	3,84%	47,25%	0,00%	100,00%
Coopervale	45,72%	19,72%	34,56%	0,00%	100,00%
Copacol	51,23%	2,64%	46,14%	0,00%	100,00%
Copagril	52,04%	3,50%	44,46%	0,00%	100,00%
Corol	52,15%	4,90%	42,96%	0,00%	100,00%
P.C.: Passivo Circulante		P..E.L.P.: Passivo Exigível a Longo Prazo			
P.L.: Patrimônio Líquido		R.E.F.: Resultado do Exercício Futuro			

<b>Pequenas e Médias Cooperativas</b>					
Cooperativa / Ano	<b>2000</b>				<b>%</b>
	<b>P.C.</b>	<b>P.E.L.P.</b>	<b>P.L.</b>	<b>R.E.F.</b>	<b>Total</b>
Camdul	34,31%	26,53%	39,15%	0,00%	<b>100,00%</b>
Capeg	3,13%	67,30%	29,42%	0,13%	<b>100,00%</b>
Cativa	17,84%	10,39%	71,76%	0,00%	<b>100,00%</b>
Colari	49,57%	2,58%	47,85%	0,00%	<b>100,00%</b>
Confepar	60,77%	17,79%	21,45%	0,00%	<b>100,00%</b>
Coocarol	36,70%	42,47%	20,83%	0,00%	<b>100,00%</b>
Coodetec	31,68%	2,59%	65,37%	0,37%	<b>100,00%</b>
Coop. Mista	38,18%	2,29%	59,08%	0,46%	<b>100,00%</b>
Coopcana	18,66%	49,88%	31,46%	0,00%	<b>100,00%</b>
Cooperval	20,69%	64,62%	14,69%	0,00%	<b>100,00%</b>
Copagra	35,30%	50,06%	14,63%	0,00%	<b>100,00%</b>
Sudcoop	42,81%	22,39%	34,81%	0,00%	<b>100,00%</b>
Valcoop	48,56%	23,10%	27,39%	0,94%	<b>100,00%</b>
<b>Grandes Cooperativas</b>					
Cooperativa / Ano	<b>2000</b>				<b>%</b>
	<b>P.C.</b>	<b>P.E.L.P.</b>	<b>P.L.</b>	<b>R.E.F.</b>	<b>Total</b>
Batavo	56,86%	9,89%	33,24%	0,00%	<b>100,00%</b>
Capal	32,42%	16,80%	50,35%	0,43%	<b>100,00%</b>
Coamo	41,51%	7,68%	50,81%	0,00%	<b>100,00%</b>
Coop. Integrada	55,93%	15,55%	28,52%	0,00%	<b>100,00%</b>
Coopavel	54,68%	4,51%	40,40%	0,40%	<b>100,00%</b>
Coopervale	42,51%	25,28%	32,21%	0,00%	<b>100,00%</b>
Copacol	48,11%	11,84%	40,05%	0,00%	<b>100,00%</b>
Copagrill	37,28%	21,31%	41,41%	0,00%	<b>100,00%</b>
Corol	48,51%	5,64%	45,85%	0,00%	<b>100,00%</b>
P.C.: Passivo Circulante		P..E.L.P.: Passivo Exigível a Longo Prazo			
P.L.: Patrimônio Líquido		R.E.F.: Resultado do Exercício Futuro			

### APÊNDICE 3 - ANÁLISE VERTICAL DO PASSIVO CIRCULANTE

#### Especificação do Passivo Circulante - Principais Contas - %

Pequenas e Médias Cooperativas					
Cooperativa / Ano	1996				
	C.A. / P.C.	Forn. / P.C.	C.N.A. / P.C.	Finan. / P.C.	O.T. / P.C.
2	7,64%	16,24%	0,00%	63,97%	0,00%
4	24,45%	17,70%	0,00%	22,35%	4,52%
5	42,55%	20,18%	6,48%	11,58%	2,86%
7	27,97%	28,04%	0,00%	1,82%	0,88%
8	44,86%	12,17%	0,00%	4,33%	1,96%
9	6,04%	7,73%	2,84%	19,60%	53,26%
10	0,00%	11,58%	4,09%	58,80%	9,95%
12	43,34%	23,28%	0,00%	9,58%	0,00%
14	22,81%	7,91%	0,00%	63,00%	0,87%
15	23,92%	16,97%	22,42%	21,66%	13,16%
18	14,53%	5,73%	0,00%	66,06%	7,19%
21	51,50%	35,34%	0,14%	48,50%	3,59%
22	0,14%	0,00%	21,29%	51,59%	17,07%
Grandes Cooperativas					
Cooperativa / Ano	1996				
	C.A. / P.C.	Forn. / P.C.	C.N.A. / P.C.	Finan. / P.C.	O.T. / P.C.
1	13,32%	20,06%	7,82%	57,44%	1,37%
3	13,65%	23,40%	1,59%	40,77%	0,00%
6	4,67%	10,61%	0,00%	79,14%	0,00%
11	37,06%	0,00%	35,07%	7,06%	2,94%
13	40,24%	0,00%	0,00%	91,94%	12,83%
16	3,38%	0,00%	19,30%	53,68%	0,00%
17	5,54%	8,58%	11,96%	54,79%	0,00%
19	2,83%	11,77%	6,70%	61,34%	0,94%
20	3,71%	10,15%	5,06%	67,95%	1,29%

C.A. :Créditos de Associados	Forn.: Fornecedor	C.N.A.:Créditos não Associados	Finan.:Financiamentos
O.T.:Obrigação Terceiro	P.C.: Passivo Circulante		

<b>Pequenas e Médias Cooperativas</b>					
Cooperativa / Ano	<b>1997</b>				
	<b>C.A. / P.C.</b>	<b>Forn. / P.C.</b>	<b>C.N.A. / P.C.</b>	<b>Finan. / P.C.</b>	<b>O.T. / P.C.</b>
2	19,60%	263,14%	0,00%	41,97%	0,54%
4	10,70%	8,43%	0,00%	0,01%	11,48%
5	18,03%	23,90%	7,37%	43,38%	0,60%
7	14,06%	20,63%	0,00%	10553,53%	2,22%
8	20,99%	19,06%	0,00%	16,51%	6,35%
9	8,11%	17,31%	7,79%	2,26%	13,02%
10	0,00%	21,19%	0,00%	261,95%	3,39%
12	19,38%	30,32%	0,00%	44,79%	0,00%
14	20,93%	4,58%	0,00%	260,02%	0,67%
15	26,34%	15,31%	25,88%	53,19%	7,57%
18	24,91%	7,60%	0,00%	126,36%	2,01%
21	0,00%	27,34%	0,71%	84,04%	2,30%
22	0,16%	0,00%	15,26%	116,11%	22,09%
<b>Grandes Cooperativas</b>					
Cooperativa / Ano	<b>1997</b>				
	<b>C.A. / P.C.</b>	<b>Forn. / P.C.</b>	<b>C.N.A. / P.C.</b>	<b>Finan. / P.C.</b>	<b>O.T. / P.C.</b>
1	14,72%	14,72%	22,16%	32,42%	1,41%
3	22,61%	23,49%	3,90%	0,02%	0,00%
6	6,71%	9,25%	0,00%	0,73%	3,69%
11	11,74%	0,00%	28,48%	20,44%	5,96%
13	29,40%	0,00%	0,00%	0,74%	8,13%
16	13,77%	0,00%	13,56%	5,71%	0,00%
17	4,73%	16,15%	13,62%	106,97%	0,00%
19	2,10%	18,83%	7,29%	23,57%	0,89%
20	2,47%	16,65%	0,00%	39,36%	1,29%
C.A. :Créditos de Associados		Forn.: Fornecedor	C.N.A.:Créditos não Associados	Finan.:Financiamentos	
O.T.:Obrigação Terceiro		P.C.: Passivo Circulante			

<b>Pequenas e Médias Cooperativas</b>					
Cooperativa / Ano	<b>1998</b>				
	<b>C.A. / P.C.</b>	<b>Forn. / P.C.</b>	<b>C.N.A. / P.C.</b>	<b>Finan. / P.C.</b>	<b>O.T. / P.C.</b>
2	14,95%	24,16%	0,00%	33,41%	2,83%
4	0,00%	0,55%	0,00%	84,21%	7,87%
5	21,77%	15,48%	1,64%	42,90%	6,22%
7	6,39%	22,97%	0,00%	21,07%	4,31%
8	3,89%	38,20%	0,00%	27,53%	0,63%
9	12,16%	11,28%	7,63%	15,76%	37,02%
10	0,00%	24,84%	0,00%	64,98%	4,76%
12	23,54%	32,68%	0,00%	18,82%	0,00%
14	19,85%	0,00%	0,00%	57,86%	0,00%
15	23,66%	8,87%	10,27%	29,29%	16,84%
18	22,69%	10,06%	0,00%	52,57%	2,68%
21	34,17%	25,33%	0,02%	65,83%	2,06%
22	0,13%	0,00%	16,23%	51,76%	20,13%
<b>Grandes Cooperativas</b>					
Cooperativa / Ano	<b>1998</b>				
	<b>C.A. / P.C.</b>	<b>Forn. / P.C.</b>	<b>C.N.A. / P.C.</b>	<b>Finan. / P.C.</b>	<b>O.T. / P.C.</b>
1	23,23%	8,31%	21,62%	44,05%	1,24%
3	32,43%	10,04%	2,92%	37,61%	0,00%
6	6,53%	7,90%	0,00%	79,23%	3,59%
11	20,68%	0,00%	37,06%	31,50%	2,17%
13	27,84%	0,00%	0,00%	47,90%	6,85%
16	23,25%	2,97%	10,39%	64,76%	0,00%
17	3,88%	14,30%	4,59%	55,15%	0,00%
19	1,98%	15,58%	10,74%	62,01%	1,05%
20	6,59%	22,13%	10,95%	31,90%	0,89%
C.A. :Créditos de Associados      Forn.: Fornecedor      C.N.A.:Créditos não Associados      Finan.:Financiamentos O.T.:Obrigação Terceiro      P.C.: Passivo Circulante					

<b>Pequenas e Médias Cooperativas</b>					
Cooperativa / Ano	1999				
	<b>C.A. / P.C.</b>	<b>Forn. / P.C.</b>	<b>C.N.A. / P.C.</b>	<b>Finan. / P.C.</b>	<b>O.T. / P.C.</b>
2	11,75%	25,55%	0,00%	32,14%	5,67%
4	0,00%	1,06%	0,00%	85,19%	8,14%
5	28,04%	19,87%	1,89%	35,40%	0,16%
7	12,47%	31,56%	0,00%	14,65%	2,31%
8	0,06%	45,57%	0,00%	32,05%	0,19%
9	2,34%	14,34%	3,55%	19,10%	37,75%
10	0,00%	50,16%	0,00%	34,72%	4,68%
12	22,05%	49,65%	0,00%	6,29%	0,00%
14	7,41%	4,93%	0,00%	35,76%	0,00%
15	13,84%	9,85%	9,17%	40,11%	17,63%
18	20,01%	3,90%	0,00%	54,20%	2,31%
21	35,36%	22,18%	0,00%	65,06%	1,16%
22	0,30%	0,00%	34,96%	0,00%	18,89%
<b>Grandes Cooperativas</b>					
Cooperativa / Ano	1999				
	<b>C.A. / P.C.</b>	<b>Forn. / P.C.</b>	<b>C.N.A. / P.C.</b>	<b>Finan. / P.C.</b>	<b>O.T. / P.C.</b>
1	0,31%	6,52%	11,15%	50,38%	0,87%
3	33,69%	8,42%	0,20%	47,09%	0,00%
6	16,93%	6,21%	0,00%	67,77%	3,29%
11	22,45%	0,00%	16,20%	54,66%	1,60%
13	23,61%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
16	28,45%	0,00%	12,26%	60,01%	0,00%
17	2,91%	18,91%	4,84%	55,47%	0,00%
19	1,63%	13,06%	6,85%	66,44%	1,50%
20	3,87%	18,17%	12,31%	37,84%	1,04%
C.A. :Créditos de Associados		Forn.: Fornecedor	C.N.A.:Créditos não Associados	Finan.:Financiamentos	
O.T.:Obrigação Terceiro		P.C.: Passivo Circulante			

<b>Pequenas e Médias Cooperativas</b>					
Cooperativa / Ano	<b>2000</b>				
	<b>C.A. / P.C.</b>	<b>Forn. / P.C.</b>	<b>C.N.A. / P.C.</b>	<b>Finan. / P.C.</b>	<b>O.T. / P.C.</b>
2	0,00%	20,20%	0,00%	30,00%	3,92%
4	57,42%	1,55%	0,00%	0,00%	5,88%
5	41,94%	34,17%	5,86%	0,00%	0,22%
7	27,03%	32,08%	0,00%	14,18%	3,93%
8	0,05%	38,89%	0,00%	40,11%	0,68%
9	17,99%	11,11%	3,19%	34,88%	10,86%
10	0,00%	45,13%	0,00%	43,45%	2,63%
12	18,03%	38,18%	0,00%	27,75%	0,00%
14	37,87%	15,77%	0,00%	18,38%	4,12%
15	0,00%	14,75%	26,84%	27,48%	27,58%
18	16,04%	11,64%	0,00%	45,59%	10,35%
21	57,19%	37,34%	0,00%	42,81%	1,55%
22	0,78%	0,00%	52,59%	27,37%	5,34%
<b>Grandes Cooperativas</b>					
Cooperativa / Ano	<b>2000</b>				
	<b>C.A. / P.C.</b>	<b>Forn. / P.C.</b>	<b>C.N.A. / P.C.</b>	<b>Finan. / P.C.</b>	<b>O.T. / P.C.</b>
1	32,95%	2,86%	6,55%	56,46%	1,06%
3	45,15%	11,68%	0,31%	28,29%	0,00%
6	17,90%	9,88%	0,00%	63,33%	2,76%
11	9,44%	0,00%	17,31%	66,14%	2,91%
13	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
16	21,59%	0,00%	17,81%	59,08%	0,00%
17	0,00%	18,29%	16,85%	47,74%	0,00%
19	2,38%	29,79%	12,36%	47,61%	1,46%
20	10,70%	9,39%	7,75%	47,54%	0,42%
C.A. :Créditos de Associados		Forn.: Fornecedor	C.N.A.:Créditos não Associados	Finan.:Financiamentos	
O.T.:Obrigação Terceiro		P.C.: Passivo Circulante			

## APÊNDICE 4 - ANÁLISE VERTICAL DO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

### Especificação do Patrimônio Exigível a Longo Prazo - Principais Contas - %

<b>Pequenas e Médias Cooperativas</b>			
Cooperativa / Ano	1996		
	O.T. / P.E.L.P.	C.A. / P.E.L.P.	Finan. / P.E.L.P.
2	0,00%	0,00%	95,99%
4	11,17%	0,00%	95,57%
5	0,00%	44,93%	55,07%
7	0,00%	0,00%	0,00%
8	0,00%	82,13%	4,48%
9	0,00%	0,00%	78,67%
10	0,00%	0,00%	100,00%
12	0,00%	0,00%	100,00%
14	0,00%	0,00%	98,42%
15	22,55%	22,45%	54,99%
18	26,68%	2,06%	55,94%
21	0,00%	8,15%	91,85%
22	0,00%	3,44%	96,56%
<b>Grandes Cooperativas</b>			
Cooperativa / Ano	1996		
	O.T. / P.E.L.P.	C.A. / P.E.L.P.	Finan. / P.E.L.P.
1	0,00%	7,44%	78,42%
3	0,00%	2,29%	43,81%
6	0,00%	0,00%	100,00%
11	0,00%	0,00%	100,00%
13	90,36%	0,00%	31,75%
16	0,00%	14,37%	69,60%
17	15,48%	6,09%	78,43%
19	2,50%	13,41%	73,68%
20	0,24%	61,32%	18,55%
O.T.:Obrigações Terceiros P.E.L.P.: Passivo Exigível a Longo Prazo C.A.:Créditos de Associados Finan.: Financiamento			

<b>Pequenas e Médias Cooperativas</b>			
<b>Cooperativa / Ano</b>	<b>1997</b>		
	<b>O.T. / P.E.L.P.</b>	<b>C.A. / P.E.L.P.</b>	<b>Finan. / P.E.L.P.</b>
2	0,00%	0,00%	94,33%
4	10,31%	0,00%	95,41%
5	0,00%	36,84%	63,16%
7	0,00%	0,00%	0,00%
8	0,00%	239,32%	76,07%
9	50,61%	0,00%	37,32%
10	0,00%	0,00%	100,00%
12	0,00%	0,00%	100,00%
14	3,11%	0,00%	96,89%
15	15,67%	24,95%	59,38%
18	15,03%	2,48%	73,68%
21	2,34%	24,30%	75,70%
22	0,00%	0,00%	100,00%
<b>Grandes Cooperativas</b>			
<b>Cooperativa / Ano</b>	<b>1997</b>		
	<b>O.T. / P.E.L.P.</b>	<b>C.A. / P.E.L.P.</b>	<b>Finan. / P.E.L.P.</b>
1	0,00%	11,11%	82,83%
3	0,00%	1,26%	35,57%
6	0,00%	0,00%	98,63%
11	0,00%	0,00%	95,83%
13	61,95%	0,00%	23,97%
16	0,00%	17,95%	71,17%
17	1,29%	2,54%	96,17%
19	2,35%	16,65%	64,57%
20	1,23%	47,45%	27,89%
O.T.:Obrigações Terceiros P.E.L.P.: Passivo Exigível a Longo Prazo C.A.:Créditos de Associados Finan.: Financiamento			

<b>Pequenas e Médias Cooperativas</b>			
<b>Cooperativa / Ano</b>	<b>1998</b>		
	<b>O.T. / P.E.L.P.</b>	<b>C.A. / P.E.L.P.</b>	<b>Finan. / P.E.L.P.</b>
2	0,00%	0,00%	82,76%
4	10,75%	0,00%	87,50%
5	45,36%	0,00%	10,66%
7	100,00%	0,00%	0,00%
8	0,00%	0,00%	67,77%
9	0,00%	0,00%	82,06%
10	0,00%	0,00%	94,85%
12	0,00%	0,00%	81,19%
14	0,00%	0,00%	97,96%
15	18,30%	33,93%	47,77%
18	14,16%	0,00%	69,86%
21	2,72%	19,37%	53,70%
22	0,00%	0,00%	100,00%
<b>Grandes Cooperativas</b>			
<b>Cooperativa / Ano</b>	<b>1998</b>		
	<b>O.T. / P.E.L.P.</b>	<b>C.A. / P.E.L.P.</b>	<b>Finan. / P.E.L.P.</b>
1	0,00%	4,10%	89,39%
3	0,00%	0,93%	21,53%
6	1,82%	0,00%	100,00%
11	0,00%	0,00%	96,77%
13	60,67%	0,00%	34,65%
16	0,00%	22,62%	60,31%
17	0,00%	2,68%	90,08%
19	31,51%	0,00%	43,89%
20	1,00%	0,00%	34,75%
O.T.:Obrigações Terceiros P.E.L.P.: Passivo Exigível a Longo Prazo C.A.:Créditos de Associados Finan.: Financiamento			

<b>Pequenas e Médias Cooperativas</b>			
<b>Cooperativa / Ano</b>	<b>1999</b>		
	<b>O.T. / P.E.L.P.</b>	<b>C.A. / P.E.L.P.</b>	<b>Finan. / P.E.L.P.</b>
2	0,00%	0,00%	89,24%
4	10,65%	0,00%	96,86%
5	27,72%	52,07%	1,67%
7	100,00%	0,00%	0,00%
8	0,00%	20,59%	48,03%
9	0,00%	0,00%	86,35%
10	0,00%	0,00%	96,62%
12	0,00%	0,00%	55,99%
14	0,00%	0,00%	98,36%
15	15,14%	32,24%	31,56%
18	12,33%	3,81%	69,93%
21	6,21%	33,40%	51,10%
22	54,27%	8,47%	37,26%
<b>Grandes Cooperativas</b>			
<b>Cooperativa / Ano</b>	<b>1999</b>		
	<b>O.T. / P.E.L.P.</b>	<b>C.A. / P.E.L.P.</b>	<b>Finan. / P.E.L.P.</b>
1	0,00%	2,49%	57,71%
3	0,00%	30,91%	27,71%
6	4,94%	0,00%	92,71%
11	1,29%	0,00%	95,71%
13	0,00%	72,10%	27,90%
16	0,00%	30,29%	44,25%
17	0,00%	3,00%	88,35%
19	7,72%	33,51%	18,53%
20	0,79%	0,00%	29,19%

O.T.:Obrigações Terceiros P.E.L.P.: Passivo Exigível a Longo Prazo C.A.:Créditos de Associados  
 Finan.: Financiamento

<b>Pequenas e Médias Cooperativas</b>			
<b>Cooperativa / Ano</b>	<b>2000</b>		
	<b>O.T. / P.E.L.P.</b>	<b>C.A. / P.E.L.P.</b>	<b>Finan. / P.E.L.P.</b>
2	0,00%	0,00%	76,13%
4	6,47%	0,00%	105,54%
5	21,86%	53,63%	0,00%
7	100,00%	0,00%	0,00%
8	0,00%	20,63%	42,36%
9	62,86%	0,00%	30,69%
10	0,00%	0,00%	87,79%
12	0,00%	0,00%	54,55%
14	0,00%	0,00%	99,27%
15	5,84%	15,88%	55,77%
18	6,99%	0,11%	65,15%
21	2,34%	12,08%	83,52%
22	59,04%	3,23%	30,06%
<b>Grandes Cooperativas</b>			
<b>Cooperativa / Ano</b>	<b>2000</b>		
	<b>O.T. / P.E.L.P.</b>	<b>C.A. / P.E.L.P.</b>	<b>Finan. / P.E.L.P.</b>
1	0,00%	1,97%	94,46%
3	0,00%	0,00%	92,90%
6	5,70%	0,00%	92,14%
11	6,18%	0,00%	91,05%
13	0,00%	73,31%	26,69%
16	6,13%	25,71%	43,85%
17	0,00%	0,00%	94,98%
19	0,23%	18,93%	66,28%
20	0,55%	0,00%	39,19%
O.T.:Obrigações Terceiros    P.E.L.P.: Passivo Exigível a Longo Prazo    C.A.:Créditos de Associados Finan.: Financiamento			

## APÊNDICE 5 - ANÁLISE VERTICAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### Especificação do Patrimônio Líquido - Principais Contas - %

<b>Pequenas e Médias Cooperativas</b>					
<b>Cooperativa / Ano</b>	<b>1996</b>				
	<b>C.S. / P.L.</b>	<b>R.C. / P.L.</b>	<b>R.S. / P.L.</b>	<b>R.E. / P.L.</b>	<b>S. Acum. / P.L.</b>
2	39,28%	3,82%	51,81%	4,38%	0,70%
4	36,00%	64,00%	0,00%	0,00%	0,00%
5	48,97%	0,79%	0,00%	50,24%	0,00%
7	33,97%	1,21%	34,81%	29,96%	0,06%
8	68,76%	4,65%	20,70%	0,59%	5,30%
9	31,66%	121,59%	0,05%	0,00%	-59,01%
10	0,41%	67,76%	0,54%	0,00%	0,43%
12	52,06%	0,94%	38,89%	6,49%	1,61%
14	60,14%	0,00%	0,00%	59,16%	-19,30%
15	35,72%	111,15%	0,00%	0,00%	-46,87%
18	78,59%	5,67%	100,10%	0,00%	-55,89%
21	67,70%	0,00%	7,86%	3,04%	0,46%
22	41,68%	68,01%	0,62%	0,00%	-8,57%
<b>Grandes Cooperativas</b>					
<b>Cooperativa / Ano</b>	<b>1996</b>				
	<b>C.S. / P.L.</b>	<b>R.C. / P.L.</b>	<b>R.S. / P.L.</b>	<b>R.E. / P.L.</b>	<b>S. Acum. / P.L.</b>
1	38,92%	0,46%	58,61%	0,00%	2,01%
3	36,18%	54,98%	8,84%	0,00%	0,00%
6	8,38%	0,00%	82,88%	5,75%	2,99%
11	14,96%	0,00%	72,42%	0,00%	12,62%
13	33,93%	69,99%	45,57%	0,00%	8,08%
16	26,46%	16,14%	28,94%	25,91%	2,55%
17	42,18%	0,28%	39,31%	17,35%	0,88%
19	86,27%	7,11%	5,36%	1,15%	0,11%
20	56,44%	0,70%	33,27%	8,66%	0,94%
C.S.: Capital Social    P.L.: Patrimônio Líquido    R.C.: Reserva de Capital    R.S.: Reserva de Sobras    R.E.: Reserva Equalização S. Acum.: Sobras Acumuladas					

<b>Pequenas e Médias Cooperativas</b>					
<b>Cooperativa / Ano</b>	<b>1997</b>				
	<b>C.S. / P.L.</b>	<b>R.C. / P.L.</b>	<b>R.S. / P.L.</b>	<b>R.E. / P.L.</b>	<b>S. Acum. / P.L.</b>
2	42,90%	4,28%	48,00%	4,81%	0,00%
4	36,55%	63,45%	0,00%	0,00%	0,00%
5	49,81%	0,88%	49,32%	0,00%	0,00%
7	36,54%	1,31%	29,84%	32,30%	0,00%
8	51,80%	3,53%	25,65%	0,45%	18,57%
9	33,69%	88,36%	0,05%	0,00%	-22,11%
10	0,36%	87,18%	3,72%	0,00%	7,76%
12	48,60%	0,90%	41,63%	6,24%	2,63%
14	49,79%	0,00%	0,00%	48,98%	1,22%
15	44,43%	134,90%	0,00%	0,00%	-81,91%
18	45,75%	3,32%	59,27%	0,00%	0,00%
21	71,12%	0,00%	25,47%	3,19%	0,21%
22	46,47%	68,01%	0,63%	0,00%	-15,11%
<b>Grandes Cooperativas</b>					
<b>Cooperativa / Ano</b>	<b>1997</b>				
	<b>C.S. / P.L.</b>	<b>R.C. / P.L.</b>	<b>R.S. / P.L.</b>	<b>R.E. / P.L.</b>	<b>S. Acum. / P.L.</b>
1	36,06%	0,46%	62,10%	0,00%	1,38%
3	36,08%	53,45%	1,61%	0,00%	0,00%
6	8,72%	0,00%	82,28%	5,18%	3,82%
11	10,89%	0,00%	82,91%	0,00%	6,20%
13	24,68%	42,52%	31,75%	0,00%	5,78%
16	26,22%	11,89%	60,27%	0,00%	1,63%
17	42,01%	0,28%	39,77%	17,17%	0,78%
19	56,55%	38,39%	4,76%	0,76%	0,29%
20	57,81%	0,70%	33,21%	7,91%	0,38%

C.S.: Capital Social    P.L. Patrimônio Líquido    R.C.: Reserva de Capital    R.S.: Reserva de Sobras    R.E.: Reserva Equalização  
S. Acum.: Sobras Acumuladas

<b>Pequenas e Médias Cooperativas</b>					
<b>Cooperativa / Ano</b>	<b>1998</b>				
	<b>C.S. / P.L.</b>	<b>R.C. / P.L.</b>	<b>R.S. / P.L.</b>	<b>R.E. / P.L.</b>	<b>S. Acum. / P.L.</b>
2	13,58%	80,37%	4,21%	1,83%	0,00%
4	41,56%	58,44%	0,00%	0,00%	0,00%
5	67,81%	1,19%	31,01%	0,00%	0,00%
7	39,70%	1,64%	20,32%	38,34%	0,00%
8	65,66%	3,38%	28,41%	0,43%	2,13%
9	1584,13%	2836,46%	2,37%	0,00%	-4322,96%
10	1,58%	84,76%	12,61%	0,00%	0,93%
12	47,15%	0,87%	43,34%	6,00%	2,64%
14	50,89%	0,00%	0,06%	49,04%	0,00%
15	29,54%	87,35%	0,00%	0,00%	-16,89%
18	41,94%	3,08%	54,98%	0,00%	0,00%
21	73,04%	0,00%	9,88%	3,67%	1,69%
22	82,70%	40,41%	0,98%	0,00%	-24,09%
<b>Grandes Cooperativas</b>					
<b>Cooperativa / Ano</b>	<b>1998</b>				
	<b>C.S. / P.L.</b>	<b>R.C. / P.L.</b>	<b>R.S. / P.L.</b>	<b>R.E. / P.L.</b>	<b>S. Acum. / P.L.</b>
1	26,90%	0,53%	71,11%	0,00%	1,46%
3	25,26%	59,65%	15,10%	0,00%	0,00%
6	8,53%	0,00%	82,41%	4,60%	3,74%
11	14,08%	0,00%	80,81%	0,00%	7,02%
13	19,49%	5,83%	28,05%	14,34%	2,83%
16	25,06%	11,50%	62,07%	0,00%	1,37%
17	40,88%	0,26%	39,73%	15,99%	3,14%
19	54,96%	39,01%	4,85%	0,74%	0,44%
20	58,81%	0,69%	32,78%	7,34%	0,38%

C.S.: Capital Social    P.L. Patrimônio Líquido    R.C.: Reserva de Capital    R.S.: Reserva de Sobras    R.E.: Reserva Equalização  
S. Acum.: Sobras Acumuladas

<b>Pequenas e Médias Cooperativas</b>					
<b>Cooperativa / Ano</b>	<b>1999</b>				
	<b>C.S. / P.L.</b>	<b>R.C. / P.L.</b>	<b>R.S. / P.L.</b>	<b>R.E. / P.L.</b>	<b>S. Acum. / P.L.</b>
2	16,43%	82,93%	0,00%	0,64%	0,00%
4	45,01%	54,99%	0,00%	0,00%	0,00%
5	38,94%	41,17%	19,89%	0,00%	0,00%
7	38,43%	1,90%	20,84%	38,27%	0,56%
8	63,29%	4,02%	32,05%	0,47%	0,17%
9	30,99%	115,54%	0,04%	0,00%	-46,58%
10	1,67%	78,73%	17,91%	0,00%	1,65%
12	30,83%	0,75%	55,95%	5,16%	7,31%
14	81,06%	0,00%	0,10%	78,12%	-59,28%
15	66,79%	193,85%	0,00%	0,00%	-160,64%
18	41,25%	3,06%	55,69%	0,00%	0,00%
21	72,58%	14,54%	23,48%	3,65%	0,29%
22	36,00%	0,00%	1,81%	0,00%	-2,17%
<b>Grandes Cooperativas</b>					
<b>Cooperativa / Ano</b>	<b>1999</b>				
	<b>C.S. / P.L.</b>	<b>R.C. / P.L.</b>	<b>R.S. / P.L.</b>	<b>R.E. / P.L.</b>	<b>S. Acum. / P.L.</b>
1	24,82%	0,06%	72,08%	0,00%	3,03%
3	21,55%	59,21%	19,24%	0,00%	0,00%
6	7,42%	0,74%	82,43%	4,00%	4,27%
11	18,94%	0,00%	70,55%	0,00%	10,51%
13	19,01%	51,11%	22,64%	0,00%	4,96%
16	100,00%	10,85%	64,03%	0,00%	2,02%
17	41,00%	0,24%	39,73%	14,98%	4,05%
19	55,84%	37,88%	4,97%	0,78%	0,54%
20	35,78%	39,96%	19,65%	4,23%	0,39%
C.S.: Capital Social    P.L. Patrimônio Líquido    R.C.: Reserva de Capital    R.S.: Reserva de Sobras    R.E.: Reserva Equalização S. Acum.: Sobras Acumuladas					

<b>Pequenas e Médias Cooperativas</b>					
<b>Cooperativa / Ano</b>	<b>2000</b>				
	<b>C.S. / P.L.</b>	<b>R.C. / P.L.</b>	<b>R.S. / P.L.</b>	<b>R.E. / P.L.</b>	<b>S. Acum. / P.L.</b>
2	27,30%	121,81%	0,00%	0,00%	-49,11%
4	44,71%	55,07%	0,03%	0,00%	0,19%
5	38,16%	40,78%	20,98%	0,00%	0,09%
7	38,69%	3,08%	20,61%	37,35%	0,27%
8	93,90%	0,47%	30,40%	0,70%	-25,47%
9	19,91%	75,28%	3,14%	0,00%	1,80%
10	1,64%	66,36%	25,94%	0,00%	6,03%
12	0,00%	0,63%	64,72%	4,35%	5,46%
14	47,76%	0,00%	2,83%	46,02%	3,39%
15	49,79%	141,72%	0,00%	0,00%	-91,51%
18	23,90%	3,56%	72,54%	0,00%	0,00%
21	72,48%	0,00%	22,85%	3,29%	1,38%
22	37,34%	58,76%	3,04%	0,00%	0,22%
<b>Grandes Cooperativas</b>					
<b>Cooperativa / Ano</b>	<b>2000</b>				
	<b>C.S. / P.L.</b>	<b>R.C. / P.L.</b>	<b>R.S. / P.L.</b>	<b>R.E. / P.L.</b>	<b>S. Acum. / P.L.</b>
1	31,89%	0,05%	64,82%	0,00%	3,23%
3	14,90%	61,76%	20,68%	0,00%	2,66%
6	11,02%	0,00%	86,07%	0,00%	2,91%
11	21,01%	0,00%	70,05%	0,00%	8,94%
13	22,52%	45,76%	24,28%	0,00%	4,81%
16	23,24%	10,33%	64,46%	0,00%	1,96%
17	41,92%	0,24%	40,58%	14,87%	2,39%
19	58,80%	34,40%	5,75%	0,77%	0,28%
20	30,38%	41,27%	22,18%	4,43%	1,74%
C.S.: Capital Social    P.L. Patrimônio Líquido    R.C.: Reserva de Capital    R.S.: Reserva de Sobras    R.E.: Reserva Equalização S. Acum.: Sobras Acumuladas					

## APÊNDICE 6 - ANÁLISE VERTICAL DA ESTRUTURA DE RESULTADO

### Estrutura de Resultados - Principais Contas - %

<b>Pequenas e Médias Cooperativas</b>					
<b>Coop. / Ano</b>	<b>1996</b>				
	<b>C.D. / R.O.L.</b>	<b>C.I. / R.O.L.</b>	<b>S.O. / R.O.L.</b>	<b>S.L. / R.O.L.</b>	<b>S.L. / P.L.</b>
2	95,55%	0,00%	0,27%	0,30%	1,86%
4	0,00%	325,25%	-225,25%	-225,25%	-22,69%
5	80,35%	19,83%	-0,19%	-0,10%	-0,36%
7	84,74%	14,39%	-0,08%	0,11%	0,39%
8	67,06%	26,98%	5,96%	5,45%	8,15%
9	86,70%	3,76%	-16,88%	-16,91%	-59,01%
10	17,63%	26,22%	-1,91%	0,44%	0,51%
12	85,44%	12,84%	1,68%	1,38%	4,05%
14	85,11%	19,85%	-4,95%	-5,25%	-19,30%
15	90,90%	31,51%	9,64%	-11,57%	-18,55%
18	69,86%	28,60%	-6,76%	-9,10%	-55,89%
21	81,09%	19,36%	-0,06%	0,27%	0,98%
22	88,31%	16,03%	4,34%	4,08%	8,57%
<b>Grandes Cooperativas</b>					
<b>Coop. / Ano</b>	<b>1996</b>				
	<b>C.D. / R.O.L.</b>	<b>C.I. / R.O.L.</b>	<b>S.O. / R.O.L.</b>	<b>S.L. / R.O.L.</b>	<b>S.L. / P.L.</b>
1	90,92%	3,04%	6,05%	0,64%	2,49%
3	86,99%	15,01%	2,00%	-2,45%	-4,88%
6	71,96%	23,39%	3,27%	3,36%	9,02%
11	96,99%	2,07%	0,94%	0,94%	20,44%
13	90,50%	11,51%	2,12%	1,48%	9,50%
16	86,37%	12,51%	1,12%	1,08%	5,26%
17	87,00%	12,63%	0,37%	0,41%	2,36%
19	83,08%	14,83%	-0,02%	0,06%	0,24%
20	85,14%	13,23%	0,18%	0,42%	1,87%
C.D.: Custo Direto    R.O.L.: Resultado Operacional Líquido    S.O.: Sobre Operacional    S.L.: Sobre Líquida    P.L.: Patrimônio Líquido					

<b>Pequenas e Médias Cooperativas</b>					
<b>Coop. / Ano</b>	<b>1997</b>				
	<b>C.D. / R.O.L.</b>	<b>C.I. / R.O.L.</b>	<b>S.O. / R.O.L.</b>	<b>S.L. / R.O.L.</b>	<b>S.L. / P.L.</b>
2	94,72%	0,00%	0,90%	-0,55%	-4,16%
4	0,00%	123,92%	-23,92%	-2,91%	-0,88%
5	82,75%	17,81%	0,56%	0,03%	0,15%
7	83,12%	15,93%	-2,40%	-2,19%	-7,63%
8	58,86%	20,56%	21,57%	20,17%	28,49%
9	73,85%	3,39%	-5,97%	-5,94%	-22,11%
10	60,14%	31,48%	9,93%	12,86%	10,59%
12	85,82%	11,54%	2,64%	2,25%	6,93%
14	91,19%	13,58%	0,36%	0,36%	1,22%
15	94,89%	27,86%	-10,55%	-10,55%	-24,83%
18	70,63%	17,83%	11,54%	0,30%	1,29%
21	80,54%	19,95%	-0,12%	0,11%	0,42%
22	111,74%	21,21%	9,58%	8,75%	15,11%
<b>Grandes Cooperativas</b>					
<b>Coop. / Ano</b>	<b>1997</b>				
	<b>C.D. / R.O.L.</b>	<b>C.I. / R.O.L.</b>	<b>S.O. / R.O.L.</b>	<b>S.L. / R.O.L.</b>	<b>S.L. / P.L.</b>
1	88,43%	11,30%	0,28%	0,40%	1,72%
3	86,45%	12,86%	0,69%	0,78%	1,61%
6	71,84%	23,24%	4,92%	4,83%	14,78%
11	96,36%	2,74%	0,89%	0,90%	10,39%
13	88,12%	12,75%	2,20%	2,04%	9,00%
16	85,46%	11,40%	0,67%	0,72%	3,85%
17	87,57%	11,98%	0,45%	0,48%	3,02%
19	82,96%	14,75%	0,22%	0,29%	0,67%
20	86,70%	14,84%	0,21%	0,10%	0,51%
C.D.: Custo Direto R.O.L.: Resultado Operacional Líquido S.O.: Sobra Operacional S.L.: Sobra Líquida P.L.: Patrimônio Líquido					

<b>Pequenas e Médias Cooperativas</b>					
<b>Coop. / Ano</b>	<b>1998</b>				
	<b>C.D. / R.O.L.</b>	<b>C.I. / R.O.L.</b>	<b>S.O. / R.O.L.</b>	<b>S.L. / R.O.L.</b>	<b>S.L. / P.L.</b>
2	100,33%	0,00%	-6,55%	-6,23%	-13,88%
4	0,00%	99,76%	0,24%	-33,67%	-13,01%
5	86,39%	19,69%	-6,08%	-5,82%	-30,69%
7	82,87%	18,05%	-3,35%	-3,17%	-15,10%
8	76,02%	22,46%	1,52%	1,30%	4,07%
9	77,46%	4,29%	-26,21%	-28,44%	-4322,96%
10	73,24%	31,25%	2,43%	2,73%	2,07%
12	84,25%	12,89%	2,87%	1,84%	5,98%
14	72,85%	27,35%	-0,21%	-0,07%	-0,19%
15	92,63%	39,40%	-12,29%	-12,45%	-16,89%
18	62,10%	20,64%	16,89%	-2,18%	-8,44%
21	78,66%	18,09%	0,93%	0,75%	3,62%
22	113,93%	25,14%	10,76%	10,72%	24,09%
<b>Grandes Cooperativas</b>					
<b>Coop. / Ano</b>	<b>1998</b>				
	<b>C.D. / R.O.L.</b>	<b>C.I. / R.O.L.</b>	<b>S.O. / R.O.L.</b>	<b>S.L. / R.O.L.</b>	<b>S.L. / P.L.</b>
1	96,05%	3,88%	0,07%	0,45%	1,71%
3	87,33%	11,28%	1,39%	1,39%	3,42%
6	72,61%	21,46%	5,94%	5,78%	14,80%
11	96,32%	2,56%	1,12%	1,12%	11,34%
13	91,79%	11,56%	1,57%	1,08%	3,34%
16	88258,06%	10887,20%	854,74%	813,43%	5,00%
17	83,45%	14,76%	1,78%	1,71%	9,39%
19	85,12%	12,70%	0,40%	0,46%	1,07%
20	85,50%	13,67%	-0,02%	0,10%	0,59%
C.D.: Custo Direto R.O.L.: Resultado Operacional Líquido S.O.: Sobre Operacional S.L.: Sobre Líquida P.L.: Patrimônio Líquido					

<b>Pequenas e Médias Cooperativas</b>					
<b>Coop. / Ano</b>	<b>1999</b>				
	<b>C.D. / R.O.L.</b>	<b>C.I. / R.O.L.</b>	<b>S.O. / R.O.L.</b>	<b>S.L. / R.O.L.</b>	<b>S.L. / P.L.</b>
2	98,04%	0,00%	3,96%	-4,34%	-10,61%
4	0,00%	109,89%	-9,89%	-2,14%	-0,79%
5	84,32%	33,62%	-17,94%	-18,41%	-31,41%
7	87,57%	11,11%	1,21%	0,22%	1,12%
8	80,55%	19,41%	0,04%	0,12%	1,05%
9	88,92%	2,74%	-18,50%	-18,48%	-46,58%
10	64,20%	28,54%	5,75%	4,72%	6,61%
12	82,78%	9,15%	8,07%	7,46%	25,51%
14	90,74%	26,55%	-17,29%	-17,33%	-59,28%
15	108,24%	43,87%	-46,24%	-46,82%	-160,64%
18	63,21%	20,07%	16,71%	0,52%	2,06%
21	79,48%	16,71%	0,09%	0,11%	0,62%
22	90,64%	13,00%	10,17%	0,33%	2,17%
<b>Grandes Cooperativas</b>					
<b>Coop. / Ano</b>	<b>1999</b>				
	<b>C.D. / R.O.L.</b>	<b>C.I. / R.O.L.</b>	<b>S.O. / R.O.L.</b>	<b>S.L. / R.O.L.</b>	<b>S.L. / P.L.</b>
1	90,91%	8,56%	0,53%	0,75%	3,57%
3	87,91%	10,79%	1,30%	1,47%	4,25%
6	73,03%	20,55%	6,20%	5,59%	15,87%
11	87,59%	10,47%	1,60%	1,60%	16,24%
13	86,99%	13,24%	3,43%	3,39%	11,84%
16	78,31%	20,17%	1,02%	1,54%	7,45%
17	110,01%	17,74%	2,20%	2,26%	11,59%
19	86,48%	11,76%	0,42%	0,43%	1,26%
20	85,40%	12,23%	0,21%	0,15%	0,60%
C.D.: Custo Direto R.O.L.: Resultado Operacional Líquido S.O.: Sobra Operacional S.L.: Sobra Líquida P.L.: Patrimônio Líquido					

<b>Pequenas e Médias Cooperativas</b>					
<b>Coop. / Ano</b>	<b>2000</b>				
	<b>C.D. / R.O.L.</b>	<b>C.I. / R.O.L.</b>	<b>S.O. / R.O.L.</b>	<b>S.L. / R.O.L.</b>	<b>S.L. / P.L.</b>
2	99,29%	0,00%	1,82%	-11,05%	-50,24%
4	0,00%	99,65%	1,10%	0,59%	0,22%
5	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1,37%
7	90,43%	7,17%	2,40%	0,09%	0,55%
8	83,04%	20,15%	-3,19%	-2,76%	-39,80%
9	63,23%	4,73%	10,09%	10,33%	19,12%
10	68,01%	23,28%	8,89%	8,57%	15,00%
12	86,22%	7,93%	5,85%	5,31%	17,81%
14	87,97%	10,86%	1,17%	0,74%	3,39%
15	99,30%	46,88%	-45,99%	-33,25%	-91,51%
18	78,35%	11,26%	20,67%	1,78%	9,62%
21	81,04%	15,28%	0,42%	0,41%	2,81%
22	88,87%	15,14%	0,43%	0,13%	0,64%
<b>Grandes Cooperativas</b>					
<b>Coop. / Ano</b>	<b>2000</b>				
	<b>C.D. / R.O.L.</b>	<b>C.I. / R.O.L.</b>	<b>S.O. / R.O.L.</b>	<b>S.L. / R.O.L.</b>	<b>S.L. / P.L.</b>
1	90,55%	8,77%	0,68%	0,87%	3,80%
3	87,75%	11,25%	1,00%	1,07%	3,36%
6	77,87%	18,01%	4,12%	3,36%	10,38%
11	94,56%	3,93%	1,50%	1,52%	13,83%
13	87,34%	11,96%	3,06%	3,20%	11,83%
16	82,08%	16,30%	1,62%	1,47%	7,07%
17	79,29%	19,71%	1,00%	1,08%	6,85%
19	89,18%	10,99%	0,21%	0,18%	0,55%
20	84,40%	13,79%	0,52%	0,65%	2,68%
C.D.: Custo Direto R.O.L.: Resultado Operacional Líquido S.O.: Sobre Operacional S.L.: Sobre Líquida P.L.: Patrimônio Líquido					

**APÊNDICE 7- INDICADORES DE GERAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE  
RECURSOS PRÓPRIOS**

<b>Pequenas e Médias Cooperativas</b>				
<b>Coop. / Ano</b>	<b>1996</b>			
	<b>S.L. / P.L.</b>	<b>R.P. / A.T.</b>	<b>R.P. / I.F.</b>	<b>R.P. / C.G.</b>
2	1,86%	30,49%	105,71%	42,85%
4	-22,69%	28,38%	31,58%	279,95%
5	-0,36%	65,90%	0,00%	0,00%
7	0,39%	79,60%	144,65%	177,01%
8	8,15%	65,40%	99,10%	192,32%
9	-59,01%	18,81%	21,51%	150,00%
10	0,51%	91,74%	137,35%	276,29%
12	4,05%	69,51%	200,58%	106,38%
14	-19,30%	27,95%	57,05%	54,78%
15	-18,55%	29,79%	45,73%	100,55%
18	-55,89%	13,12%	27,99%	24,70%
21	0,98%	55,30%	114,62%	106,85%
22	8,57%	55,57%	99,35%	126,12%
<b>Grandes Cooperativas</b>				
<b>Coop. / Ano</b>	<b>1996</b>			
	<b>S.L. / P.L.</b>	<b>R.P. / A.T.</b>	<b>R.P. / I.F.</b>	<b>R.P. / C.G.</b>
1	2,49%	34,82%	121,70%	48,77%
3	-4,88%	50,20%	77,56%	142,31%
6	9,02%	53,65%	209,32%	72,14%
11	20,44%	10,77%	0,00%	0,00%
13	9,50%	38,66%	88,83%	68,45%
16	5,26%	42,52%	108,52%	69,91%
17	2,36%	54,09%	119,40%	98,89%
19	0,24%	40,75%	95,32%	71,18%
20	1,87%	42,79%	104,44%	72,50%

<b>Pequenas e Médias Cooperativas</b>				
<b>Coop. / Ano</b>	<b>1997</b>			
	<b>S.L. / P.L.</b>	<b>R.P. / A.T.</b>	<b>R.P. / I.F.</b>	<b>R.P. / C.G.</b>
2	-4,16%	21,83%	77,31%	30,41%
4	-0,88%	27,91%	31,39%	251,88%
5	0,15%	49,55%	0,00%	0,00%
7	-7,63%	62,40%	138,56%	113,51%
8	28,49%	65,79%	106,38%	172,40%
9	-22,11%	14,74%	18,94%	66,52%
10	10,59%	80,09%	144,60%	179,53%
12	6,93%	69,57%	217,64%	102,26%
14	1,22%	33,84%	69,44%	66,00%
15	-24,83%	22,56%	35,01%	70,89%
18	1,29%	18,73%	46,73%	31,25%
21	0,42%	46,55%	96,51%	89,93%
22	15,11%	49,61%	93,82%	105,25%
<b>Grandes Cooperativas</b>				
<b>Coop. / Ano</b>	<b>1997</b>			
	<b>S.L. / P.L.</b>	<b>R.P. / A.T.</b>	<b>R.P. / I.F.</b>	<b>R.P. / C.G.</b>
1	1,72%	37,98%	107,32%	58,77%
3	1,61%	50,07%	82,45%	127,52%
6	14,78%	52,90%	213,50%	70,33%
11	10,39%	29,77%	0,00%	0,00%
13	9,00%	43,13%	92,64%	80,71%
16	3,85%	38,44%	83,15%	71,48%
17	3,02%	53,11%	114,41%	99,12%
19	0,67%	49,77%	93,18%	106,84%
20	0,51%	35,09%	101,02%	53,78%

<b>Pequenas e Médias Cooperativas</b>				
<b>Coop. / Ano</b>	<b>1998</b>			
	<b>S.L. / P.L.</b>	<b>R.P. / A.T.</b>	<b>R.P. / I.F.</b>	<b>R.P. / C.G.</b>
2	-13,88%	55,42%	78,29%	189,72%
4	-13,01%	29,20%	32,85%	263,05%
5	-30,69%	55,62%	0,00%	0,00%
7	-15,10%	52,09%	104,88%	103,51%
8	4,07%	41,40%	80,30%	85,45%
9	-4322,96%	0,34%	0,44%	1,50%
10	2,07%	82,49%	144,60%	192,04%
12	5,98%	70,91%	226,73%	103,18%
14	-0,19%	28,58%	70,92%	47,88%
15	-16,89%	25,37%	48,20%	53,55%
18	-8,44%	17,78%	43,12%	30,24%
21	3,62%	40,47%	81,99%	79,92%
22	24,09%	33,13%	60,50%	73,22%
<b>Grandes Cooperativas</b>				
<b>Coop. / Ano</b>	<b>1998</b>			
	<b>S.L. / P.L.</b>	<b>R.P. / A.T.</b>	<b>R.P. / I.F.</b>	<b>R.P. / C.G.</b>
1	1,71%	34,70%	122,17%	48,47%
3	3,42%	42,11%	97,21%	74,30%
6	14,80%	56,53%	225,81%	75,41%
11	11,34%	35,76%	0,00%	0,00%
13	3,34%	44,70%	93,65%	85,52%
16	5,00%	37,49%	88,91%	64,82%
17	9,39%	54,36%	118,97%	100,08%
19	1,07%	50,28%	94,50%	107,45%
20	0,59%	33,06%	104,07%	48,44%

<b>Pequenas e Médias Cooperativas</b>				
<b>Coop. / Ano</b>	<b>1999</b>			
	<b>S.L. / P.L.</b>	<b>R.P. / A.T.</b>	<b>R.P. / I.F.</b>	<b>R.P. / C.G.</b>
2	-10,61%	48,61%	73,30%	144,33%
4	-0,79%	28,56%	32,24%	249,77%
5	-31,41%	67,12%	0,00%	0,00%
7	1,12%	47,98%	107,58%	86,62%
8	1,05%	32,78%	63,77%	67,47%
9	-46,58%	15,60%	20,65%	63,86%
10	6,61%	70,03%	146,06%	134,54%
12	25,51%	74,66%	264,90%	103,96%
14	-59,28%	15,68%	50,99%	22,63%
15	-160,64%	10,69%	21,44%	21,30%
18	2,06%	16,90%	42,01%	28,27%
21	0,62%	35,94%	75,04%	68,98%
22	2,17%	23,67%	45,34%	49,55%
<b>Grandes Cooperativas</b>				
<b>Coop. / Ano</b>	<b>1999</b>			
	<b>S.L. / P.L.</b>	<b>R.P. / A.T.</b>	<b>R.P. / I.F.</b>	<b>R.P. / C.G.</b>
1	3,57%	32,01%	141,71%	41,35%
3	4,25%	47,45%	103,70%	87,49%
6	15,87%	56,20%	241,83%	73,22%
11	16,24%	31,52%	0,00%	0,00%
13	11,84%	47,25%	94,71%	94,30%
16	7,45%	34,56%	99,08%	53,08%
17	11,59%	46,14%	115,47%	76,83%
19	1,26%	44,46%	88,55%	89,30%
20	0,60%	42,96%	92,67%	80,07%

<b>Pequenas e Médias Cooperativas</b>				
<b>Coop. / Ano</b>	<b>2000</b>			
	<b>S.L. / P.L.</b>	<b>R.P. / A.T.</b>	<b>R.P. / I.F.</b>	<b>R.P. / C.G.</b>
2	-50,24%	39,15%	51,92%	159,24%
4	0,22%	29,42%	32,81%	285,01%
5	1,37%	71,76%	0,00%	0,00%
7	0,55%	47,85%	130,72%	75,49%
8	-39,80%	21,45%	44,36%	41,52%
9	19,12%	20,83%	34,44%	52,70%
10	15,00%	65,37%	154,33%	113,40%
12	17,81%	59,08%	299,28%	73,61%
14	3,39%	31,46%	90,14%	48,33%
15	-91,51%	14,69%	29,48%	29,28%
18	9,62%	14,63%	31,86%	27,07%
21	2,81%	34,81%	83,99%	59,44%
22	0,64%	27,39%	49,83%	60,83%
<b>Grandes Cooperativas</b>				
<b>Coop. / Ano</b>	<b>2000</b>			
	<b>S.L. / P.L.</b>	<b>R.P. / A.T.</b>	<b>R.P. / I.F.</b>	<b>R.P. / C.G.</b>
1	3,80%	33,24%	178,65%	40,84%
3	3,36%	50,35%	102,95%	98,54%
6	10,38%	50,81%	216,47%	66,39%
11	13,83%	28,52%	0,00%	0,00%
13	11,83%	40,40%	92,79%	71,56%
16	7,07%	32,21%	107,25%	46,04%
17	6,85%	40,05%	109,34%	63,20%
19	0,55%	41,41%	91,51%	75,48%
20	2,68%	45,85%	96,54%	87,32%

## APÊNDICE 8 - INDICADORES DE UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DE TERCEIROS

<b>Pequenas e Médias Empresas</b>			
<b>Coop. / Ano</b>	<b>1996</b>		
	<b>P.C. / R.T.</b>	<b>F.L. / R.T.</b>	<b>R.T. / A.T.</b>
2	72,92%	26,00%	69,42%
4	7,13%	88,76%	71,62%
5	0,00%	0,00%	0,00%
7	100,00%	0,00%	20,40%
8	67,79%	1,44%	34,60%
9	65,82%	26,89%	78,22%
10	99,01%	0,99%	8,26%
12	62,07%	37,93%	30,49%
14	55,51%	43,78%	72,05%
15	41,01%	32,44%	70,21%
18	56,09%	24,57%	86,88%
21	62,91%	34,07%	44,70%
22	64,59%	34,19%	44,31%
<b>Grandes Cooperativas</b>			
<b>Coop. / Ano</b>	<b>1996</b>		
	<b>P.C. / R.T.</b>	<b>F.L. / R.T.</b>	<b>R.T. / A.T.</b>
1	71,11%	22,65%	65,18%
3	54,54%	19,92%	49,80%
6	94,44%	5,56%	46,35%
11	0,00%	0,00%	0,00%
13	87,56%	3,95%	61,34%
16	62,78%	25,91%	57,48%
17	95,02%	3,91%	45,91%
19	75,62%	17,96%	59,25%
20	80,70%	3,58%	57,21%

<b>Pequenas e Médias Empresas</b>			
<b>Coop. / Ano</b>	<b>1997</b>		
	<b>P.C. / R.T.</b>	<b>F.L. / R.T.</b>	<b>R.T. / A.T.</b>
2	77,66%	21,08%	78,10%
4	19,75%	76,56%	71,69%
5	0,00%	0,00%	0,00%
7	100,00%	0,00%	33,88%
8	68,71%	23,81%	34,21%
9	45,11%	20,48%	75,43%
10	85,93%	14,07%	19,91%
12	64,18%	35,82%	30,43%
14	72,87%	26,29%	66,16%
15	49,13%	30,21%	77,44%
18	51,28%	35,90%	81,27%
21	69,13%	23,36%	53,45%
22	74,34%	25,66%	50,15%
<b>Grandes Cooperativas</b>			
<b>Coop. / Ano</b>	<b>1997</b>		
	<b>P.C. / R.T.</b>	<b>F.L. / R.T.</b>	<b>R.T. / A.T.</b>
1	79,02%	17,38%	62,02%
3	47,30%	18,75%	49,69%
6	73,74%	25,90%	43,32%
11	0,00%	0,00%	0,00%
13	88,40%	2,78%	56,87%
16	61,73%	27,24%	61,56%
17	89,86%	9,75%	46,89%
19	81,40%	12,01%	50,23%
20	84,84%	4,23%	64,91%

<b>Pequenas e Médias Empresas</b>			
<b>Coop. / Ano</b>	<b>1998</b>		
	<b>P.C. / R.T.</b>	<b>F.L. / R.T.</b>	<b>R.T. / A.T.</b>
2	67,52%	26,88%	44,17%
4	14,83%	74,53%	69,21%
5	0,00%	0,00%	0,00%
7	93,78%	0,00%	46,68%
8	77,62%	15,17%	58,60%
9	77,16%	18,74%	97,83%
10	84,99%	14,24%	17,51%
12	74,43%	20,76%	28,13%
14	63,76%	35,51%	71,42%
15	67,11%	15,71%	74,63%
18	59,14%	28,54%	82,22%
21	69,53%	16,36%	59,53%
22	86,17%	13,83%	66,81%
<b>Grandes Cooperativas</b>			
<b>Coop. / Ano</b>	<b>1998</b>		
	<b>P.C. / R.T.</b>	<b>F.L. / R.T.</b>	<b>R.T. / A.T.</b>
1	81,98%	16,11%	65,30%
3	55,83%	9,51%	57,62%
6	75,06%	24,94%	43,47%
11	0,00%	0,00%	0,00%
13	89,86%	3,51%	55,30%
16	63,51%	22,01%	62,51%
17	91,32%	7,82%	45,64%
19	86,46%	5,94%	49,72%
20	89,64%	3,60%	66,94%

<b>Pequenas e Médias Empresas</b>			
<b>Coop. / Ano</b>	<b>1999</b>		
	<b>P.C. / R.T.</b>	<b>F.L. / R.T.</b>	<b>R.T. / A.T.</b>
2	71,79%	25,18%	51,39%
4	16,09%	81,27%	70,73%
5	0,00%	0,00%	0,00%
7	94,37%	0,00%	47,35%
8	72,64%	13,14%	67,22%
9	75,95%	20,76%	84,40%
10	89,17%	10,46%	29,97%
12	83,35%	9,32%	25,34%
14	66,77%	32,69%	84,32%
15	68,30%	10,01%	89,31%
18	61,12%	27,19%	83,10%
21	85,51%	7,40%	64,06%
22	77,26%	8,47%	75,48%
<b>Grandes Cooperativas</b>			
<b>Coop. / Ano</b>	<b>1999</b>		
	<b>P.C. / R.T.</b>	<b>F.L. / R.T.</b>	<b>R.T. / A.T.</b>
1	84,06%	9,20%	67,99%
3	83,62%	4,54%	52,27%
6	84,58%	14,30%	43,80%
11	0,00%	0,00%	0,00%
13	92,72%	2,03%	52,75%
16	69,87%	13,33%	65,44%
17	95,10%	4,33%	53,86%
19	93,70%	1,17%	55,54%
20	91,41%	2,51%	57,04%

<b>Pequenas e Médias Empresas</b>			
<b>Coop. / Ano</b>	<b>2000</b>		
	<b>P.C. / R.T.</b>	<b>F.L. / R.T.</b>	<b>R.T. / A.T.</b>
2	56,39%	33,20%	60,85%
4	4,45%	100,84%	70,44%
5	0,00%	0,00%	0,00%
7	95,06%	0,00%	52,15%
8	77,36%	9,59%	78,55%
9	46,36%	16,46%	79,17%
10	92,45%	6,63%	34,27%
12	94,34%	3,08%	40,46%
14	27,22%	72,25%	68,54%
15	24,25%	42,25%	85,31%
18	41,36%	38,21%	85,37%
21	65,66%	28,68%	65,19%
22	67,76%	9,69%	71,66%
<b>Grandes Cooperativas</b>			
<b>Coop. / Ano</b>	<b>2000</b>		
	<b>P.C. / R.T.</b>	<b>F.L. / R.T.</b>	<b>R.T. / A.T.</b>
1	85,18%	14,00%	66,76%
3	65,87%	31,71%	49,22%
6	84,38%	14,39%	49,19%
11	0,00%	0,00%	0,00%
13	92,38%	2,03%	59,20%
16	62,71%	16,35%	67,79%
17	80,26%	18,75%	59,95%
19	63,63%	24,11%	58,59%
20	89,58%	4,08%	54,15%

## ANEXOS

ANEXO 1- DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA COOPERATIVA  
AGROPECUÁRIA MOURÃOENSE LTDA

COAMO	
COOPERATIVA AGROPECUÁRIA MOURÃOENSE LTDA.	
BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 1996	
<b>ATIVO</b>	
<b>CIRCULANTE</b>	<b>397.072.182</b>
<b>DISPONIBILIDADES</b>	<b>89.219.879</b>
Caixa	406.138
Bancos Conta Movimento	620.503
Aplicações de Liquidez Imediata	88.193.238
<b>CRÉDITOS</b>	<b>231.591.664</b>
Associados (nota 03)	59.426.522
Instituições Financeiras	114.683.543
Clientes	40.662.322
Adiantamentos e Fornecedores	467.774
Tributos a Recuperar	15.647.703
Outros Créditos (nota 04)	2.402.366
(-) Prov. P/ Créditos Liq. Duvidosa	1.698.566
<b>ESTOQUES</b>	<b>71.325.735</b>
Produtos Agrícolas (nota 05)	36.097.360
Bens e Fornecimento (nota 06)	15.417.660
Matérias-Primas, Prod. Industr. e Mat. Secundários (nota 07)	19.810.715
<b>DESPESAS DO EXERCÍCIO SEGUINTE (nota 08)</b>	<b>4.934.904</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>19.651.176</b>
Créditos c/ Associados (nota 03)	3.292.617
Tributos a Recuperar	182.950
Despesas Antecipadas (nota 08)	74.614
Empréstimos Compulsórios à Eletrobrás	902.823
Incentivos Fiscais a Aplicar	36.907
Depósitos Judiciais	14.751.131
Outros Créditos (nota 04)	410.134
<b>PERMANENTE</b>	<b>143.623.352</b>
Investimentos (nota 09)	224.756
Imobilizado (nota 10)	141.512.762
Diferido (nota 11)	1.885.834
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>560.346.710</b>

**PASSIVO**

<b>CIRCULANTE</b>	<b>245.259.744</b>
Associados (nota 12)	11.455.259
Encargos Sociais e Tributários (nota 13)	6.545.421
Fornecedores	26.029.027
Instituições Financeiras (nota 13)	194.104.482
Outros Débitos (nota 15)	6.545.463
Provisão para Imposto de Renda	404.085
Provisão para Contribuição Social	176.007
<b>EXÍGIVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>14.447.447</b>
Instituições Financeiras (nota 15)	14.447.447
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>300.639.519</b>
<b>CAPITAL SOCIAL</b>	<b>25.179.974</b>
<b>RESERVAS DE SOBRAS</b>	<b>266.466.063</b>
Fundo de Reserva	48.314.186
Fundo de Assist. Técnica Educ. e Social	19.435.585
Fundo de Desenvolvimento	144.290.239
Reserva de Equalização	17.298.386
Reserva Livres	25.937.967
Provisão para Manutenção Capital Giral Próprio	11.189.700
<b>SOBRAS ACUMULADAS</b>	<b>8.993.482</b>
Sobras a Disposição da A.G.O	12.114.219
(-) Sobras Antecipadas	3.120.737
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>560.346.710</b>

**COOPERATIVA AGROPECUÁRIA MOURÃOENSE LTDA.**

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE SOBRAS E PERDAS ENCERRADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 1996

**COMPLEXO SOJA**

Vendas Líquidas	302.389.944
Receitas Operacionais	41.189.006
(-) Custos das Vendas	254.571.917
(-) Despesas Operacionais	72.960.313
(-) Provisão p/ Manut.Capital Gira Próprio	4.567.627
<b>SOBRA LÍQUIDA</b>	<b>11.479.093</b>

**COMPLEXO TRIGO**

Vendas Líquidas	38.689.604
Receitas Operacionais	2.900.039
(-) Custos das Vendas	29.647.029
(-) Despesas Operacionais	11.128.234
(-) Provisão p/ Manut.Capital Gira Próprio	526.063
<b>SOBRA LÍQUIDA</b>	<b>288.317</b>

**MILHO**

Vendas Líquidas	84.712.775
Receitas Operacionais	24.554.593
(-) Custos das Vendas	82.748.191
(-) Despesas Operacionais	21.426.630
(-) Provisão p/ Manut.Capital Gira Próprio	2.065.886
<b>SOBRA LÍQUIDA</b>	<b>3.026.661</b>

**FEIJÃO**

Vendas Líquidas	3.598.033
Receitas Operacionais	425.739
(-) Custos das Vendas	2.929.612
(-) Despesas Operacionais	1.042.155
(-) Provisão p/ Manut.Capital Gira Próprio	541
<b>SOBRA LÍQUIDA</b>	<b>51.464</b>

**CAFÉ**

Vendas Líquidas	4.514.932
Receitas Operacionais	901.501
(-) Custos das Vendas	4.207.726
(-) Despesas Operacionais	1.265.253
(-) Provisão p/ Manut.Capital Gira Próprio	64.968
<b>SOBRA LÍQUIDA</b>	<b>8.422</b>

**COMPLEXO ALGODÃO**

Vendas Líquidas	67.546.367
Receitas Operacionais	5.787.702
(-) Custos das Vendas	53.573.846
(-) Despesas Operacionais	18.848.637
(-) Provisão p/ Manut.Capital Gira Próprio	217.030
<b>SOBRA LÍQUIDA</b>	<b>694.556</b>

<b>ALCOOL</b>	
Vendas Líquidas	10.913.354
Receitas Operacionais	9.043.356
(-) Custos das Vendas	7.495.988
(-) Despesas Operacionais	11.852.374
(-) Provisão p/ Manut.Capital Gira Próprio	124.833
<b>SOBRA LÍQUIDA</b>	<b>483.515</b>
<b>OUTROS PRODUTOS</b>	
Vendas Líquidas	8.043.196
Receitas Operacionais	5.938.789
(-) Custos das Vendas	5.626.678
(-) Despesas Operacionais	8.080.722
(-) Provisão p/ Manut.Capital Gira Próprio	63.791
<b>SOBRA LÍQUIDA</b>	<b>210.794</b>
<b>ATIVIDADES DE APOIO</b>	
Vendas Líquidas	2.743
Receitas Operacionais	7.149.055
(-) Custos das Vendas	2.067
(-) Despesas Operacionais	6.994.444
(-) Provisão p/ Manut.Capital Gira Próprio	165.865
<b>SOBRA LÍQUIDA</b>	<b>321.152</b>
<b>SETOR CONSUMO</b>	
Vendas Líquidas	174.241.982
Receitas Operacionais	14.782.249
(-) Custos das Vendas	140.108.296
(-) Despesas Operacionais	35.242.182
(-) Provisão p/ Manut.Capital Gira Próprio	3.854.761
<b>SOBRA LÍQUIDA</b>	<b>9.818.992</b>
<b>SOBRA LÍQUIDA OPERACIONAL</b>	<b>26.383.966</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>1.315.782</b>
<b>SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>27.698.748</b>
(-) Provisão para Imposto de Renda	404.085
(-) Provisão para Contribuição Social	176.007
<b>SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO DESTINAÇÕES DAS SOBRAS</b>	<b>27.118.656</b>
Fundo de Reserva	2.422.844
Fundo Assist. Técnica, Educacional e Social	4.101.640
Fundo de Desenvolvimento	8.479.953
<b>TOTAL DAS DESTINAÇÕES</b>	<b>15.004.437</b>
<b>SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA A.G.O.</b>	<b>12.114.219</b>

## COAMO

## COOPERATIVA AGROPECUÁRIA MOURÃOENSE LTDA.

## DEMONSTRAÇÕES DE ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS - EXERCÍCIO 1996

<b>ORIGENS DE RECURSOS</b>	<b>R\$</b>
<b>DA OPERAÇÕES:</b>	
Sobras Líquidas do exercício	27.118.655,70
<b>MAIS:</b>	
Depreciações, Amortizações e Exaustões	18.166.266,21
Baixa do Imobilizado	3.585.444,96
Baixa de Investimentos	356.296,32
Provisão p/ Perdas com Investimentos	0,00
Baixa do Diferido	20.206,51
Provisão p/ Manutenção do Capital de Giro Próprio	11.189.699,83
Encargos Financeiros Exigível Longo Prazo	2.085.391,50
Resultado de Exercícios Futuros	0,00
<b>MENOS:</b>	
Variações Monetárias do Realizável Longo Prazo	1.752.096,41
Vendas do Imobilizados	1.255.363,36
Vendas de Investimentos	0,00
Resultado de Exercícios Futuros	2.714.999,97
<b>SOBRAS LÍQUIDAS AJUSTADAS</b>	<b>56.799.501,29</b>
<b>DOS ASSOCIADOS:</b>	
Integralização de Capital	3.065.236,76
Retenção p/ Aumento de Capital	119.217,57
Reversão de Sobras	2.746.783,25
Reversão de Capital a Restituir	3.072,19
Créditos Não Reclamados	0,00
	196.163,75
<b>DE TERCEIROS:</b>	
Vendas de Imobilizado	12.774.969,68
Vendas de Investimentos	1.255.363,36
Baixas do Realizável Longo Prazo	0,00
Acréscimos no Exigível Longo Prazo	2.830.254,37
	8.689.351,95
<b>Patrimônio Líquido:</b>	<b>7.733.812,86</b>
Doações Recebidas	328.255,76
Reversão para FATES	2.676.673,38
Depósitos Judiciais (Contingências)	4.692.948,01
Aplicação em Incentivos Fiscais (FINAM-FINOR)	35.931,68
Bens não Implantados	4,03
<b>TOTAL DAS ORIGENS DE RECURSOS</b>	<b>80.373.520,59</b>

<b>APLICAÇÕES DE RECURSOS</b>		<b>R\$</b>	
<b>NO REALIZÁVEL LONGO PRAZO:</b>			
Créditos com Associados		1.063.543,71	
Créditos com Não Associados		7.909,78	
Tributos a Recuperar		0,00	
Aplicação em Incentivos Fiscais(FINAM-FINOR)		35.931,68	
Empréstimo Compulsório à Eletrobrás		65.553,34	
Depósitos Judiciais		5.023.430,94	
Outros(Despesas Antecipadas)		73.298,45	
<b>NO PERMANENTE:</b>			
Adições em Investimentos		300.332,15	
Aquisições de Imobilizado		17.100.041,66	
Adições no Diferido		354.409,92	
<b>REDUÇÃO NO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO:</b>			
Reclassificação Financiamentos para Curto Prazo		20.280.856,50	
Amortização e Liquidação		2.470.625,00	
<b>REDUÇÃO NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO:</b>			
Restituição de Capital Social		1.704.030,20	
Utilização Fundo Cobertura Sinistros		233.369,92	
Antecipação de Sobras - 1996		3.120.737,05	
Pagamento de Sobras		0,00	
Utilização Fundo Desenvolvimento		2.195.336,21	
Utilização do FATES		0,00	
Pagamento Sobras Exercício 1995		6.116.368,32	
<b>ACRÉSCIMO NO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO</b>		<b>20.227.755,76</b>	
<b>TOTAL DAS APLICAÇÕES DE RECURSOS</b>		<b>80.373.520,59</b>	
<b>AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO</b>			
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>SALDO EM</b>	<b>SALDO EM</b>	<b>VARIAÇÕES</b>
	<b>31.12.95(R\$)</b>	<b>31.12.96(R\$)</b>	<b>(R\$)</b>
Ativo Circulante	303.781.190,35	397.072.182,74	93.290.992,39
Passivo Circulante	172.196.507,59	245.259.744,22	73.063.236,63
Capital Circulante Líquido	131.584.682,76	151.812.438,52	20.227.755,76

**COAMO**  
**COOPERATIVA AGROPECUÁRIA MOURÃOENSE LTDA.**

**BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 1997**

**ATIVO**

<b>CIRCULANTE</b>	<b>450.794.907</b>
<b>DISPONIBILIDADES</b>	<b>181.115.349</b>
Caixa	708.464
Bancos Conta Movimento	259.973
Aplicações de Liquidez Imediata	180.146.912
<b>CRÉDITOS</b>	<b>192.279.611</b>
Associados (nota 03)	68.229.904
Instituições Financeiras	64.712.092
Clientes	38.942.329
Adiantamentos e Fornecedores	573.682
Tributos a Recuperar	17.744.867
Outros Créditos (nota 04)	4.367.569
(-) Prov. P/ Créditos Liq. Duvidosa	2.290.832
<b>ESTOQUES</b>	<b>77.399.947</b>
Produtos Agrícolas (nota 05)	37.283.618
Bens e Fornecimento (nota 06)	21.047.385
Matérias-Primas, Prod. Industr. e Mat. Secundários (nota 07)	15.539.287
Almoxarifados	3.529.657
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>23.657.966</b>
Créditos c/ Associados (nota 03)	6.135.378
Tributos a Recuperar	182.950
Empréstimos Compulsórios à Eletrobrás	902.899
Incentivos Fiscais a Aplicar	96.000
Depósitos Judiciais	15.753.892
Outros Créditos (nota 04)	586.847
<b>PERMANENTE</b>	<b>156.295.681</b>
Investimentos (nota 09)	301.083
Imobilizado (nota 10)	154.491.354
Diferido (nota 11)	1.503.244
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>630.748.554</b>

**PASSIVO**

<b>CIRCULANTE</b>	<b>201.494.652</b>
Associados (nota 11)	13.526.334
Encargos Sociais e Tributários (nota 12)	7.437.579
Fornecedores	18.641.387
Instituições Financeiras (nota 13)	153.578.802
Outros Débitos (nota 14)	7.330.939
Provisão para Imposto de Renda	721.669
Provisão para Contribuição Social	257.942
<b>EXÍGIVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>71.767.822</b>
Instituições Financeiras (nota 15)	70.785.157
Fornecedores	982.665
<b>RESULTADO DE EXERCÍCIO FUTUROS</b>	<b>23.794.974</b>
Receitas de Exercício Futuros	23.794.974
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>333.691.106</b>
<b>CAPITAL SOCIAL</b>	<b>29.084.789</b>
<b>RESERVAS DE SOBRAS</b>	<b>291.869.509</b>
Fundo de Reserva	51.586.323
Fundo de Assist.Técnica Educ. e Social	22.806.068
Fundo de Desenvolvimento	152.451.438
Reserva de Equalização	17.298.387
Reserva Livres	27.210.951
Provisão para Manutenção Capital Giral Próprio	20.516.342
<b>SOBRAS ACUMULADAS</b>	<b>12.736.808</b>
Sobras a Disposição da A.G.O	16.605.271
(-) Sobras Antecipadas	3.868.463
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>630.748.554</b>

**COAMO****COOPERATIVA AGROPECUÁRIA MOURÃOENSE LTDA.****DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE SOBRAS E PERDAS ENCERRADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 1997****COMPLEXO SOJA**

Vendas Líquidas	399.747.608
Receitas Operacionais	43.575.970
(-) Custos das Vendas	331.292.470
(-) Despesas Operacionais	90.974.039
<b>SOBRA LÍQUIDA</b>	<b>21.057.069</b>

**COMPLEXO TRIGO**

Vendas Líquidas	84.059.854
Receitas Operacionais	6.878.112
(-) Custos das Vendas	70.929.285
(-) Despesas Operacionais	17.703.033
<b>SOBRA LÍQUIDA</b>	<b>2.305.648</b>

**MILHO**

Vendas Líquidas	107.627.245
Receitas Operacionais	11.621.214
(-) Custos das Vendas	89.021.612
(-) Despesas Operacionais	26.390.915
<b>SOBRA LÍQUIDA</b>	<b>3.835.932</b>

**FEIJÃO**

Vendas Líquidas	3.901.324
Receitas Operacionais	641.793
(-) Custos das Vendas	3.455.916
(-) Despesas Operacionais	1.029.311
<b>SOBRA LÍQUIDA</b>	<b>57.890</b>

**ARROZ**

Vendas Líquidas	5.563.295
Receitas Operacionais	536.121
(-) Custos das Vendas	4.795.259
(-) Despesas Operacionais	1.229.472
<b>SOBRA LÍQUIDA</b>	<b>74.685</b>

**CAFÉ**

Vendas Líquidas	9.506.078
Receitas Operacionais	137.569
(-) Custos das Vendas	8.481.968
(-) Despesas Operacionais	1.139.798
<b>SOBRA LÍQUIDA</b>	<b>21.881</b>

**COMPLEXO ALGODÃO**

Vendas Líquidas	49.773.061
Receitas Operacionais	14.032.812
(-) Custos das Vendas	49.465.069
(-) Despesas Operacionais	12.907.144
<b>SOBRA LÍQUIDA</b>	<b>1.433.660</b>

<b>COMPLEXO ÁLCOOL</b>	
Vendas Líquidas	7.854.399
Receitas Operacionais	10.087.511
(-) Custos das Vendas	5.741.639
(-) Despesas Operacionais	11.350.599
<b>SOBRA LÍQUIDA</b>	<b>849.672</b>
<b>SETOR CONSUMO</b>	
Vendas Líquidas	208.484.783
Receitas Operacionais	38.202.152
(-) Custos das Vendas	167.459.952
(-) Despesas Operacionais	58.982.284
<b>SOBRA LÍQUIDA</b>	<b>20.244.699</b>
<b>OUTROS PRODUTOS</b>	
Vendas Líquidas	3.742.184
Receitas Operacionais	14.774.745
(-) Custos das Vendas	2.645.998
(-) Despesas Operacionais	15.558.190
<b>SOBRA LÍQUIDA</b>	<b>312.741</b>
<b>SOBRA LÍQUIDA OPERACIONAL</b>	<b>50.193.877</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>100.911</b>
<b>SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>50.294.788</b>
(-) Provisão para Imposto de Renda	721.669
(-) Provisão para Contribuição Social	257.942
<b>SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO</b>	<b>49.315.177</b>
<b>DESTINAÇÕES DAS SOBRAS</b>	
Fundo de Reserva	3.321.054
Fundo Assist. Técnica, Educacional e Social	4.458.790
Fundo de Desenvolvimento	11.623.690
Provisão p/ Manutenção Capital Giro Próprio	11.506.372
Fundo Cobertura Sinistro	1.800.000
<b>TOTAL DAS DESTINAÇÕES</b>	<b>32.709.906</b>
<b>SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA A.G.O.</b>	<b>16.605.271</b>

**COAMO**  
**COOPERATIVA AGROPECUÁRIA MOURÃOENSE LTDA.**

**DEMONSTRAÇÕES DE ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS - EXERCÍCIO 1997**

<b>ORIGENS DE RECURSOS</b>	<b>R\$</b>
<b>DA OPERAÇÕES:</b>	
Sobras Líquidas do exercício	49.315.177,44
<b>MAIS:</b>	
Depreciações, Amortizações e Exaustões	19.682.710,85
Baixa do Imobilizado	18.322.906,79
Baixa de Investimentos	0,00
Baixa do Diferido	204,32
Prejuízo na Alienação de Itens do Investimentos	9.082,22
Encargos Financeiros Exigível Longo Prazo	258.028,15
Encargos Financeiros Exigível Longo Prazo	1.092.489,70
<b>MENOS:</b>	
Variações Monetárias do Realizável Longo Prazo	2.412.626,79
Lucro na Alienação do Ativo Permanente	1.433.717,48
Resultado de Participações Societárias	978.909,31
Resultado de Participações Societárias	0,00
<b>SOBRAS LÍQUIDAS AJUSTADAS</b>	<b>66.585.261,50</b>
<b>DOS ASSOCIADOS:</b>	
Integralização de Capital	3.414.296,97
Retenção p/ Aumento de Capital	125.807,43
Reversão de Sobras	3.095.774,89
Créditos Não Reclamados	0,00
Créditos Não Reclamados	192.714,65
<b>DE TERCEIROS:</b>	
Vendas de Imobilizado	86.797.962,61
Vendas de Investimentos	746.947,36
Diminuição do Realizável Longo Prazo	837.756,50
Acréscimos no Exigível Longo Prazo	560.915,68
Aumento no Resultado do Exercício Futuros	60.857.369,01
Aumento no Resultado do Exercício Futuros	23.794.974,04
<b>Patrimônio Líquido:</b>	<b>276.376,59</b>
Doações Recebidas	227.909,60
Depósitos Judiciais ( Contingências)	48.466,99
Aplicação em Incentivos Fiscais (FINAM-FINOR)	0,00
Bens não Implantados	0,00
<b>TOTAL DAS ORIGENS DE RECURSOS</b>	<b>157.073.897,67</b>

<b>APLICAÇÕES DE RECURSOS</b>		<b>R\$</b>	
<b>AUMENTO NO REALIZÁVEL LONGO PRAZO:</b>		<b>3.133.988,48</b>	
Créditos com Associados		2.842.761,36	
Créditos com Não Associados		160.449,88	
Tributos a Recuperar		0,00	
Aplicação em Incentivos Fiscais(FINAM-FINOR)		59.612,01	
Telepar		407,48	
Bens Não Destinados a Uso		0,00	
Depósitos Judiciais		48.466,99	
Aplicações Financeiras		22.290,76	
<b>AUMENTO NO PERMANENTE:</b>		<b>31.868.345,52</b>	
Adições em Investimentos		76.531,15	
Aquisições de Imobilizado		31.448.341,30	
Adições no Diferido		343.473,07	
<b>REDUÇÃO NO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO:</b>		<b>4.629.483,52</b>	
Reclassificação Financiamentos para Curto Prazo		4.517.559,74	
Amortização e Liquidação		111.923,78	
<b>REDUÇÃO NO RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS</b>			
Diminuição no Resultado de exercícios Futuros		0,00	
<b>REDUÇÃO NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO:</b>		<b>19.954.263,97</b>	
Restituição de Capital Social		1.462.790,32	
Utilização Fundo Cobertura Sinistros		153.538,05	
Antecipação de Sobras - 1997 e 1998		4.006.566,59	
Utilização Fundo Desenvolvimento		3.868.284,36	
Utilização fundo de Reserva Legal		436.873,09	
Utilização do FATES		1.088.306,71	
Pagamento Sobras Exercício 1996 e 1997		8.515.960,50	
Baixa Depósitos Judiciais		421.944,35	
<b>TOTAL DAS APLICAÇÕES DE RECURSOS</b>		<b>59.586.081,49</b>	
<b>AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO</b>		<b>97.487.816,18</b>	
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>SALDO EM</b>	<b>SALDO EM</b>	<b>VARIAÇÕES</b>
	<b>31.12.97(R\$)</b>	<b>31.12.98(R\$)</b>	<b>(R\$)</b>
Ativo Circulante	435.677.900,09	431.754.563,29	3.923.336,80
Passivo Circulante	201.494.652,41	217.174.711,10	15.680.047,69
Capital Circulante Líquido	234.183.247,68	214.579.863,19	19.603.384,49

**COAMO**  
**COOPERATIVA AGROPECUÁRIA MOURÃOENSE LTDA.**

**BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 1998**

**ATIVO**

<b>CIRCULANTE</b>	<b>431.754.563</b>
<b>DISPONIBILIDADES</b>	<b>139.127.705</b>
Caixa	307.430
Bancos Conta Movimento	149.602
Aplicações de Liquidez Imediata	138.670.673
<b>CRÉDITOS</b>	<b>232.087.599</b>
Associados (nota 03)	79.261.745
Instituições Financeiras	130.963.243
Clientes	13.492.719
Adiantamentos e Fornecedores	941.990
Tributos a Recuperar	4.545.023
Outros Créditos (nota 04)	5.287.704
(-) Prov. P/ Créditos Liq. Duvidosa	2.401.825
<b>ESTOQUES</b>	<b>60.539.259</b>
Produtos Agrícolas (nota 05)	8.838.290
Bens e Fornecimento (nota 06)	29.525.192
Matérias-Primas, Prod. Industr. e Mat. Secundários (nota 07)	17.790.805
Almoxarifados	4.384.972
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>67.213.703</b>
Créditos c/ Associados (nota 03)	18.975.334
Tributos a Recuperar	28.380.068
Empréstimos Compulsórios à Eletrobrás	992.330
Incentivos Fiscais a Aplicar	203.206
Depósitos Judiciais	17.209.617
Outros Créditos (nota 04)	1.453.148
<b>PERMANENTE</b>	<b>166.620.422</b>
Investimentos (nota 08)	323.140
Imobilizado (nota 09)	163.842.119
Diferido (nota 10)	2.455.163
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>665.588.688</b>

<b>PASSIVO</b>	
<b>CIRCULANTE</b>	<b>217.174.700</b>
Associados (nota 11)	14.186.547
Encargos Sociais e Tributários (nota 12)	7.805.446
Fornecedores	17.162.191
Instituições Financeiras (nota 13)	172.062.862
Outros Débitos (nota 14)	4.897.287
Provisão para Imposto de Renda	798.519
Provisão para Contribuição Social	261.848
<b>EXÍGIVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>72.164.156</b>
Instituições Financeiras (nota 15)	70.077.021
Fornecedores	773.312
Obrigações Tributárias	1.313.823
<b>RESULTADO DE EXERCÍCIO FUTUROS</b>	<b>376.249.832</b>
Receitas de Exercício Futuros	23.794.974
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>376.249.832</b>
<b>CAPITAL SOCIAL</b>	<b>32.089.080</b>
<b>RESERVA DE CAPITAL</b>	<b>2.727.015</b>
<b>RESERVAS DE SOBRAS</b>	<b>327.354.468</b>
Fundo de Reserva	56.200.215
Fundo de Assist. Técnica Educ. e Social	26.739.160
Fundo de Desenvolvimento	165.531.030
Reserva de Equalização	17.298.386
Reserva Livres	31.215.107
Provisão para Manutenção Capital Giral Próprio	30.370.570
<b>SOBRAS ACUMULADAS</b>	<b>14.079.269</b>
Sobras a Disposição da A.G.O	17.773.646
(-) Sobras Antecipadas	3.694.377
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>665.588.688</b>

**COAMO****COOPERATIVA AGROPECUÁRIA MOURÃOENSE LTDA.****DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE SOBRAS E PERDAS ENCERRADA EM 31 DE DEZEMBRO  
DE 1998****COMPLEXO SOJA**

Vendas Líquidas	359.136.774
Receitas Operacionais	28.685.467
(-) Custos das Vendas	296.109.837
(-) Despesas Operacionais	65.084.717
<b>SOBRA LÍQUIDA</b>	<b>26.627.687</b>

**COMPLEXO TRIGO**

Vendas Líquidas	68.216.166
Receitas Operacionais	7.950.724
(-) Custos das Vendas	62.980.985
(-) Despesas Operacionais	11.213.731
<b>SOBRA LÍQUIDA</b>	<b>1.972.174</b>

**COMPLEXO ALGODÃO**

Vendas Líquidas	60.071.623
Receitas Operacionais	7.586.734
(-) Custos das Vendas	57.666.620
(-) Despesas Operacionais	9.418.027
<b>SOBRA LÍQUIDA</b>	<b>573.710</b>

**MILHO**

Vendas Líquidas	87.827.256
Receitas Operacionais	8.523.955
(-) Custos das Vendas	77.577.447
(-) Despesas Operacionais	14.406.104
<b>SOBRA LÍQUIDA</b>	<b>4.367.660</b>

**ARROZ**

Vendas Líquidas	10.786.423
Receitas Operacionais	8.017
(-) Custos das Vendas	7.966.409
(-) Despesas Operacionais	2.753.034
<b>SOBRA LÍQUIDA</b>	<b>74.997</b>

**CAFÉ**

Vendas Líquidas	5.121.239
Receitas Operacionais	529.047
(-) Custos das Vendas	4.652.948
(-) Despesas Operacionais	981.903
<b>SOBRA LÍQUIDA</b>	<b>15.435</b>

**FEIJÃO**

Vendas Líquidas	2.439.396
Receitas Operacionais	328.414
(-) Custos das Vendas	1.899.707
(-) Despesas Operacionais	840.861
<b>SOBRA LÍQUIDA</b>	<b>27.242</b>

<b>ÁLCOOL</b>	
Vendas Líquidas	4.310.834
Receitas Operacionais	34.525
(-) Custos das Vendas	3.608.024
(-) Despesas Operacionais	1.212.320
<b>SOBRA LÍQUIDA</b>	<b>474.985</b>
<b>SETOR CONSUMO</b>	
Vendas Líquidas	231.874.488
Receitas Operacionais	11.342.286
(-) Custos das Vendas	184.858.880
(-) Despesas Operacionais	34.404.032
<b>SOBRA LÍQUIDA</b>	<b>23.953.862</b>
<b>OUTROS PRODUTOS</b>	
Vendas Líquidas	3.422.723
Receitas Operacionais	65.336.512
(-) Custos das Vendas	2.276.869
(-) Despesas Operacionais	66.417.270
<b>SOBRA LÍQUIDA</b>	<b>65.096</b>
<b>SOBRA LÍQUIDA OPERACIONAL</b>	<b>57.202.878</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>467.790</b>
<b>SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>56.735.088</b>
(-) Provisão para Imposto de Renda	798.519
(-) Provisão para Contribuição Social	261.848
<b>SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO</b>	<b>55.674.721</b>
<b>DESTINAÇÕES DAS SOBRES</b>	
Fundo de Reserva	3.079.744
Fundo Assist. Técnica, Educacional e Social	3.874.450
Fundo de Desenvolvimento	12.441.552
Provisão p/ Manutenção Capital Giro Próprio	14.541.496
Reserva para Contigência	3.963.833
<b>TOTAL DAS DESTINAÇÃO</b>	<b>37.901.075</b>
<b>SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA A.G.O.</b>	<b>17.773.646</b>

**COAMO**  
**COOPERATIVA AGROPECUÁRIA MOURÃOENSE LTDA.**

**DEMONSTRAÇÕES DE ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS**  
**- EXERCÍCIO 1998**

<b>ORIGENS DE RECURSOS</b>	<b>R\$</b>
<b>DA OPERAÇÕES:</b>	
Sobras Líquidas do exercício	55.567.472.147,00
<b>MAIS:</b>	27.487.890,32
Depreciações, Amortizações e Exaustões	18.096.219,40
Baixa do Imobilizado	53.978,47
Baixa de Investimentos	198.584,76
Baixa do Diferido	17.270,95
Prejuízo na Alienação de Itens do Investimentos	85.189,00
Encargos Financeiros Exigível Longo Prazo	8.551.147,74
<b>MENOS:</b>	6.675.570,50
Variações Monetárias do Realizável Longo Prazo	6.326.532,27
Lucro na Alienação do Ativo Permanente	301.150,01
Resultado de Participações Societárias	47.888,22
<b>SOBRAS LÍQUIDAS AJUSTADAS</b>	<b>76.487.041,29</b>
<b>DOS ASSOCIADOS:</b>	3.104.064,08
Integralização de Capital	168.801,58
Retenção p/ Aumento de Capital	2.781.350,58
Reversão de Sobras	441,02
Créditos Não Reclamados	153.470,90
<b>DE TERCEIROS:</b>	25.568.621,71
Vendas de Imobilizado	873.273,08
Vendas de Investimentos	138.500,00
Diminuição do Realizável Longo Prazo	1.327.899,45
Acréscimos no Exigível Longo Prazo	23.228.949,18
<b>Patrimônio Líquido:</b>	1.545.948,63
Doações Recebidas	1.394.263,84
Depósitos Judiciais (Contingências)	40.322,26
Aplicação em Incentivos Fiscais (FINAM-FINOR)	107.206,33
Bens não Implantados	4.156,20
<b>TOTAL DAS ORIGENS DE RECURSOS</b>	<b>106.705.675,71</b>

<b>APLICAÇÕES DE RECURSOS</b>		<b>R\$</b>	
<b>AUMENTO NO REALIZÁVEL LONGO PRAZO:</b>		<b>23.440.097,95</b>	
Créditos com Associados		11.365.658,71	
Créditos com Não Associados		293,31	
Tributos a Recuperar		10.583.129,96	
Aplicação em Incentivos Fiscais(FINAM-FINOR)		107.206,33	
Telepar		2.488,14	
Bens Não Destinados a Uso		1.307.949,24	
Depósitos Judiciais		40.322,26	
Aplicações Financeiras		33.050,00	
Despesas Antecipadas		0,00	
<b>AUMENTO NO PERMANENTE:</b>		<b>29.924.218,13</b>	
Adições em Investimentos		172.753,92	
Aquisições de Imobilizado		28.058.642,48	
Adições no Diferido		1.692.821,73	
<b>REDUÇÃO NO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO:</b>		<b>31.383.462,02</b>	
Reclassificação Financiamentos para Curto Prazo		31.137.775,23	
Amortização e Liquidação		245.986,79	
<b>REDUÇÃO NO RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS</b>			
Diminuição no Resultado de exercícios Futuros		23.794.974,04	
<b>REDUÇÃO NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO:</b>		<b>17.766.008,06</b>	
Restituição de Capital Social		1.889.772,01	
Antecipação de Sobras - 1998 e 1999		3.635.798,22	
Pagamento Sobras Exercício 1997 e 1998		12.240.437,83	
Baixa Depósitos Judiciais		0,00	
<b>TOTAL DAS APLICAÇÕES DE RECURSOS</b>		<b>126.309.060,20</b>	
<b>AUMENTO DO CAPITAL CIRUCULANTE LÍQUIDO</b>		<b>19.603.384,49</b>	
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>SALDO EM</b>	<b>SALDO EM</b>	<b>VARIAÇÕES</b>
	<b>31.12.98(R\$)</b>	<b>31.12.99(R\$)</b>	<b>(R\$)</b>
Ativo Circulante	431.754.563,29	505.584.849,72	73.830.286,43
Passivo Circulante	217.174.700,10	284.840.881,06	67.666.180,96
Capital Circulante Líquido	214.579.863,19	220.743.968,66	6.164.105,47

**COAMO**  
**COOPERATIVA AGROPECUÁRIA MOURÃOENSE LTDA.**

**BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 1999**

**ATIVO**

<b>CIRCULANTE</b>	<b>505.584.850</b>
<b>DISPONIBILIDADES</b>	<b>246.273.632</b>
Caixa	302.875
Bancos Conta Movimento	89.059
Aplicações de Liquidez Imediata	245.881.698
<b>CRÉDITOS</b>	<b>159.378.112</b>
Associados (nota 03)	91.987.280
Instituições Financeiras	24.380.914
Clientes	34.567.323
Adiantamentos e Fornecedores	911.409
Tributos a Recuperar	4.007.884
Outros Créditos (nota 04)	7.012.449
(-) Prov. P/ Créditos Liq. Duvidosa	3.489.147
<b>ESTOQUES</b>	<b>99.933.106</b>
Produtos Agrícolas (nota 05)	29.945.872
Bens e Fornecimento (nota 06)	44.086.477
Matérias-Primas, Prod.Industr.e Mat.Secundários (nota 07)	21.971.936
Almoxarifados	3.928.821
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>84.670.947</b>
Créditos c/ Associados (nota 03)	18.234.628
Tributos a Recuperar	41.086.528
Empréstimos Compulsórios à Eletrobrás	1.064.591
Incentivos Fiscais a Aplicar	292.317
Depósitos Judiciais	21.614.858
Outros Créditos (nota 04)	2.378.025
<b>PERMANENTE</b>	<b>178.719.059</b>
Investimentos (nota 08)	1.058.130
Imobilizado (nota 09)	174.005.354
Diferido (nota 10)	3.655.575
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>768.974.856</b>

**PASSIVO**

<b>CIRCULANTE</b>	<b>284.840.881</b>
Associados (nota 11)	48.220.266
Encargos Sociais e Tributários (nota 12)	9.369.219
Fornecedores	17.687.887
Instituições Financeiras (nota 13)	193.042.863
Outros Débitos (nota 14)	8.514.940
Provisão para Imposto de Renda	5.486.293
Provisão para Contribuição Social	2.519.413
<b>EXÍGIVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>51.944.026</b>
Encargos Sociais e Tributários (nota 12)	2.563.526
Instituições Financeiras (nota 15)	48.155.062
Outros Débitos (nota 14)	1.225.438
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>432.189.949</b>
<b>CAPITAL SOCIAL</b>	<b>36.969.800</b>
<b>RESERVA DE CAPITAL</b>	<b>3.204.275</b>
<b>RESERVAS DE SOBRAS</b>	<b>373.551.516</b>
Fundo de Reserva	64.500.452
Fundo de Assist.Técnica Educ. e Social	29.809.908
Fundo de Desenvolvimento	182.160.921
Reserva de Equalização	17.298.386
Reserva Livres	35.288.237
Provisão para Manutenção Capital Giral Próprio	44.493.612
<b>SOBRAS ACUMULADAS</b>	<b>18.464.358</b>
Sobras a Disposição da A.G.O	23.733.929
(-) Sobras Antecipadas	5.269.571
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>768.974.856</b>

**COAMO****COOPERATIVA AGROPECUÁRIA MOURÃOENSE LTDA.****DEMONSTRAÇÕES DE ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS - EXERCÍCIO 1999**

<b>ORIGENS DE RECURSOS</b>	<b>R\$</b>
<b>DA OPERAÇÕES:</b>	
Sobras Líquidas do exercício	68.571.411,23
<b>MAIS:</b>	38.522.576,59
Depreciações, Amortizações e Exaustões	19.491.939,37
Baixa do Imobilizado	230.799,83
Baixa de Investimentos	2.394,36
Baixa do Diferido	5.197,43
Prejuízo na Alienação de Itens do Investimentos	329.184,91
Encargos Financeiros Exigível Longo Prazo	18.463.060,69
<b>MENOS:</b>	3.461.062,19
Variações Monetárias do Realizável Longo Prazo	2.342.564,83
Lucro na Alienação do Ativo Permanente	1.046.577,12
Lucro na Venda de Investimentos	0,00
Resultado de Participações Societárias	71.920,24
<b>SOBRAS LÍQUIDAS AJUSTADAS</b>	<b>103.632.925,63</b>
<b>DOS ASSOCIADOS:</b>	3.863.368,74
Integralização de Capital	185.733,87
Retenção p/ Aumento de Capital	3.623.210,14
Créditos Não Reclamados	54.424,73
<b>DE TERCEIROS:</b>	32.747.114,22
Vendas de Imobilizado	1.718.053,37
Vendas de Investimentos	720.584,23
Diminuição do Realizável Longo Prazo	5.780.110,46
Acréscimos no Exigível Longo Prazo	24.528.366,16
<b>Patrimônio Líquido:</b>	5.376.270,76
Doações Recebidas	3.517.783,03
Depósitos Judiciais (Contingências)	1.473.447,43
Aplicação em Incentivos Fiscais (FINAM-FINOR)	88.832,06
Incorporação de Reservas	296.208,24
<b>TOTAL DAS ORIGENS DE RECURSOS</b>	<b>145.619.679,35</b>

<b>APLICAÇÕES DE RECURSOS</b>		<b>R\$</b>	
<b>AUMENTO NO REALIZÁVEL LONGO PRAZO:</b>		21.872.637,95	
Créditos com Associados		1.504.408,55	
Créditos com Não Associados		116.469,23	
Tributos a Recuperar		14.222.509,20	
Aplicação em Incentivos Fiscais(FINAM-FINOR)		88.832,06	
Animais Vivos		0,00	
Bens Não Destinados a Uso		1.076.069,45	
Depósitos Judiciais		4.090.361,58	
Aplicações Financeiras		634.000,00	
Despesas Antecipadas		139.987,88	
<b>AUMENTO NO PERMANENTE:</b>		32.500.444,52	
Adições em Investimentos		737.384,41	
Aquisições de Imobilizado		29.705.952,24	
Adições no Diferido		2.057.107,87	
<b>REDUÇÃO NO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO:</b>		63.211.557,34	
Reclassificação Financiamentos para Curto Prazo		60.418.610,21	
Amortização e Liquidação		2.792.947,13	
<b>REDUÇÃO NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO:</b>		21.870.934,07	
Restituição de Capital Social		1.625.531,71	
Antecipação de Sobras		5.269.571,02	
Utilização Provisão p/ Manut. Capital Giro Próprio		0,00	
Utilização Fundo Desenvolvimento		0,00	
Utilização Fundo e Reserva Equalização		0,00	
Utilização da FATES		0,00	
Pagamento Sobras		14.094.602,59	
Baixa Depósitos Judiciais		881.228,75	
<b>TOTAL DAS APLICAÇÕES DE RECURSOS</b>		139.455.573,88	
<b>AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO</b>		<b>6.164.105,47</b>	
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>SALDO EM</b>	<b>SALDO EM</b>	<b>VARIAÇÕES</b>
	<b>31.12.99(R\$)</b>	<b>31.12.200(R\$)</b>	<b>(R\$)</b>
Ativo Circulante	505.584.849,72	528.724.839,10	23.139.989,38
Passivo Circulante	284.840.881,06	315.145.245,11	30.304.364,05
Capital Circulante Líquido	220.743.968,66	213.579.593,99	7.164.374,67

**COAMO**  
**COOPERATIVA AGROPECUÁRIA MOURÃOENSE LTDA.**

**BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000**

**ATIVO**

<b>CIRCULANTE</b>	<b>528.724.839</b>
<b>DISPONIBILIDADES</b>	<b>161.267.994</b>
Caixa	456.175
Bancos Conta Movimento	408.425
Aplicações de Liquidez Imediata	160.403.394
<b>CRÉDITOS</b>	<b>231.397.952</b>
Associados (nota 03)	131.595.517
Instituições Financeiras	9.055.543
Clientes	57.511.652
Adiantamentos e Fornecedores	2.338.684
Tributos a Recuperar	25.067.876
Outros Créditos (nota 04)	9.363.633
(-) Prov. P/ Créditos Liq. Duvidosa	3.553.953
<b>ESTOQUES</b>	<b>136.058.893</b>
Produtos Agrícolas (nota 05)	43.014.623
Bens e Fornecimento (nota 06)	52.294.856
Matérias-Primas, Prod. Industr. e Mat. Secundários (nota 07)	36.322.662
Almoxarifados	4.426.752
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>52.298.592</b>
Créditos c/ Associados (nota 03)	25.349.223
Tributos a Recuperar	2.531.900
Empréstimos Compulsórios à Eletrobrás	1.161.012
Incentivos Fiscais a Aplicar	739.690
Depósitos Judiciais	21.075.661
Outros Créditos (nota 04)	1.441.106
<b>PERMANENTE</b>	<b>178.201.893</b>
Investimentos (nota 08)	808.070
Imobilizado (nota 09)	17.220.288
Diferido (nota 10)	5.184.535
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>759.225.324</b>

<b>PASSIVO</b>	
<b>CIRCULANTE</b>	<b>315.145.245</b>
Associados (nota 11)	56.417.078
Encargos Sociais e Tributários (nota 12)	8.711.647
Fornecedores	31.144.146
Instituições Financeiras (nota 13)	199.595.569
Outros Débitos (nota 14)	9.112.986
Provisão para Imposto de Renda	7.663.675
Provisão para Contribuição Social	2.500.144
<b>EXÍGIVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>58.324.549</b>
Encargos Sociais e Tributários (nota 12)	3.326.576
Instituições Financeiras (nota 15)	53.737.874
Outros Débitos (nota 14)	1.260.099
 <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	 <b>385.755.530</b>
<b>CAPITAL SOCIAL</b>	<b>42.495.565</b>
<b>RESERVAS DE SOBRAS</b>	<b>332.018.430</b>
Fundo de Reserva	70.232.294
Fundo de Assist.Técnica Educ. e Social	30.880.847
Fundo de Desenvolvimento	193.965.702
Reserva Livres	32.276.064
Provisão para Manutenção Capital Giral Próprio	4.663.523
<b>SOBRAS ACUMULADAS</b>	<b>11.241.535</b>
Sobras a Disposição da A.G.O	17.816.307
(-) Sobras Antecipadas	6.574.772
 <b>TOTAL DO PASSIVO</b>	 <b>759.225.324</b>

**COAMO****COOPERATIVA AGROPECUÁRIA MOURÃOENSE LTDA.****DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE SOBRAS E PERDAS ENCERRADA EM 31 DE DEZEMBRO  
DE 2000****COMPLEXO SOJA**

Vendas Líquidas	501.270.053
Receitas Operacionais	32.971.742
(-) Custos das Vendas	432.615.577
(-) Despesas Operacionais	84.822.593
<b>SOBRA LÍQUIDA</b>	<b>16.803.625</b>

**COMPLEXO TRIGO**

Vendas Líquidas	29.068.485
Receitas Operacionais	4.949.517
(-) Custos das Vendas	24.230.340
(-) Despesas Operacionais	9.166.774
<b>SOBRA LÍQUIDA</b>	<b>620.888</b>

**MILHO**

Vendas Líquidas	140.089.342
Receitas Operacionais	11.037.642
(-) Custos das Vendas	125.544.469
(-) Despesas Operacionais	22.383.146
<b>SOBRA LÍQUIDA</b>	<b>3.200.369</b>

**COMPLEXO ALGODÃO**

Vendas Líquidas	39.324.533
Receitas Operacionais	3.384.474
(-) Custos das Vendas	32.799.313
(-) Despesas Operacionais	9.389.725
<b>SOBRA LÍQUIDA</b>	<b>519.969</b>

**ARROZ**

Vendas Líquidas	3.283.121
Receitas Operacionais	1.429.805
(-) Custos das Vendas	3.076.187
(-) Despesas Operacionais	1.590.007
<b>SOBRA LÍQUIDA</b>	<b>46.732</b>

**CAFÉ**

Vendas Líquidas	8.723.891
Receitas Operacionais	812.035
(-) Custos das Vendas	8.091.678
(-) Despesas Operacionais	1.425.948
<b>SOBRA LÍQUIDA</b>	<b>18.300</b>

<b>FEIJÃO</b>	Vendas Líquidas	1.745.877
	Receitas Operacionais	691.620
	(-) Custos das Vendas	1.755.178
	(-) Despesas Operacionais	656.547
	<b>SOBRA LÍQUIDA</b>	<b>25.772</b>
<b>ÁLCOOL</b>	Vendas Líquidas	10.864.777
	Receitas Operacionais	2.849.857
	(-) Custos das Vendas	5.886.798
	(-) Despesas Operacionais	7.791.501
	<b>SOBRA LÍQUIDA</b>	<b>36.335</b>
<b>SETOR CONSUMO</b>	Vendas Líquidas	359.593.608
	Receitas Operacionais	14.612.002
	(-) Custos das Vendas	287.231.355
	(-) Despesas Operacionais	59.164.431
	<b>SOBRA LÍQUIDA</b>	<b>27.809.824</b>
<b>OUTROS PRODUTOS</b>	Vendas Líquidas	9.124.981
	Receitas Operacionais	17.161.935
	(-) Custos das Vendas	7.790.002
	(-) Despesas Operacionais	18.472.929
	<b>SOBRA LÍQUIDA</b>	<b>23.985</b>
<b>SOBRA LÍQUIDA OPERACIONAL</b>		<b>49.105.799</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>		<b>1.104.243</b>
<b>SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>50.210.042</b>
	(-) Provisão para Imposto de Renda	7.663.675
	(-) Provisão para Contribuição Social	2.500.144
<b>SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO</b>		<b>40.046.223</b>
<b>DESTINAÇÕES DAS SOBRAS</b>	Fundo de Reserva	3.563.261
	Fundo Assist. Técnica, Educacional e Social	6.195.240
	Fundo de Desenvolvimento	12.471.415
<b>TOTAL DAS DESTINAÇÃO</b>		<b>22.229.916</b>
<b>SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA A.G.O.</b>		<b>17.816.307</b>

**COAMO****COOPERATIVA AGROPECUÁRIA MOURÃOENSE LTDA.****DEMONSTRAÇÕES DE ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS - EXERCÍCIO 1999**

<b>ORIGENS DE RECURSOS</b>	<b>R\$</b>
<b>DA OPERAÇÕES:</b>	
Sobras Líquidas do exercício	40.046.223,37
<b>MAIS:</b>	24.392.806,49
Depreciações, Amortizações e Exaustões	20.962.529,80
Baixa do Imobilizado	258.171,15
Baixa de Investimentos	291.955,46
Baixa do Diferido	3.082,57
Prejuízo na Alienação de Itens do Investimentos	0,00
Encargos Financeiros Exigível Longo Prazo	2.877.067,51
<b>MENOS:</b>	3.786.877,28
Variações Monetárias do Realizável Longo Prazo	2.427.319,86
Lucro na Alienação do Ativo Permanente	1.295.292,86
Lucro na Venda de Investimentos	3.531,67
Resultado de Participações Societárias	60.732,89
<b>SOBRAS LÍQUIDAS AJUSTADAS</b>	<b>60.652.152,58</b>
<b>DOS ASSOCIADOS:</b>	4.024.515,12
Integralização de Capital	242.675,78
Retenção p/ Aumento de Capital	3.670.960,40
Créditos Não Reclamados	110.878,94
<b>DE TERCEIROS:</b>	92.575.755,26
Vendas de Imobilizado	2.453.503,92
Vendas de Investimentos	67.087,95
Diminuição do Realizável Longo Prazo	64.209.647,88
Acréscimos no Exigível Longo Prazo	25.845.515,51
<b>Patrimônio Líquido:</b>	16.237.092,39
Doações Recebidas	2.073.334,93
Depósitos Judiciais ( Contingências)	4.764.902,12
Aplicação em Incentivos Fiscais (FINAM-FINOR)	649.881,90
Incorporação de Reservas	8.748.973,44
Incorporação de Reservas	296.208,24
<b>TOTAL DAS ORIGENS DE RECURSOS</b>	<b>173.489.515,35</b>

<b>APLICAÇÕES DE RECURSOS</b>		<b>R\$</b>	
<b>AUMENTO NO REALIZÁVEL LONGO PRAZO:</b>		29.409.973,13	
Créditos com Associados		18.094.580,33	
Créditos com Não Associados		68.473,23	
Tributos a Recuperar		2.797.296,08	
Aplicação em Incentivos Fiscais(FINAM-FINOR)		649.881,90	
Animais Vivos		3.050,10	
Bens Não Destinados a Uso		0,00	
Depósitos Judiciais		7.759.253,75	
Aplicações Financeiras		10.497,18	
Despesas Antecipadas		26.940,56	
<b>AUMENTO NO PERMANENTE:</b>		22.159.607,22	
Adições em Investimentos		44.718,88	
Aquisições de Imobilizado		19.556.973,07	
Adições no Diferido		2.557.915,27	
<b>REDUÇÃO NO EXIGÍVEL A LONGO PRAZO:</b>		22.342.060,41	
Reclassificação Financiamentos para Curto Prazo		22.319.723,99	
Amortização e Liquidação		22.336,42	
<b>REDUÇÃO NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO:</b>		106.742.249,26	
Restituição de Capital Social		1.546.145,16	
Antecipação de Sobras		6.574.772,08	
Utilização Provisão p/ Manut. Capital Giro Próprio		44.493.612,41	
Utilização Fundo Desenvolvimento		5.277.419,05	
Utilização Fundo e Reserva Equalização		14.298.386,26	
Utilização da FATES		5.646.271,60	
Pagamento Sobras		18.128.568,05	
Baixa Depósitos Judiciais		7.777.074,65	
<b>TOTAL DAS APLICAÇÕES DE RECURSOS</b>		<b>180.653.890,02</b>	
<b>AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO</b>		<b>7.164.374,67</b>	
<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>SALDO EM</b>	<b>SALDO EM</b>	<b>VARIAÇÕES</b>
	<b>31.12.99(R\$)</b>	<b>31.12.200(R\$)</b>	<b>(R\$)</b>
Ativo Circulante	505.584.849,72	528.724.839,10	23.139.989,38
Passivo Circulante	284.840.881,06	315.145.245,11	30.304.364,05
Capital Circulante Líquido	220.743.968,66	213.579.593,99	7.164.374,67